

***PESQUISA SOBRE AS MICROFINANÇAS  
NO BRASIL***

Abril/2008



**Fundação Getúlio Vargas – FGV**  
**Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – EBAPE**

**Programa de Estudos Avançados em Pequenos Negócios, Empreendedorismo, Acesso ao Crédito e Meios de Pagamento – Small Business**

**Coordenação Geral**

*Prof. Francisco Marcelo Barone*

**Assistentes de Pesquisa**

*Cíntia Tavares de Souza*

*Diana Santos Teixeira*

**Ficha Catalográfica**

---

Barone, Francisco Marcelo.

Pesquisa Censitária sobre as Microfinanças no Brasil. – Relatório de pesquisa para o Sebrae Nacional – Rio de Janeiro: Small Business/EBAPE/FGV, 2008.

ii; preto e branco. 30cm.

1. Microcrédito. 2. Microfinanças . 3. Acesso ao Crédito. I. Barone, Francisco Marcelo. II. Título.

---

## ÍNDICE

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b>	<b>9</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA DO LEVANTAMENTO DE DADOS</b>	<b>14</b>
<b>3.1</b>	<b>LEVANTAMENTO CENSITÁRIO</b>	<b>14</b>
<b>3.2</b>	<b>PROCESSO DE SOLICITAÇÃO E COLETA DOS DADOS</b>	<b>16</b>
<b>3.3</b>	<b>PAINEL DAS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS</b>	<b>19</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS</b>	<b>21</b>
<b>4.1</b>	<b>GRANDES REGIÕES GEOGRÁFICAS</b>	<b>22</b>
<b>4.2</b>	<b>NATUREZA JURÍDICA DAS INSTITUIÇÕES</b>	<b>31</b>
<b>4.3</b>	<b>AGÊNCIAS DE FOMENTO</b>	<b>34</b>
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA DOS INDICADORES</b>	<b>39</b>
<b>I)</b>	<b>EFICIÊNCIA E PRODUTIVIDADE</b>	<b>39</b>
<b>5.1</b>	<b>TAXA DE GASTOS OPERACIONAIS (TGO)</b>	<b>39</b>
5.1.1	FUNÇÃO ANALÍTICA	39
5.1.2	CÁLCULO DA TAXA DE GASTOS OPERACIONAIS	40
<b>5.2</b>	<b>CUSTO POR EMPRÉSTIMO (CE)</b>	<b>40</b>
5.2.1	FUNÇÃO ANALÍTICA	40
5.2.2	CÁLCULO DO CUSTO POR EMPRÉSTIMO	41
<b>5.3</b>	<b>PRODUTIVIDADE POR EMPREGADO (PE)</b>	<b>41</b>
5.3.1	FUNÇÃO ANALÍTICA	41
5.3.2	CÁLCULO DA PRODUTIVIDADE POR EMPREGADO	42
<b>5.4</b>	<b>PRODUTIVIDADE POR ANALISTA DE CRÉDITO (PA)</b>	<b>42</b>
5.4.1	FUNÇÃO ANALÍTICA	42
5.4.2	CÁLCULO DA PRODUTIVIDADE POR ANALISTA DE CRÉDITO	42
<b>II)</b>	<b>QUALIDADE DA CARTEIRA</b>	<b>43</b>
<b>5.5</b>	<b>TAXA DE RISCO DA CARTEIRA ATIVA TOTAL (TR<sub>1</sub>C)</b>	<b>43</b>
5.5.1	FUNÇÃO ANALÍTICA	43
5.5.2	CÁLCULO DA TAXA DE RISCO DA CARTEIRA ATIVA TOTAL:	43
<b>5.6</b>	<b>TAXA DE PROVISÃO DE GASTOS (TPG)</b>	<b>44</b>
5.6.1	FUNÇÃO ANALÍTICA	44
5.6.2	CÁLCULO DA TAXA DE PROVISÃO DE GASTOS	44
<b>5.7</b>	<b>TAXA DE COBERTURA DE RISCO (TCR)</b>	<b>45</b>
5.7.1	FUNÇÃO ANALÍTICA	45

5.7.2 CÁLCULO DA TAXA DE COBERTURA DE RISCO	45
<b>5.8 TAXA DE CARTEIRA CASTIGADA (TCC)</b>	<b>45</b>
5.8.1 FUNÇÃO ANALÍTICA	46
5.8.2 CÁLCULO DA TAXA DE CARTEIRA CASTIGADA	46
<b>III) GESTÃO FINANCEIRA</b>	<b>46</b>
<b>5.9 TAXA DE GASTOS COM CAPITALIZAÇÃO (TGC)</b>	<b>46</b>
5.9.1 FUNÇÃO ANALÍTICA	47
5.9.2 CÁLCULO DA TAXA DE GASTOS COM CAPITALIZAÇÃO	47
<b>5.10 TAXA DE CUSTOS COM FINANCIAMENTO (TCF)</b>	<b>47</b>
5.10.1 FUNÇÃO ANALÍTICA	48
5.10.2 CÁLCULO DA TAXA DE CUSTOS COM FINANCIAMENTO	48
<b>5.11 TAXA DE ENDIVIDAMENTO (TE)</b>	<b>48</b>
5.11.1 FUNÇÃO ANALÍTICA	48
5.11.2 CÁLCULO DA TAXA DE ENDIVIDAMENTO	49
<b>IV) LUCRATIVIDADE</b>	<b>49</b>
<b>5.12 TAXA DE RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO (TRP)</b>	<b>49</b>
5.12.1 FUNÇÃO ANALÍTICA	49
5.12.2 CÁLCULO DA TAXA DE RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO	49
<b>5.13 TAXA DE RETORNO SOBRE OS ATIVOS (TRA)</b>	<b>50</b>
5.13.1 FUNÇÃO ANALÍTICA	50
5.13.2 CÁLCULO DA TAXA DE RETORNO SOBRE OS ATIVOS	50
<b>5.14 TAXA DE RETORNO SOBRE A CARTEIRA ATIVA (TR<sub>E</sub>C)</b>	<b>51</b>
5.14.1 FUNÇÃO ANALÍTICA	51
5.14.2 CÁLCULO DA TAXA DE RETORNO SOBRE A CARTEIRA ATIVA	51

## **6 ANÁLISE DOS INDICADORES** **52**

<b>I) EFICIÊNCIA E PRODUTIVIDADE</b>	<b>52</b>
<b>6.1 TAXA DE GASTOS OPERACIONAIS (TGO)</b>	<b>52</b>
<b>6.2 CUSTO POR EMPRÉSTIMO (CE)</b>	<b>54</b>
<b>6.3 PRODUTIVIDADE POR EMPREGADO (PE)</b>	<b>56</b>
<b>6.4 PRODUTIVIDADE POR ANALISTA DE CRÉDITO (PA)</b>	<b>58</b>
<b>II) QUALIDADE DA CARTEIRA</b>	<b>60</b>
<b>6.5 TAXA DE RISCO DA CARTEIRA ATIVA TOTAL (TR<sub>I</sub>C)</b>	<b>60</b>
<b>6.6 TAXA DE PROVISÃO DE GASTOS (TPG)</b>	<b>62</b>
<b>6.7 TAXA DE COBERTURA DE RISCO (TCR)</b>	<b>64</b>
<b>6.8 TAXA DE CARTEIRA CASTIGADA (TCC)</b>	<b>66</b>
<b>III) GESTÃO FINANCEIRA</b>	<b>68</b>
<b>6.9 TAXA DE GASTOS COM CAPITALIZAÇÃO (TGC)</b>	<b>68</b>
<b>6.10 TAXA DE CUSTOS COM FINANCIAMENTO (TCF)</b>	<b>70</b>
<b>6.11 TAXA DE ENDIVIDAMENTO (TE)</b>	<b>72</b>
<b>IV) LUCRATIVIDADE</b>	<b>74</b>
<b>6.12 TAXA DE RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO (TRP)</b>	<b>74</b>
<b>6.13 TAXA DE RETORNO SOBRE OS ATIVOS (TRA)</b>	<b>76</b>
<b>6.14 TAXA DE RETORNO SOBRE A CARTEIRA ATIVA (TR<sub>E</sub>C)</b>	<b>78</b>

<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>81</b>
<b>8</b>	<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>84</b>
<b>9</b>	<b>GLOSSÁRIO</b>	<b>85</b>
<b>10</b>	<b>ANEXO</b>	<b>88</b>
<b>10.1</b>	<b>QUADRO COMPARATIVO DE BASES CADASTRAIS DAS INSTITUIÇÕES DE MICROFINANÇAS</b>	<b>88</b>
<b>10.2</b>	<b>RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES NÃO CONTATADAS POR INSUFICIÊNCIA DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS</b>	<b>106</b>
<b>10.3</b>	<b>RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES CONTATADAS QUE NÃO SE INTERESSARAM EM ADERIR À PESQUISA</b>	<b>107</b>
<b>10.4</b>	<b>INSTITUIÇÕES QUE SE REPETEM, PORÉM CONTABILIZADAS SOMENTE EM UMA UNIDADE DA FEDERAÇÃO</b>	<b>108</b>
<b>10.5</b>	<b>CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA</b>	<b>109</b>
<b>10.6</b>	<b>PLANILHA DE COLETA DE DADOS</b>	<b>110</b>

## TABELAS E GRÁFICOS

QUADRO1: SINOPSE DAS INSTITUIÇÕES PESQUISADAS	19
GRÁFICO 1: DISTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE MICROFINANÇAS, POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO	20
GRÁFICO 2: DISTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE MICROFINANÇAS, POR GRANDE REGIÃO (2005)	22
GRÁFICO 3: EVOLUÇÃO DO NÚMERO MÉDIO E MEDIANO DE AGÊNCIAS, POR GRANDE REGIÃO (2004-2006)	23
GRÁFICO 4: CARTEIRA ATIVA TOTAL EM NÚMERO DE EMPRÉSTIMOS DAS INSTITUIÇÕES, POR GRANDE REGIÃO (2004)	25
GRÁFICO 5: CARTEIRA ATIVA TOTAL EM NÚMERO DE EMPRÉSTIMOS DAS INSTITUIÇÕES, POR GRANDE REGIÃO (2005)	25
GRÁFICO 6: CARTEIRA ATIVA TOTAL EM NÚMERO DE EMPRÉSTIMOS DAS INSTITUIÇÕES, POR GRANDE REGIÃO (2006)	26
GRÁFICO 7: EVOLUÇÃO DA CARTEIRA ATIVA MÉDIA E MEDIANA, EM NÚMERO DE EMPRÉSTIMOS DAS INSTITUIÇÕES DE MICROFINANÇAS, POR GRANDE REGIÃO (2004-2006)	27
GRÁFICO 8: EVOLUÇÃO DO EMPRÉSTIMO MÉDIO E MEDIANO, POR GRANDE REGIÃO (2004-2006)	28
GRÁFICO 9: EVOLUÇÃO DA TAXA PERCENTUAL MÁXIMA E MÉDIA DE ABERTURA DE CRÉDITO, POR GRANDE REGIÃO (2004-2006)	29
GRÁFICO 10: EVOLUÇÃO DA TAXA MÁXIMA E MÉDIA MENSAL DE JUROS (%), POR GRANDE REGIÃO (2004-2006)	30

GRÁFICO 11: DISTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE MICROFINANÇAS POR NATUREZA JURÍDICA (2006)	31
GRÁFICO 12: EVOLUÇÃO DA CARTEIRA ATIVA MÉDIA E MEDIANA, EM NÚMERO DE EMPRÉSTIMOS DAS INSTITUIÇÕES DE MICROFINANÇAS, POR NATUREZA JURÍDICA (2004-2006)	33
GRÁFICO 13: EVOLUÇÃO DA TAXA MÁXIMA E MÉDIA MENSAL DE JUROS (%), POR NATUREZA JURÍDICA (2004-2006)	34
GRÁFICO 14: CARTEIRA ATIVA TOTAL EM NÚMERO DE EMPRÉSTIMOS DAS INSTITUIÇÕES, POR AGÊNCIA DE FOMENTO (2006)	35
GRÁFICO 15: CARTEIRA ATIVA TOTAL EM VOLUME DE CRÉDITO DAS INSTITUIÇÕES, POR AGÊNCIA DE FOMENTO (2006)	36
GRÁFICO 16: NÚMERO DE AGÊNCIAS, POR AGÊNCIA DE FOMENTO (2006)	36
GRÁFICO 17: EVOLUÇÃO DA TAXA MENSAL DE JUROS (%), POR AGÊNCIA DE FOMENTO (2004-2006)	38
GRÁFICO 18: EVOLUÇÃO DA TAXA MÁXIMA E MÉDIA DE GASTOS OPERACIONAIS, POR GRANDE REGIÃO (2005-2006)	53
GRÁFICO 19: EVOLUÇÃO DA TAXA MÁXIMA E MÉDIA DE GASTOS OPERACIONAIS, POR TIPO DE INSTITUIÇÃO (2005-2006)	54
GRÁFICO 20: EVOLUÇÃO DO CUSTO MÁXIMO E MÉDIO POR EMPRÉSTIMO, POR GRANDE REGIÃO (2005-2006)	55
GRÁFICO 21: EVOLUÇÃO DO CUSTO MÁXIMO E MÉDIO POR EMPRÉSTIMO, POR TIPO DE INSTITUIÇÃO (2005-2006)	56
GRÁFICO 22: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE POR EMPREGADO, POR GRANDE REGIÃO (2004-2006)	57
GRÁFICO 23: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE POR EMPREGADO, POR TIPO DE INSTITUIÇÃO (2004-2006)	58
GRÁFICO 24: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE POR ANALISTA DE CRÉDITO, POR GRANDE REGIÃO (2004-2006)	59
GRÁFICO 25: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE POR ANALISTA DE CRÉDITO, POR TIPO DE INSTITUIÇÃO (2004-2006)	60
GRÁFICO 26: EVOLUÇÃO DA TAXA DE RISCO DA CARTEIRA ATIVA (%), POR GRANDE REGIÃO (2004-2006)	61
GRÁFICO 27: EVOLUÇÃO DA TAXA DE RISCO DA CARTEIRA ATIVA (%), POR TIPO DE INSTITUIÇÃO (2004-2006)	62
GRÁFICO 28: EVOLUÇÃO DA TAXA DE PROVISÃO DE GASTOS (%), POR GRANDE REGIÃO (2005-2006)	63
GRÁFICO 29: EVOLUÇÃO DA TAXA DE PROVISÃO DE GASTOS (%), POR TIPO DE INSTITUIÇÃO (2005-2006)	64
GRÁFICO 30: EVOLUÇÃO DA TAXA DE COBERTURA DE RISCO (%), POR GRANDE REGIÃO (2004-2006)	65
GRÁFICO 31: EVOLUÇÃO DA TAXA DE COBERTURA DE RISCO (%), POR TIPO DE INSTITUIÇÃO (2004-2006)	66
GRÁFICO 32: EVOLUÇÃO DA TAXA DE CARTEIRA CASTIGADA (%), POR GRANDE REGIÃO (2005-2006)	67
GRÁFICO 33: EVOLUÇÃO DA TAXA DE CARTEIRA CASTIGADA (%), POR TIPO DE INSTITUIÇÃO (2005-2006)	68
GRÁFICO 34: EVOLUÇÃO DA TAXA DE GASTOS COM CAPITALIZAÇÃO (%), POR GRANDE REGIÃO (2005-2006)	69
GRÁFICO 35: EVOLUÇÃO DA TAXA DE GASTOS COM CAPITALIZAÇÃO (%), POR TIPO DE INSTITUIÇÃO (2005-2006)	70

GRÁFICO 36: EVOLUÇÃO DA TAXA DE CUSTOS COM FINANCIAMENTO (%), POR GRANDE REGIÃO (2005-2006)	71
GRÁFICO 37: EVOLUÇÃO DA TAXA DE CUSTOS COM FINANCIAMENTO (%), POR TIPO DE INSTITUIÇÃO (2005-2006)	72
GRÁFICO 38: EVOLUÇÃO DA TAXA DE ENDIVIDAMENTO (%), POR GRANDE REGIÃO (2004-2006)	73
GRÁFICO 39: EVOLUÇÃO DA TAXA DE ENDIVIDAMENTO (%), POR TIPO DE INSTITUIÇÃO (2004-2006)	74
GRÁFICO 40: EVOLUÇÃO DA TAXA DE RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO (%), POR GRANDE REGIÃO (2005-2006)	75
GRÁFICO 41: EVOLUÇÃO DA TAXA DE RETORNO SOBRE O PATRIMÔNIO (%), POR TIPO DE INSTITUIÇÃO (2005-2006)	76
GRÁFICO 42: EVOLUÇÃO DA TAXA DE RETORNO SOBRE ATIVOS (%), POR GRANDE REGIÃO (2005-2006)	77
GRÁFICO 43: EVOLUÇÃO DA TAXA DE RETORNO SOBRE ATIVOS (%), POR TIPO DE INSTITUIÇÃO (2005-2006)	78
GRÁFICO 44: EVOLUÇÃO DA TAXA DE RETORNO SOBRE CARTEIRA ATIVA (%), POR GRANDE REGIÃO (2005-2006)	79
GRÁFICO 45: EVOLUÇÃO DA TAXA DE RETORNO SOBRE CARTEIRA ATIVA (%), POR TIPO DE INSTITUIÇÃO (2005-2006)	79

## 1 Introdução

Este trabalho compreende uma análise quantitativa dos dados das instituições respondentes da Pesquisa Censitária sobre as Microfinanças no Brasil, desenvolvida pelo Programa de Estudos Avançados em Pequenos Negócios, Empreendedorismo, Acesso ao Crédito e Meios de Pagamento (Small Business) da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para a Unidade de Acesso a Serviços Financeiros (UASF) do Sebrae Nacional. Os dados são referentes aos exercícios operacionais e financeiros de 2004, 2005 e 2006 e foram coletados em 2007.

A pesquisa consta de dois tipos distintos de análise de dados: uma primeira análise geral com a evolução dos dados financeiros e operacionais de 2004 a 2006, agregados por região e por natureza jurídica das instituições; e uma segunda análise, também por região e por natureza jurídica das instituições, com a evolução de indicadores financeiros e operacionais mais elaborados, trazendo informações mais detalhadas sobre o setor e sobre as peculiaridades regionais, de acordo com o fornecimento de dados suficientes para possibilitar a construção desses indicadores. Para efeito de privacidade das instituições, seus dados foram agregados por região e por tipo de natureza jurídica. Quando necessária a desagregação (agências de fomento), a identidade das instituições foi suprimida.

## 2 SUMÁRIO EXECUTIVO

### Metodologia da Pesquisa

- A metodologia de levantamento dos dados foi subdividida em três itens: a pesquisa de levantamento censitário das instituições, a metodologia do processo de coleta de dados e um painel retratando o percentual de retorno das instituições pesquisadas e sua distribuição por unidade da federação.
- O processo de levantamento censitário foi iniciado a partir da depuração das quatro mais significativas bases cadastrais existentes e apoiado por outras bases menores. As quatro bases principais são: Base da Unidade de Acesso a Serviços Financeiros (UASF/Sebrae Nacional), Base do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), Base do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), Base da Associação Brasileira de Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (ABSCM).
- Após a depuração e consolidação do cadastro foram constatadas 255 instituições não repetidas, como universo estimado.
- As 58 instituições que responderam à pesquisa perfazem 25,5% do universo efetivo de 227 instituições.

### Análise dos Dados

- Para a análise dos dados foram consideradas as instituições que apresentaram dados para os três anos solicitados: 2004, 2005 e 2006.
- A análise dos dados observou três eixos metodológicos: grandes regiões geográficas (norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul); natureza jurídica das instituições (ONG, OSCIP, SCM); agência de fomento.

### ***Grandes Regiões Geográficas***

- A análise por regiões geográficas exclui as agências de fomento, totalizando 7 instituições excluídas.
- Entre as 51 instituições analisadas, a região sudeste responde por 36% delas, com 18 instituições, seguida pela região sul (16), nordeste (13) e centro-oeste (3).
- Adotando-se o ano de 2006 como referência, a região nordeste concentra o maior número total de agências (290), seguida das regiões centro-oeste (252), sudeste (59) e sul (32).
- Quando observamos a carteira ativa total em número de empréstimos das instituições em 2006, esta totalizou 357.658 créditos concedidos. Destes, o nordeste concentra mais de 80% dos empréstimos, com um total de 293.333 créditos, seguido do sul (34.696), centro-oeste (15.282), sudeste (13.927) e norte (420).
- Quando consideramos a carteira ativa média por região, o nordeste apresenta a maior carteira dentre todas as regiões, com uma média, por instituição, de 22.564 créditos. Nas demais regiões os valores da carteira ativa média e mediana por região são bastante próximos, alcançando o patamar máximo dos 5.000 créditos.
- Em 2006, considerando-se o empréstimo médio (gráfico 7) das instituições de microfinanças, por região, o mais alto valor médio encontra-se no sul (R\$1.928,37) e o menor valor médio no centro-oeste (R\$ 879,50).
- A maior diferença entre taxa máxima e média de juros encontra-se na região sudeste no ano de 2004, em que a taxa média era de 4,0% a.m. enquanto a taxa máxima atingiu 7,0% a.m., o maior valor já praticado ao longo do período 2004-2006. No sul, a taxa média e máxima são quase iguais.

### ***Natureza Jurídica das Instituições***

- Entre as 51 instituições analisadas no período 2004-2006, mais de 80% delas são OSCIPs, com 43 instituições, seguida pelas SCMs, com 7 instituições, sendo as três restantes Organizações Não-Governamentais.
- Para o ano de 2006 (gráfico 11), as OSCIPs apresentam as maiores diferenças entre carteira ativa média (8.329) e carteira ativa mediana (1.369).
- O pico das taxas de juros percentuais mensais (média e mediana) foi alcançado em 2004 pelas SCMs. Na média para os anos 2004-2006, são as OSCIPs que apresentam a maior diferença entre as taxas máxima e média – 1,7%, a média para o período. As menores taxas nominais de juros, tanto máxima, quanto média, são das ONGs.
- Apenas duas agências de fomento, de um total de 7 agências, detêm quase 80% da carteira ativa em número de créditos.
- A taxa máxima mensal de juros, por agência de fomento encontra-se abaixo de 1,9% a.m., ainda que algumas das taxas sejam elevadas se adotadas para *funding*.

### **Metodologia dos Indicadores Financeiros e Operacionais**

- A metodologia dos indicadores foi pensada de maneira a possibilitar a comparabilidade de indicadores financeiros e operacionais ao nível de região e natureza jurídica de instituição e, na medida do possível, inclusive a comparabilidade internacional.
- Os indicadores adotados seguem a modelagem desenvolvida conjuntamente e adotada pela agência *MicroRate* e pela Divisão de Micro, Pequena e Média Empresa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
- Os indicadores estão divididos em quatro grandes grupos de interesse para a análise institucional do setor: eficiência e produtividade (quatro

indicadores), qualidade da carteira (quatro indicadores), gestão financeira (três indicadores) e lucratividade (três indicadores).

### **Análise dos Indicadores Financeiros e Operacionais**

■ A taxa de gastos operacionais indica o custo salarial. Enquanto a região centro-oeste apresenta uma produtividade média bastante ruim, com média de 28,4% entre os anos 2005-2006, a melhor produtividade média é dada pela região sul (5,5% em 2006). As SCMs são as mais eficientes, enquanto as ONGs apresentam a pior produtividade média.

■ A produtividade por empregado representa a produtividade de todos os empregados da instituição, tanto os administrativos quanto os agentes de crédito. O sul e o nordeste apresentam a melhor produtividade de funcionário por número de créditos. As OSCIPs apresentam a melhor produtividade média.

■ No indicador produtividade por analista de crédito, o sul e nordeste novamente se sobressaem em termos de eficiência. As OSCIPs apresentam a melhor eficiência na colocação de créditos, com uma produtividade média que, em média, representa o triplo da produtividade das ONGs.

■ Taxa de risco da carteira ativa total. A função desse indicador é mostrar a parcela da carteira que se encontra sob risco em relação à carteira ativa total. Em geral a taxa média de risco das instituições por região se mantém abaixo dos 10%, de acordo com os preceitos da literatura internacional.

■ A taxa de cobertura de risco mostra o percentual da carteira ativa sob risco coberto pela reserva para empréstimos perdidos, indicando a precaução das microfinanceiras em relação a um cenário de piora da qualidade da carteira. As instituições do nordeste e sudeste são as mais precavidas em relação a uma possível piora de cenário.

■ A taxa de carteira castigada indica o peso dos empréstimos removidos da carteira por alta probabilidade de não serem pagos. O Brasil acompanha os padrões internacionais, no patamar de 1,5%.

■ A Taxa de Custos com Financiamento mede o custo médio da instituição de se financiar. O padrão internacional para as taxas médias gira em torno de 8%. Esta pode ser influenciada por subsídios, reduzindo os valores médios. Analisando-se os valores por região, para o Brasil, percebe-se que as taxas médias são bastante baixas, com valores especialmente reduzidos para a região centro-oeste.

■ A taxa de endividamento reflete a capacidade de alavancagem da instituição, ou seja, de se endividar. A taxa de endividamento média denota uma capacidade de alavancagem das instituições, independentemente de região, baixíssima.

■ A taxa de retorno sobre o patrimônio mede o retorno do investimento. A região nordeste e a região sul apresentam as taxas médias de retorno sobre o patrimônio mais elevadas.

### **3 Metodologia do Levantamento de Dados**

A metodologia de levantamento dos dados foi subdividida em três itens, a saber: a pesquisa de levantamento censitário das instituições, a metodologia do processo de coleta de dados e um painel retratando o percentual de retorno das instituições pesquisadas. Este último item é relevante por ser uma pesquisa de livre colaboração e adesão, em que as instituições eram convidadas a responder, mas não havia qualquer tipo de sanção para aqueles que não fornecessem os dados.

#### **3.1 Levantamento censitário**

O processo de levantamento censitário foi iniciado a partir da depuração das quatro mais significativas bases cadastrais existentes. Estas são as bases de dados cadastrais de maior aderência de instituições do setor de microfinanças, a saber<sup>1</sup>:

- ⇒ Base da Unidade de Acesso a Serviços Financeiros (UASF/Sebrae Nacional);
- ⇒ Base do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO);
- ⇒ Base do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM);
- ⇒ Base da Associação Brasileira de Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (ABSCM);

---

<sup>1</sup> Ver no ANEXO o quadro comparativo das quatro bases.

Além dessas, para maior precisão no levantamento censitário ainda foram avaliadas outras duas bases acessórias: a base do Cadastro Nacional de Entidades Qualificadas (CNEs) do Ministério da Justiça, obrigatório para o registro das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e a base da Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares (ABCRED). No anexo 10.1 será apresentado um detalhamento das instituições em cada uma das bases pesquisadas e do número de instituições por unidade da federação.

Na depuração das informações das instituições foram encontradas diversas instituições repetidas em mais de uma base e, na conferência dos dados cadastrais destas, várias apresentaram dados desatualizados, exigindo a atualização dos mesmos. Ademais, outras tantas instituições não foram contatadas por não ter sido possível constatar a sua existência, devido a impossibilidade de atualização de seus dados cadastrais. Nessa situação totalizam-se 11 instituições. A listagem delas encontra-se no anexo 10.2.

Essas peculiaridades exigiram uma conferência detalhada das bases de maneira a formar um cadastro único para o contato com as instituições e solicitação de dados.

Como a informação cadastral das instituições microfinanceiras é pulverizada e fragmentada, não obrigatória<sup>2</sup> para as diferentes entidades jurídicas do setor, e ainda sujeita a sobreposição de dados cadastrais entre mais de uma base de dados, é impossível estimar com exatidão o número de instituições microfinanceiras existentes. Ademais, outro fator de dificuldade é

---

<sup>2</sup> O setor de Microfinanças pode apresentar quatro naturezas jurídicas envolvidas com microcrédito: Organizações Não-Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM) e Agências de Fomento. Enquanto a informação cadastral da OSCIPs é obrigatória junto ao Ministério da Justiça, a informação cadastral das SCMs é obrigatória junto ao Banco Central e a informação cadastral das ONGs e Agências de Fomento não é obrigatória junto a nenhum órgão governamental que regule o setor microfinanceiro.

que há mais de um órgão regulador do setor atuando, dependendo do tipo de entidade jurídica ao qual pertence a instituição de microfinanças.

Originalmente, a base de dados da UASF/Sebrae Nacional apresentava 133 instituições, a do PNMPO, 123, a do IBAM, 134, e a da ABSCM, 54 instituições, em início de 2007.

Após a depuração e consolidação do cadastro foram constatadas 255 instituições não repetidas. Das 255 instituições constantes do universo estimado, descontadas as instituições que não puderam ser encontradas, foi possível contatar 244 instituições, com resposta efetiva de 58 instituições. Dessas 244 instituições, 18 declararam não ter interesse em participar da pesquisa (ver listagem no anexo 10.3).

Do universo restante de 227 instituições, as 58 instituições que responderam à pesquisa perfazem 25,5% do total.

### **3.2 Processo de solicitação e coleta dos dados**

Após a definição do universo da pesquisa, por meio da depuração e consolidação das informações cadastrais, seguiu-se o desenvolvimento dos procedimentos para o contato com as instituições de microfinanças e a solicitação dos dados. Foram adotadas várias técnicas de aproximação (e-mail, fax e telefone), das quais a técnica de contato telefônico, seguida de envio de e-mail, demonstrou-se a mais eficiente.

Foi, então, desenvolvida uma metodologia padrão de procedimentos para a solicitação de informações às instituições de microfinanças. Os procedimentos deveriam ser adotados para todas as instituições levantadas (ONG, OSCIP, SCM e Agência de Fomento) e constantes da planilha de instituições de microfinanças. A saber:

1. Em caso de haver conhecimento prévio do nome e dados de contato de um responsável pela instituição, entrar em contato com a instituição e, em seguida, enviar e-mail com a solicitação de informações;
2. Caso não tenha a indicação prévia de uma pessoa responsável a quem enviar a solicitação de dados, entrar em contato telefônico com a instituição para saber a quem enviar e-mail;
3. Envio de e-mail, solicitando as informações, com carta de apresentação e planilha<sup>3</sup> para preenchimento dos dados;
  - a. Para controle efetivo da situação das instituições na pesquisa, o e-mail deve ser enviado com recibo de recebimento e leitura;
4. Em caso de não recebimento dos dados solicitados em 30 dias, a partir da data de envio do e-mail de solicitação de dados:
  - a. Refazer contato telefônico com a instituição e cobrar os dados;
  - b. Se necessário, a partir deste contato telefônico, reenviar o e-mail original, com a carta de apresentação e a planilha dos dados;
  - c. Manter contato telefônico periódico com a instituição para o recebimento dos dados;
  - d. A persistência do contato com a instituição deve ocorrer a cada 15 dias, com uma previsão de 6 ligações e 3 meses de espera dos dados, a partir da primeira ligação de renovação da cobrança dos dados (30 dias após o envio da primeira carta);
  - e. A insistência no contato com a instituição para a obtenção dos dados termina no momento em que eles são obtidos ou ao fim de 3 meses de contatos regulares, a cada 15 dias, sem sucesso em obter a resposta dos dados;
  - f. Após o recebimento da planilha, efetuar o controle de qualidade dos dados;

---

<sup>3</sup> Ver no ANEXO os modelos da Carta de Apresentação e da Planilha de Coleta de Dados.

- i. se os dados estiverem satisfatórios, arquivar a planilha;
  - ii. se os dados não forem satisfatórios, entrar em contato periódico novamente com a instituição até obter a nova planilha com as dúvidas solucionadas. O prazo limite para receber os dados reajustados foi 31 de dezembro de 2007.
5. Caso a instituição se recuse a responder a solicitação de dados, registrar a recusa na planilha e arquivar o e-mail de recusa;
  6. Caso a instituição não seja encontrada; registrar na planilha o encerramento da instituição ou a impossibilidade de localizá-la;
  7. Arquivar todos os e-mails de resposta, de recibo de recebimento e de leitura para quaisquer necessidades de conferência futura.

Além dos procedimentos estabelecidos como padrão de contato institucional, houve também o apoio do Sebrae Nacional e de suas unidades estaduais no contato e solicitação de dados das instituições constantes de seus cadastros, além do BNDES para as instituições que recebem *funding* do banco.

A despeito de todos os esforços realizados e de todos os procedimentos supracitados adotados, fez-se ainda necessário prorrogar a pesquisa junto as instituições microfinanceiras até 29 de fevereiro de 2008, com o intuito de se ampliar a amostra de instituições respondentes, dado o baixo índice de resposta. Nos meses de janeiro e fevereiro de 2008 ainda houve um esforço intensivo de telefonemas e contatos junto às instituições para a obtenção de dados.

### 3.3 Painel das instituições pesquisadas

Nessa sub-seção será apresentado um quadro resumo das instituições pesquisadas e a distribuição delas por unidades da federação.

O quadro compreende o processo de levantamento censitário das instituições, a sinopse do contato com as mesmas, respostas das instituições contatadas e resultado da amostra. Os indicadores adotados foram o universo estimado de instituições, as instituições que se repetem em vários estados<sup>4</sup>, o número de instituições não encontradas, o número efetivo do universo da pesquisa, o número de instituições que se recusaram a responder a pesquisa e o número de respondentes.

**Quadro1: Sinopse das Instituições Pesquisadas**

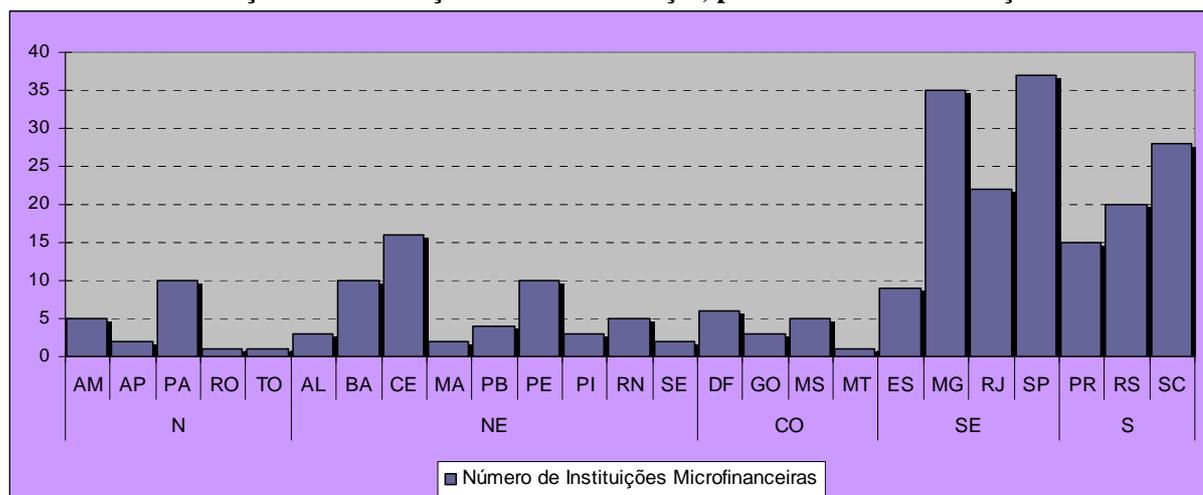
<b>Condição</b>	<b>Total</b>
Universo estimado de instituições	255
Instituições não-encontradas	11
<b>Universo efetivo de instituições (Sub-total)</b>	<b>244</b>
Instituições sem interesse em participar da pesquisa	18
<b>Total</b>	<b>226</b>
Instituições respondentes	58
Instituições que se repetem nas UFs, mas constantes uma única vez no cadastro	10

Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

<sup>4</sup> As instituições que aparecem nos diversos cadastros, em várias unidades da federação diferentes, foram contabilizadas na planilha censitária apenas uma vez, na unidade da federação sede. Ver Anexo 10.4.

A distribuição das instituições, por unidade da federação, foi realizada a partir do universo estimado, ou seja, as 255 instituições levantadas nos diferentes cadastros e bases de dados. Ela aponta a forte concentração de instituições na região sudeste (103), onde a maior concentração de instituições se dá em São Paulo, seguido muito proximamente por Minas Gerais. O sul é responsável pelo segundo maior número de instituições (63), com destaque para a concentração em Santa Catarina. A região nordeste surge em terceira posição (55), com a maior concentração no estado do Ceará, seguido de Pernambuco e Bahia. Por fim, as regiões norte (19) e centro-oeste (15) são as que apresentam um menor número de instituições dentre o universo estimado.

**Gráfico 1: Distribuição das Instituições de Microfinanças, por Unidade da Federação**



**Fonte:** Small Business/EBAPE/FGV.

## 4 Análise dos Dados

Previamente a análise dos dados, foi efetuada uma limpeza e análise de consistência dos mesmos. Foram consideradas as instituições que apresentaram dados para os três anos solicitados: 2004, 2005 e 2006. Destas, apenas uma que apresentou dados somente para o ano de 2006 foi incorporada, em função do início de suas operações nesse ano.

A análise dos dados observará três eixos metodológicos:

- Grandes regiões geográficas (norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul);
- Natureza jurídica das instituições (ONG, OSCIP, SCM)
- Agência de Fomento;

As agências de fomento serão analisadas em separado porque, em sua maioria, são responsáveis pelo fornecimento de *funding* às instituições microfinanceiras de seus estados e, neste caso, são conhecidas por instituições de segundo piso<sup>5</sup>. Contabilizá-las conjuntamente com as instituições de primeiro piso significaria, em muitos casos, promover a duplicação de parte da carteira existente, superestimando o volume de crédito colocado.

É relevante salientar que as análises a seguir levarão em consideração apenas o quantitativo dos respondentes a cada uma das perguntas.

---

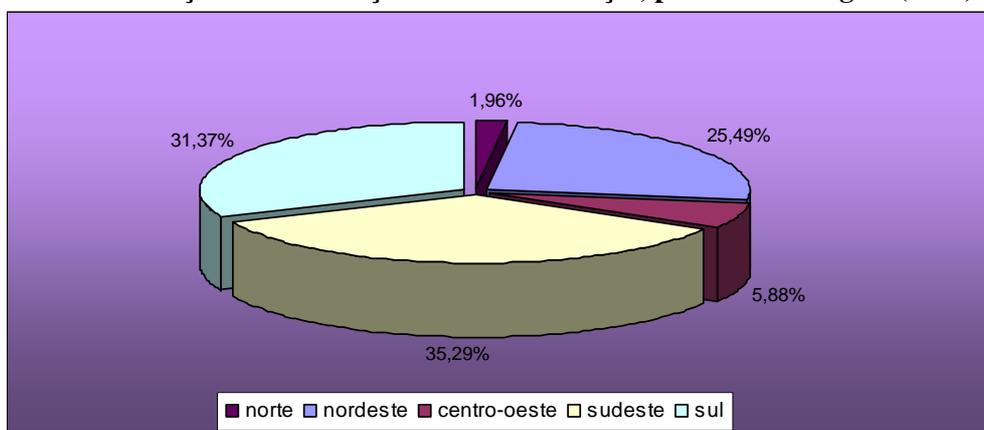
<sup>5</sup> As *instituições de primeiro piso* são aquelas que repassam o crédito diretamente ao tomador, fornecendo microcrédito. As *instituições de segundo piso* são aquelas que oferecem: i) linhas de repasse para outras operadoras de microcrédito; ii) recursos para desenvolvimento institucional; iii) recursos para capacitação dos agentes de crédito.

#### 4.1 Grandes Regiões Geográficas

Na análise por grandes regiões geográficas não serão consideradas as Agências de Fomento pela capacidade dessas de influenciarem os resultados, dados que algumas agências funcionam como instituições de segundo piso, fornecendo *funding* para outras instituições de suas regiões. As agências de fomento serão analisadas a parte, na seção 4.3. De um total de 58 instituições respondentes ao período de três anos de informações, foram excluídas 7 agências de fomento, restando 51 instituições.

Dentre as 51 instituições presentes na base de dados, a região norte colabora com uma instituição. Entre as 51 instituições analisadas, a região sudeste responde por 36% delas, com 18 instituições, seguida pela região sul (16), nordeste (13) e centro-oeste (3).

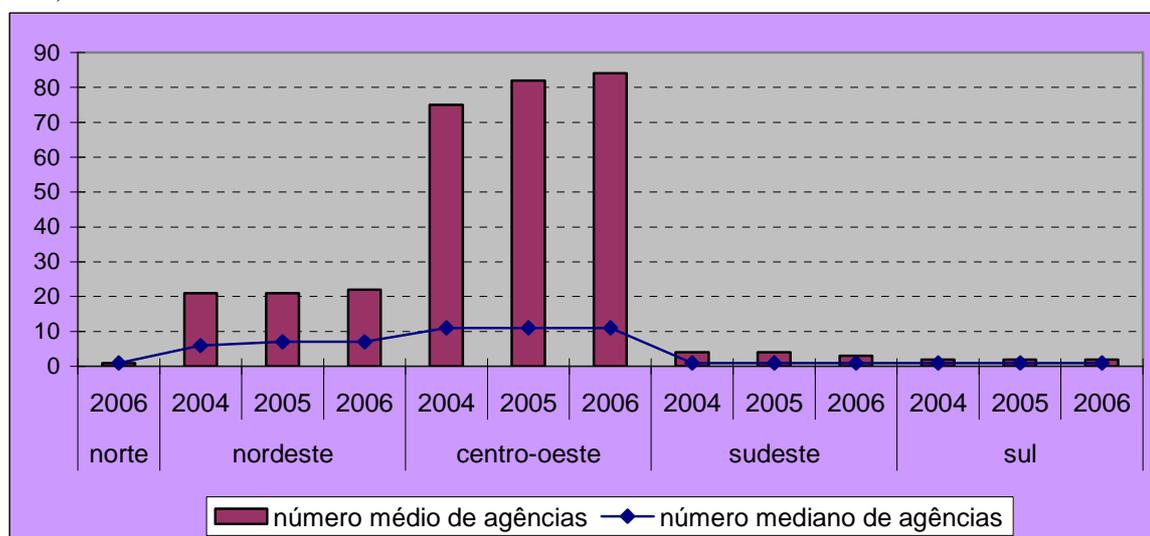
**Gráfico 2: Distribuição das Instituições de Microfinanças, por Grande Região (2005)**



Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

A localização regional da instituição é dada pela unidade da federação em que se encontra a sua sede. É importante ressaltar que o fato de uma instituição encontrar-se na região nordeste, por exemplo, não impede que ela atue em outras regiões do país, a exemplo do Programa Crediamigo e do Programa da Visão Mundial.

**Gráfico 3: Evolução do Número Médio e Mediano de Agências, por Grande Região (2004-2006)**



Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

A variável número de agências por instituição sofre grandes variações entre as grandes regiões. Adotando-se o ano de 2006 como referência, a região nordeste concentra o maior número total de agências (290), seguida das regiões centro-oeste (252), sudeste (59) e sul (32).

Em 2006, o centro-oeste (84) apresentava o maior número médio de agências por instituição, seguido por nordeste (22), sudeste (3), sul (2) e norte (1). O norte, sul e sudeste apresentam o mesmo número mediano de agências por instituição (1), seguido pelo nordeste (7) e pelo centro-oeste (11), como se observa no gráfico 3.

A enorme diferença entre média e mediana<sup>6</sup> no centro-oeste é consequência de dois fatores: o primeiro é a forte presença do Banco do Povo, com 238 agências, correspondendo a 94,44 % do total da região; o segundo é a

<sup>6</sup> A mediana é uma medida de localização do centro da distribuição dos dados. A mediana é o valor que a divide a distribuição ao meio, isto é, 50% dos elementos da amostra são menores ou iguais à mediana e os outros 50% são maiores ou iguais à mediana.

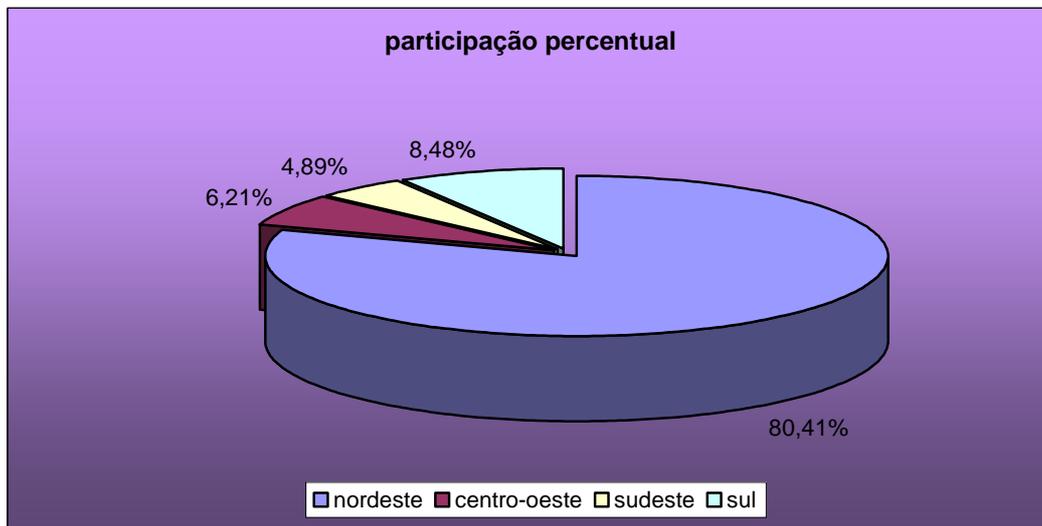
pulverização das demais agências entre as outras instituições. No nordeste esta diferença se repete em menor nível, dado que o Banco do Nordeste detém 57,44% das agências e o restante encontra-se pulverizado entre as demais 12 instituições. Nas regiões sudeste e sul observam-se um grande número de instituições com baixa concentração de agências. A média e a mediana se aproximam muito, com média de três agências por instituição no sudeste e média de duas agências por instituição no sul.

Não se observam grandes diferenças entre o número de agências intra-região ao longo do período 2004-2006. A diferença se dá entre regiões.

Quando observamos a carteira ativa total em número de empréstimos das instituições em 2006, esta totalizou 357.658 créditos concedidos. Destes, o nordeste concentra mais de 80% dos empréstimos, com um total de 293.333 créditos, seguido do sul (34.696), centro-oeste (15.282), sudeste (13.927) e norte (420). O gráfico seis apresenta a participação percentual de cada região em 2006.

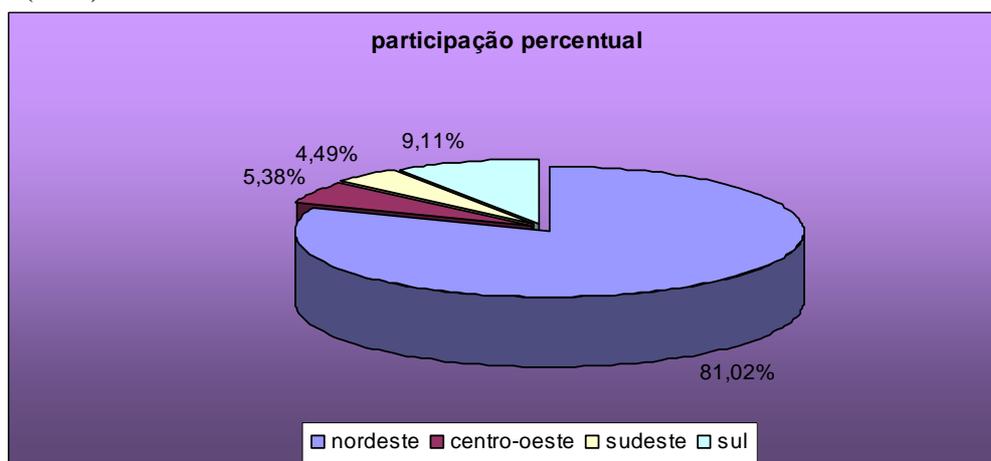
Observando-se que na evolução 2004-2006 (gráficos 4, 5 e 6) é crescente a participação do nordeste e do sul na carteira ativa total e constante a redução da participação do sudeste. Uma suposição a ser levantada quanto a esse aspecto pode ser, de um lado, a forte tradição do nordeste no crédito solidário, facilitando a colocação de crédito em escala e, de outro, a maior oferta de crédito na região sudeste, em relação às demais regiões, por outras entidades financeiras para além das microfinanceiras e por outras linhas de crédito (crédito consignado).

**Gráfico 4: Carteira Ativa Total em Número de Empréstimos das Instituições, por Grande Região (2004)**



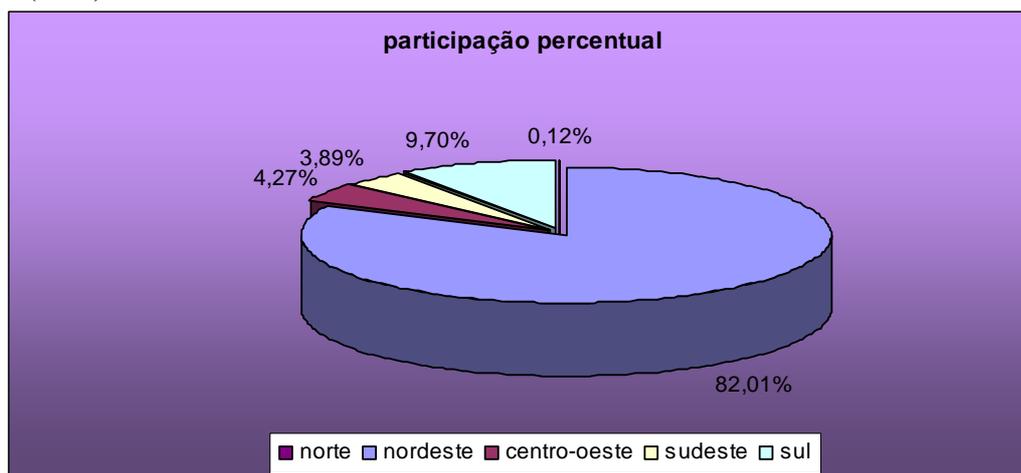
Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

**Gráfico 5: Carteira Ativa Total em Número de Empréstimos das Instituições, por Grande Região (2005)**



Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

**Gráfico 6: Carteira Ativa Total em Número de Empréstimos das Instituições, por Grande Região (2006)**



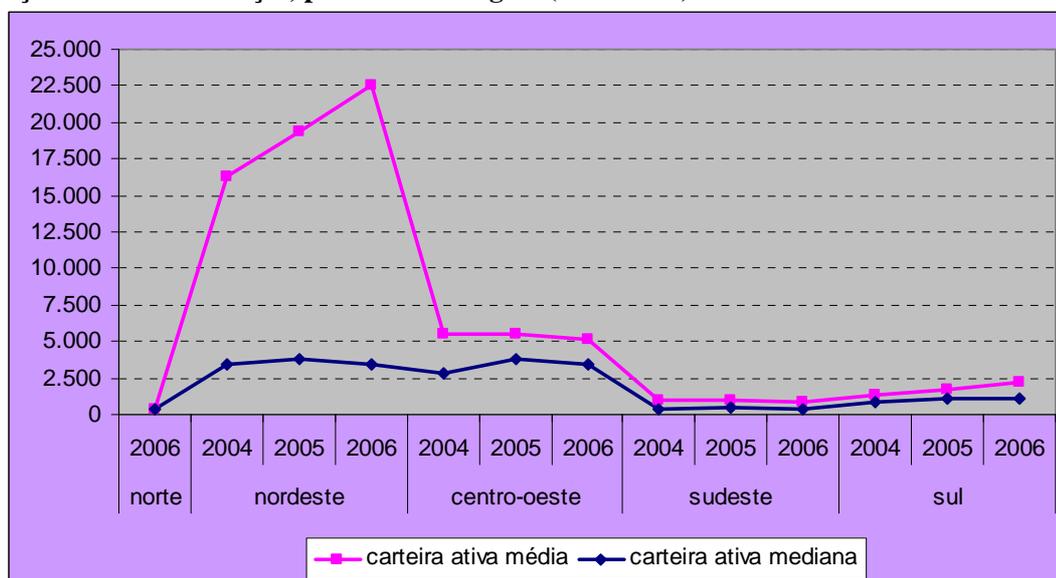
Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

Quando consideramos a carteira ativa média por região, o nordeste apresenta a maior carteira dentre todas as regiões, com uma média, por instituição, de 22.564 créditos (gráfico 7). Nas demais regiões os valores da carteira ativa média e mediana por região são bastante próximos, alcançando o patamar máximo dos 5.000 créditos.

A enorme diferença entre média e mediana no nordeste é consequência fundamentalmente da presença avassaladora do Banco do Nordeste, através do Programa Crediamigo, com uma carteira ativa em 2006 de 235.729 créditos, correspondendo a 80,36 % do total da região.

Ao se observar a linha temporal 2004-2006 do gráfico, percebe-se que nas demais regiões ocorre uma grande proximidade entre média e mediana, mostrando que as carteiras são pulverizadas entre as instituições. A análise temporal só acentua a distância na região nordeste, em decorrência da presença do Banco do Nordeste.

**Gráfico 7: Evolução da Carteira Ativa Média e Mediana, em Número de Empréstimos das Instituições de Microfinanças, por Grande Região (2004-2006)**



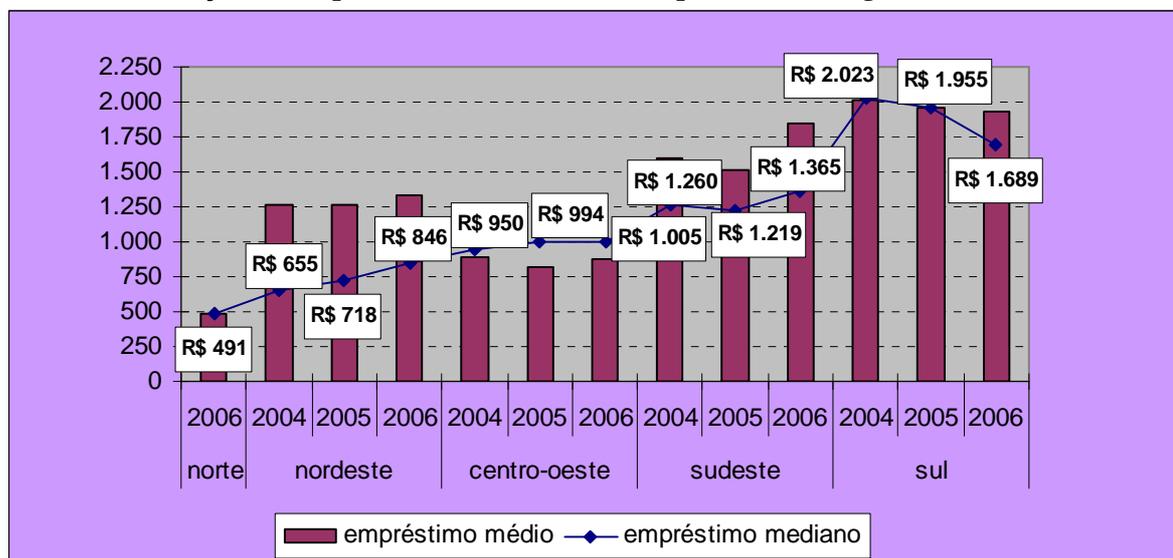
Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

Em 2006, considerando-se o empréstimo médio (gráfico 8) das instituições de microfinanças, por região, o mais alto valor médio encontra-se no sul (R\$1.928,37) e o menor valor médio no centro-oeste (R\$ 879,50).

No centro-oeste, o valor mediano é sistematicamente superior ao valor médio e no nordeste que encontramos a maior distância entre empréstimo médio e mediano, sendo uma diferença de cerca de R\$ 500,00 entre um e outro.

Analisando-se a evolução dos dados, enquanto o valor mediano do empréstimo cresce sistematicamente no nordeste e no centro-oeste, o mesmo decresce no sudeste. Esse fator possivelmente decorre de duas causas diferentes: i) a forte pulverização de microfinanceiras com pequenas carteiras e; ii) a maior oferta de outras fontes de crédito na região sudeste, permitindo que o microempreendedor contraia empréstimos menores em mais de uma instituição, ao invés de um único empréstimo em uma única instituição.

**Gráfico 8: Evolução do Empréstimo Médio e Mediano, por Grande Região (2004-2006)**

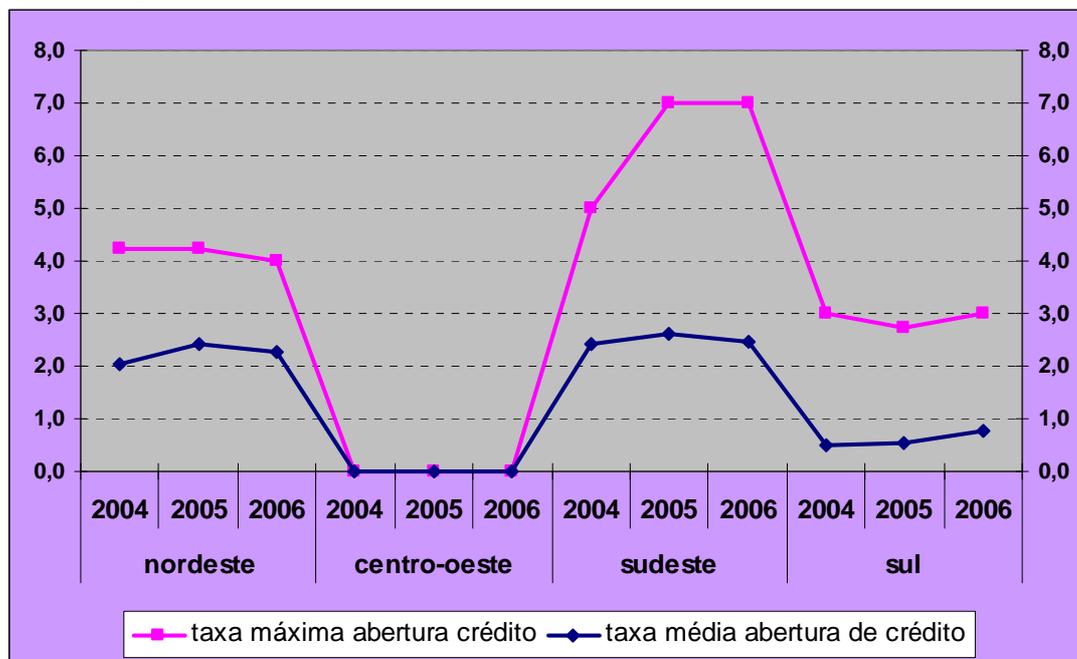


Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

A taxa de abertura de crédito é uma outra variável analisada e que apresenta diferenças significativas de valor. O gráfico 9 mostrará os dados referentes às taxas percentuais sobre o valor do crédito concedido. Quando há mais de uma taxa percentual por instituição, foi adotado o valor médio das taxas. As maiores taxas de abertura de crédito, tanto as taxas máximas quanto as taxas médias, encontram-se no sudeste. A ausência de valores para o centro-oeste é devida a não informação de dados por algumas instituições e a não cobrança de taxa de abertura de crédito por outras. São cinco as instituições no sul que não cobram taxa de abertura de crédito, colaborando para a queda significativa da taxa média de abertura de crédito na região.

Analisando-se a evolução longitudinal das taxas por região, há uma tendência de crescimento na região sul e de queda dos valores na região nordeste.

**Gráfico 9: Evolução da Taxa Percentual Máxima e Média de Abertura de Crédito, por Grande Região (2004-2006)**



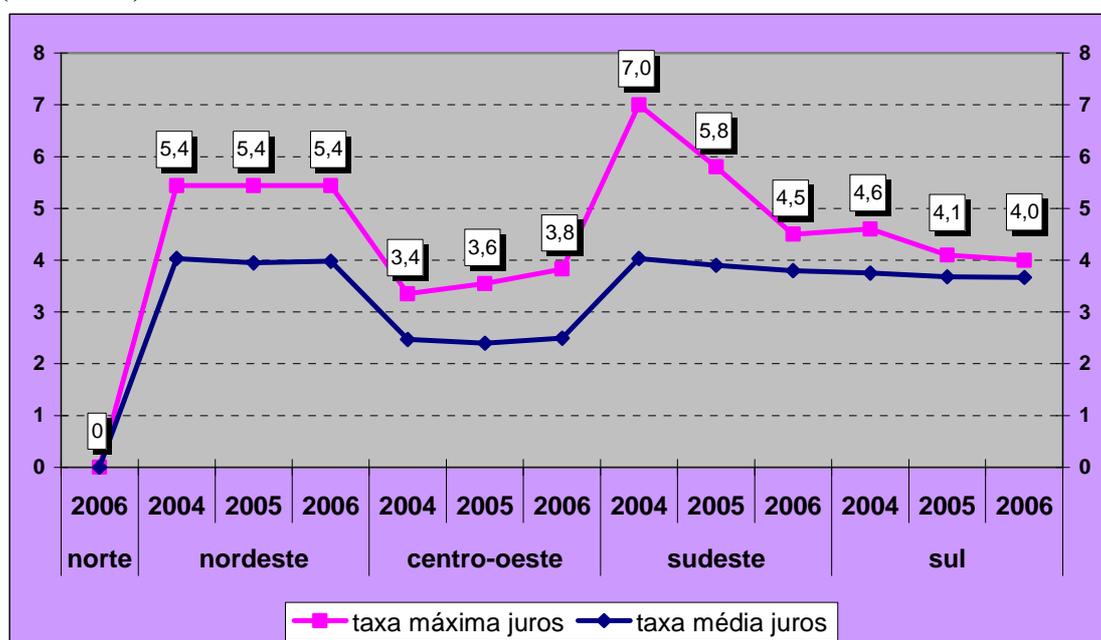
Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

O gráfico 10 nos mostra as taxas mensais nominais de juros, tanto máxima quanto média, praticadas pelas instituições de microfinanças, por região, na concessão dos empréstimos. Estas taxas correspondem às praticadas em 31 de dezembro de cada ano. A região norte apresenta taxa de juros zero porque não há cobrança de juros nos créditos concedidos. A maior diferença entre taxa máxima e média encontra-se na região sudeste no ano de 2004, em que a taxa média era de 4,0% a.m. enquanto a taxa máxima atingiu 7,0% a.m., o maior valor já praticado ao longo do período 2004-2006. No sul, a taxa média e máxima são quase iguais.

Analisando-se a evolução do período, a tendência é de constância, com uma queda muito tímida nas taxas médias, por região. A despeito da queda do

valor da TJLP<sup>7</sup> nos últimos anos, o determinante para o valor das taxas de juros praticadas pelas instituições microfinanceiras é o seu custo operacional. Este, em geral, é alto por ser intensivo em capital humano. Nesse cenário, as taxas de juros praticadas pelas microfinanceiras tendem a permanecerem estáveis independentemente da queda da TJLP.

**Gráfico 10: Evolução da Taxa Máxima e Média Mensal de Juros (%), por Grande Região (2004-2006)**



Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

Na seqüência será realizada uma breve análise das instituições por tipo de natureza jurídica.

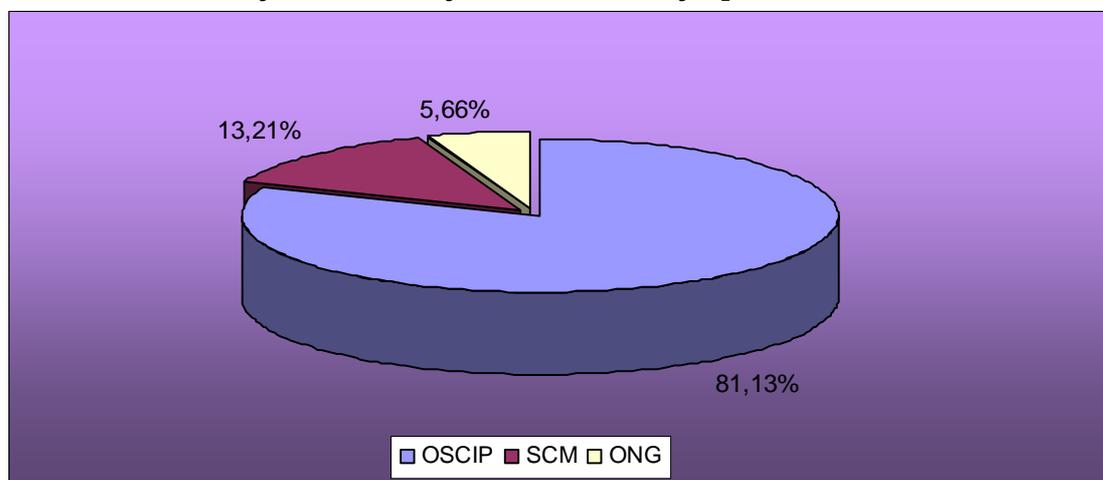
<sup>7</sup> Taxa de Juros de Longo Prazo, que norteia o custo financeiro de *funding* das instituições de microfinanças..

## 4.2 Natureza Jurídica das Instituições

Entre as 51 instituições analisadas no período 2004-2006, mais de 80% delas são Organização das Sociedades Civis de Interesse Público (OSCIPs), com 43 instituições, seguida pelas Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCMs), com 7 instituições, sendo as três restantes Organizações Não-Governamentais (gráfico 11).

O grande número de Organização das Sociedades Civis de Interesse Público (OSCIPs) decorre de uma mudança institucional-legal: a figura jurídica da OSCIP foi criada pela Lei 9.790/1999, com a finalidade de livrar as ONGs creditícias dos limites da Lei da Usura. Desta maneira, grande parte das instituições microfinanceiras, até então ONGs, transformaram-se em OSCIPs, reduzindo significativamente o número de ONGs creditícias ao longo do tempo.

**Gráfico 11: Distribuição das Instituições de Microfinanças por Natureza Jurídica (2006)**



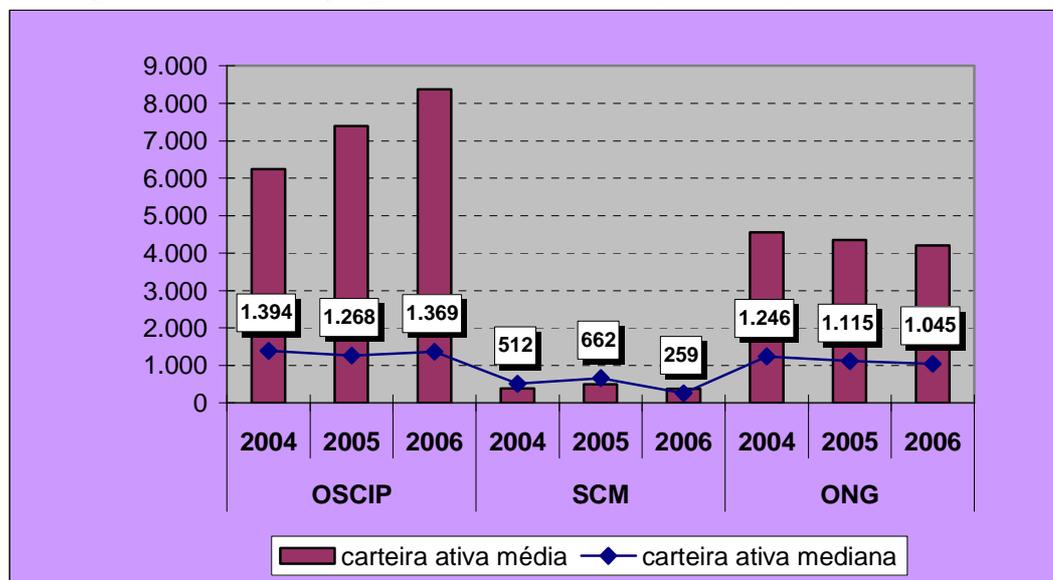
Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

A seguir será mostrado, para o recorte das instituições jurídicas, duas variáveis anteriormente analisadas para as grandes regiões – carteira ativa em números de empréstimos e taxas de juros praticadas pelas instituições – a fim de se evidenciar comparativamente os resultados.

Para o ano de 2006 (gráfico 12), as OSCIPs apresentam as maiores diferenças entre carteira ativa média (8.329) e carteira ativa mediana (1.369). Esta carteira ativa média tão elevada para as OSCIPs, em relação as instituições de outras naturezas jurídicas se deve, em parte, à concentração de OSCIPs em relação aos demais tipos e, em outra parcela, ao caráter fortemente influente do Banco do Nordeste, com o Programa Crediamigo, seja qual for a categoria metodológica pela qual a sua carteira é analisada. Ao concentrar, em 2006, 66% da carteira ativa do país em números de créditos, o Crediamigo é um ponto influente em qualquer recorte metodológico definido para a análise estatística.

Observando-se a evolução no período, observam-se dois resultados distintos: i) a crescente diferença entre os valores médios e medianos do número de empréstimos para as OSCIPs; ii) há uma tendência constante de crescimento da carteira média das OSCIPs, enquanto as SCMs perdem espaço. O primeiro resultado é decorrente de um grande número de OSCIPs com pequenas carteiras e poucas com alto número de empréstimos, o que provoca a grande diferença entre média e mediana. A segunda informação resulta da concorrência enfrentada pelas SCMs em relação às instituições financeiras na oferta de crédito, fazendo com que essas detenham carteiras pequenas e pulverizadas.

**Gráfico 12: Evolução da Carteira Ativa Média e Mediana, em Número de Empréstimos das Instituições de Microfinanças, por Natureza Jurídica (2004-2006)**

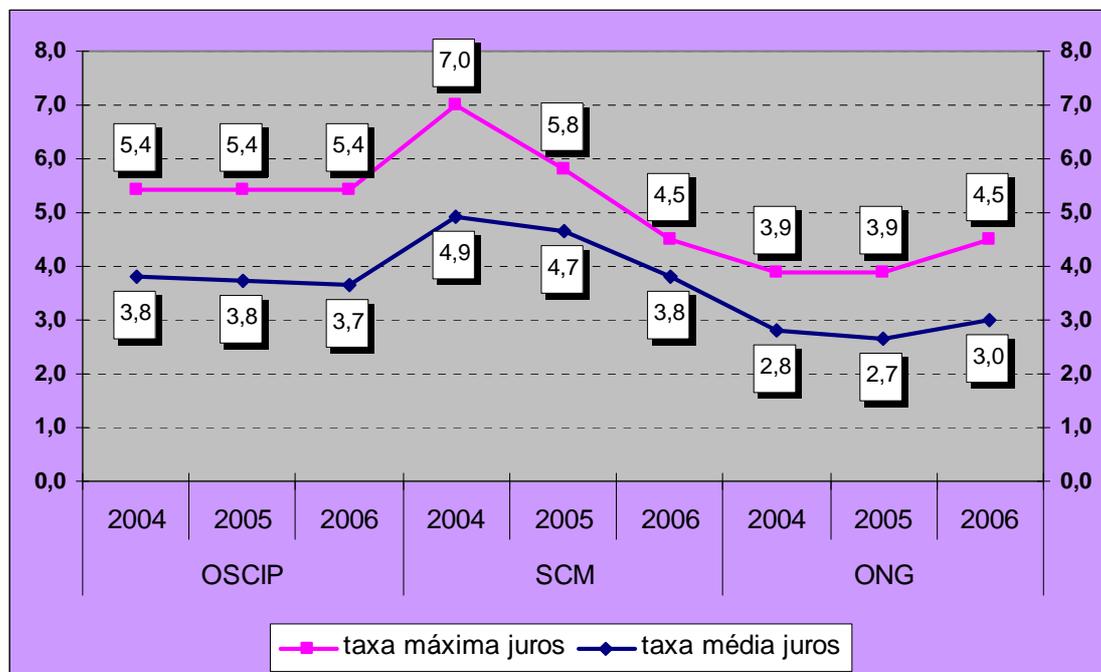


Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

Na análise por natureza jurídica da instituição, o pico das taxas de juros percentuais mensais (média e mediana) foi alcançado em 2004 pelas SCMs. Em 2006, elas ainda apresentavam a taxa média no patamar mais alto. Chama a atenção o fato de que são justamente as SCMs que apresentam as menores carteiras ativas. Entretanto, na média para os anos 2004-2006, são as OSCIPs que apresentam a maior diferença entre as taxas máxima e média – 1,7%, a média para o período. As menores taxas nominais de juros, tanto máxima, quanto média, são das ONGs (gráfico 13).

As altas taxas de juros das SCMs podem ser decorrentes do fato de que estas instituições, diferentemente das OSCIPs e ONGs, podem ser lucrativas. Dessa maneira, elevam as taxas de juros para fins lucrativos. Por outro lado, as taxas mais altas associadas aos dados anteriores de pequenas carteiras são um indicativo que as SCMs sejam menos competitivas em relação às demais instituições.

**Gráfico 13: Evolução da Taxa Máxima e Média Mensal de Juros (%), por Natureza Jurídica (2004-2006)**



Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

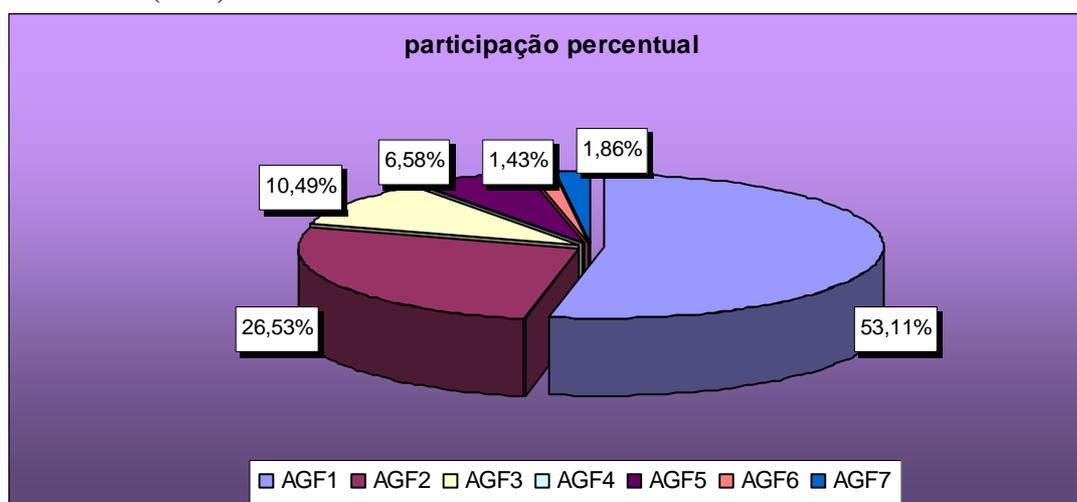
### 4.3 Agências de Fomento

Com já dito, as agências de fomento, em sua grande maioria, atuam como instituições de segundo piso em suas unidades federativas. Nesse sentido, sua análise será mais sucinta por alguns indicadores não se justificarem para instituições públicas de apoio a outras instituições de microfinanças, tais como os de risco e lucratividade. São sete as instituições analisadas<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> A fim de preservar a identidade das agências de fomento, todas receberam aleatoriamente um número identificador.

O primeiro indicador a ser apresentado é a carteira ativa. O gráfico 14 traz o percentual de seis das instituições. A agência de fomento número quatro não apresentou a informação.

**Gráfico 14: Carteira Ativa Total em Número de Empréstimos das Instituições, por Agência de Fomento (2006)**



Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

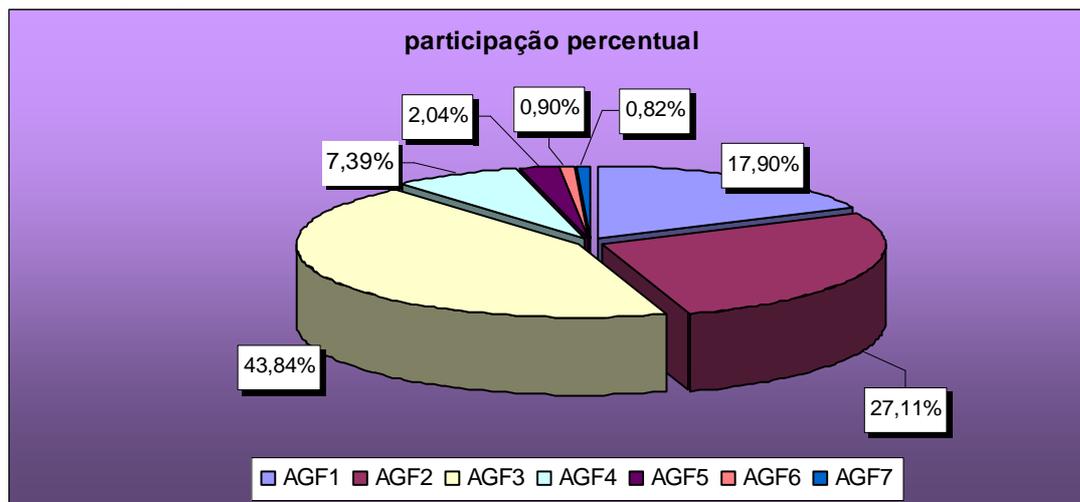
Nesse segmento ocorre também uma forte concentração. Observe-se que apenas duas agências detêm quase 80% da carteira ativa em número de créditos, sendo que a AGF1 domina mais de 50% do número de créditos colocados em 2006.

Observando-se a carteira ativa total em volume de crédito (gráfico 15), a concentração é ligeiramente menor, com mudança no *ranking*: a AGF3 passa a representar quase 45% do volume de crédito colocado, seguido pela AGF2, com 27% do crédito. Isto significa que há uma forte concentração de um grande número de créditos, por um lado, em poucas instituições e poucos créditos com mais alto valor, pelo outro lado, nas demais instituições.

O gráfico 16 corrobora essa informação, ao apresentar o número de agências por Agência de Fomento. Dentre as sete agências de fomento, três

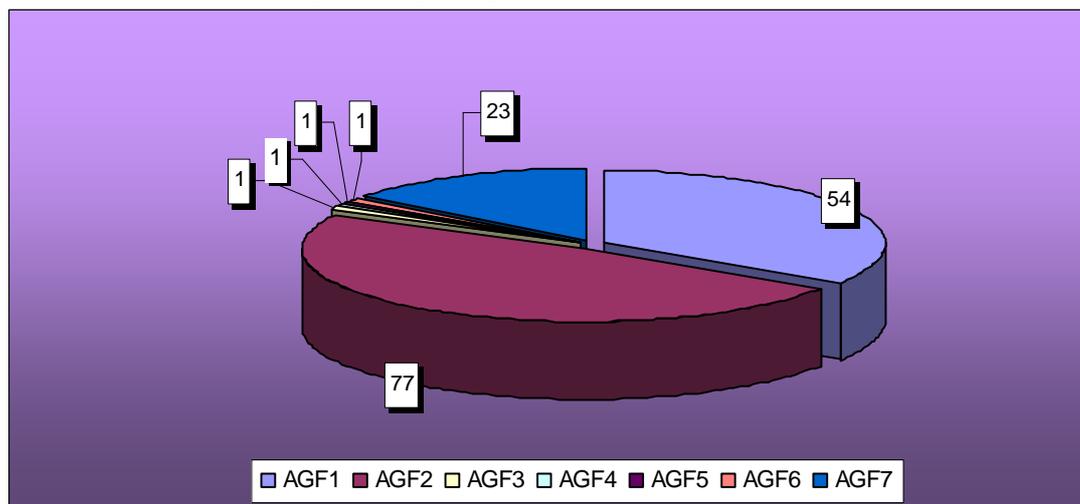
delas atuam diretamente junto ao cliente de microcrédito e as demais atuam como entidades de segundo piso.

**Gráfico 15: Carteira Ativa Total em Volume de Crédito das Instituições, por Agência de Fomento (2006)**



Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

**Gráfico 16: Número de Agências, por Agência de Fomento (2006)**



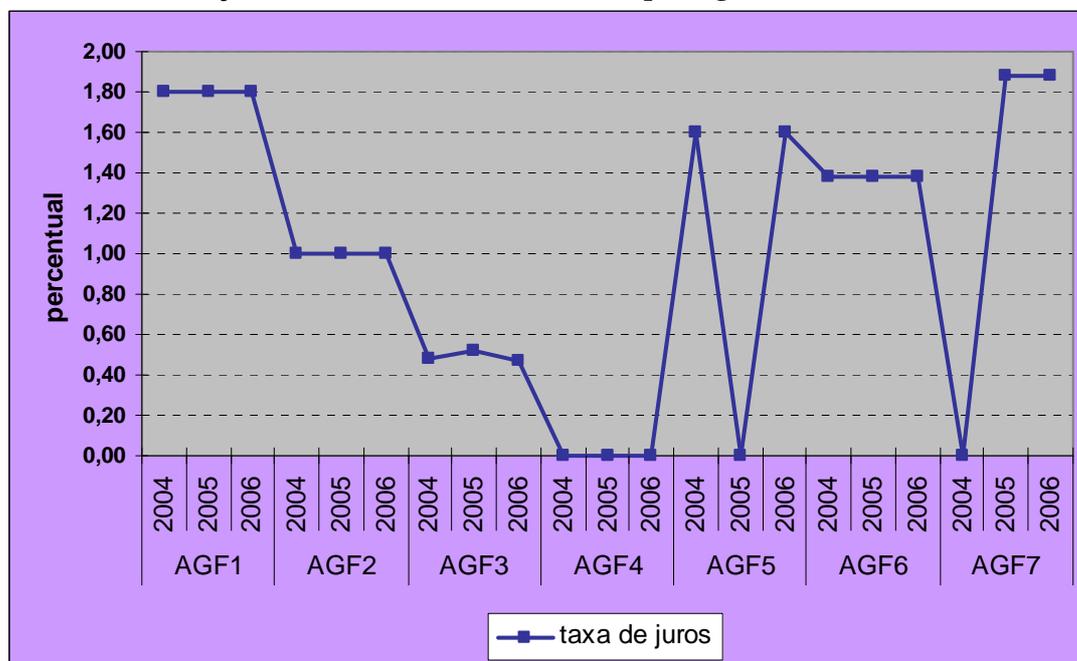
Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

Em se tratando de instituições governamentais, em maioria de segundo piso, espera-se taxas de juros baixas. A taxa mensal de juros (gráfico 17), por agência de fomento, corrobora essa expectativa, com a taxa máxima abaixo de 1,9% a.m., ainda que algumas das taxas sejam elevadas se adotadas para *funding*.

A evolução dos dados mostra que as taxas são constantes ou em queda, no período 2004-2006. Não há informação de dados para a AGF4 e para a AGF5 no ano de 2005. A AGF 5, em 2005, esteve inativa.

No caso das agências de fomento, essas são mais sensíveis as taxas de juros básicas da economia, se comparado as OSCIPs, ONGs e SCMs. A razão disso reside no fato de que as agências são órgãos públicos e o seu investimento em capital humano já é contabilizado na folha pública do estado ou município, não pressionando os custos operacionais. Isso permite que a uma queda nos valores das taxas básicas de juros, as agências possam repassar no todo ou em parte essa redução para seus clientes.

**Gráfico 17: Evolução da Taxa Mensal de Juros (%), por Agência de Fomento (2004-2006)**



Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

A seção seguinte tratará da metodologia dos indicadores financeiros e operacionais.

## 5 Metodologia dos Indicadores

A metodologia dos indicadores foi pensada de maneira a possibilitar a comparabilidade de indicadores financeiros e operacionais ao nível de região e natureza jurídica de instituição e, na medida do possível, inclusive a comparabilidade internacional. Dessa forma, os indicadores adotados seguem a modelagem desenvolvida conjuntamente e adotada pela agência *MicroRate* e pela Divisão de Micro, Pequena e Média Empresa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A seguir será apresentada a metodologia dos indicadores a serem adotados na análise das instituições de microfinanças. Os indicadores estão divididos em quatro grandes grupos de interesse para a análise institucional do setor: eficiência e produtividade (quatro indicadores), qualidade da carteira (quatro indicadores), gestão financeira (três indicadores) e lucratividade (três indicadores).

### 1) *Eficiência e Produtividade*

#### 5.1 *Taxa de Gastos Operacionais (TGO)*

$$TGO = \frac{\text{Gastos Operacionais}}{\text{Valor da Carteira Ativa Média}} \times 100$$

##### 5.1.1 *Função analítica*

Essa taxa representa o melhor indicador de eficiência total dos empréstimos da instituição. Mede o custo institucional de se fazer empréstimos de microcrédito.

Quanto menor a taxa de gastos operacionais, maior a eficiência institucional.

### 5.1.2 Cálculo da Taxa de Gastos Operacionais

A taxa é calculada dividindo-se todas as despesas operacionais relacionadas à operação da instituição (são os gastos de pessoal + gastos administrativos + depreciação, se houver) no ano base pela média do valor da carteira no período do ano base e do ano anterior.

**Ex:** se o indicador se referir ao ano base **n**, o período médio é representado pela média simples dos valores totais de empréstimos ativos em **n-1** (ano anterior ao ano base) e em **n** (ano base).

Receitas de juros e provisão de gastos, bem como gastos extraordinários não são incluídos no cálculo.

## 5.2 Custo por Empréstimo (CE)

$$CE = \frac{\text{Gastos Operacionais}}{\text{Número Médio de Empréstimos Ativos}}$$

### 5.2.1 Função analítica

Essa taxa representa uma medida de eficiência do custo médio de se manter um empréstimo ativo. Como o valor do empréstimo não é contabilizado no denominador, as instituições que emprestam valores médios mais altos não aparecem como as mais eficientes, como ocorre com a taxa de gastos operacionais. Dessa forma, esse segundo indicador é mais preciso em relação ao primeiro.

Quanto menor o custo, maior a eficiência institucional.

### 5.2.2 Cálculo do Custo por Empréstimo

O Custo por Empréstimo é calculado dividindo-se todas as despesas operacionais relacionadas à operação da instituição (são os gastos de pessoal + gastos administrativos + depreciação, se houver) no ano base pelo número médio de empréstimos ativos no período do ano base e do ano anterior.

**Ex:** se o indicador se referir ao ano base **n**, o período médio é representado pela média simples dos números totais de empréstimos ativos em **n-1** (ano anterior ao ano base) e em **n** (ano base).

Receitas de juros e provisão de gastos, bem como gastos extraordinários não são incluídos no cálculo. Além destes, empréstimos de penhor ou para consumo são também excluídos do cálculo.

### 5.3 Produtividade por Empregado (PE)

$$PE = \frac{\text{Número de Empréstimos Ativos}}{\text{Número Total de Empregados}}$$

#### 5.3.1 Função analítica

Essa taxa representa a produtividade de todos os empregados da instituição, tanto os administrativos quanto os agentes de crédito. Indiretamente, essa taxa mede a burocracia da instituição na concessão de crédito. Uma baixa produtividade não significa necessariamente que o pessoal trabalha pouco, mas pode indicar que existe muita burocracia na concessão do crédito, consumindo muito tempo de trabalho da equipe.

Quanto maior a taxa, maior a produtividade.

### **5.3.2 Cálculo da Produtividade por Empregado**

O cálculo da taxa de Produtividade por Empregado é dado pelo número de empréstimos ativos em 31 de dezembro de cada ano dividido pelo número total de empregados da instituição no mesmo período, que trabalham período integral.

Os empréstimos de penhor ou para consumo são excluídos do cálculo.

### **5.4 Produtividade por Analista de Crédito (PA)**

$$PA = \frac{\text{Número de Empréstimos Ativos}}{\text{Número Total de Agentes de Crédito}}$$

#### **5.4.1 Função analítica**

Essa taxa representa a produtividade específica dos agentes de crédito. É um dos principais indicadores do setor de microfinanças. É também um indicador da velocidade com que a instituição é capaz de colocar créditos no mercado.

Quanto maior a taxa, maior a produtividade.

#### **5.4.2 Cálculo da Produtividade por Analista de Crédito**

O cálculo da taxa de Produtividade por Agente de Crédito é dado pelo número de empréstimos ativos em 31 de dezembro de cada ano dividido pelo número total de agentes de crédito da instituição no mesmo período, que trabalham período integral. Os agentes de crédito são funcionários diretamente envolvidos com o cliente para a concessão do crédito.

Os empréstimos de penhor ou para consumo são excluídos do cálculo.

## **II) Qualidade da Carteira**

### **5.5 Taxa de Risco da Carteira Ativa Total (TR<sub>C</sub>)**

$$TR_C = \frac{\text{Carteira Ativa em Atraso acima de 30 dias} + \text{Carteira Total Refinanciada.}}{\text{Valor da Carteira Ativa Total}} \times 100$$

#### **5.5.1 Função analítica**

Trata-se do indicador mais conhecido de qualidade da carteira. Ele mostra a parcela da carteira que se encontra sob risco em relação à carteira ativa total. Tanto a MicroRate, quanto o BID consideram que, em geral, quando a taxa ultrapassa 10%, a carteira da instituição inspira cuidados e uma atenção especial. A razão disto é que o montante emprestado, quando não pago devidamente, é de difícil recuperação dada a baixíssima presença de colaterais<sup>9</sup> no momento da concessão do crédito.

Todavia, cumpre esclarecer que um risco alto não leva necessariamente a perdas para a instituição.

Quanto maior a taxa, maior o risco.

#### **5.5.2 Cálculo da Taxa de Risco da Carteira Ativa Total:**

A Taxa de Risco da Carteira Ativa Total é calculada dividindo-se o somatório da carteira ativa em atraso acima de 30 dias e da carteira total refinanciada pela carteira ativa total.

---

<sup>9</sup> Os colaterais financeiros são ativos que constituem as garantias reais para a concessão do crédito, adotados usualmente pelas instituições bancárias tradicionais. O público-alvo do microcrédito, por ser informal e de baixa-renda usualmente não possui esses colaterais para dar em garantia de um eventual não pagamento do crédito. (ESTRELLA, 2008)

A taxa de risco pode também ser calculada a partir de carteiras ativas em atraso acima de 60, 90 ou 120. Em geral, carteiras em atraso acima de 180 dias são consideradas carteiras castigadas, ou seja, empréstimos, não pagos, dados por perdidos.

## **5.6 Taxa de Provisão de Gastos(TPG)**

$$TPG = \frac{\text{Provisão de Gastos com Empréstimos Perdidos.}}{\text{Carteira Ativa Média}} \times 100$$

### **5.6.1 Função analítica**

Esta taxa mede os gastos futuros da instituição com empréstimos castigados. Nem sempre as instituições adotam uma política de provisão para empréstimos perdidos. Todavia seria desejável que com um crescimento da carteira, a política de provisão fosse adotada, trazendo maior segurança para a instituição.

Quanto maior a taxa, pior a qualidade da carteira.

### **5.6.2 Cálculo da Taxa de Provisão de Gastos**

A taxa de Provisão de Gastos com empréstimos perdidos é calculada pela divisão entre a provisão de gastos com empréstimos perdidos no ano base e o número médio de empréstimos ativos no período do ano base e do ano anterior.

**Ex:** se o indicador se referir ao ano base **n**, o período médio é representado pela média simples dos valores totais de empréstimos ativos em **n-1** (ano anterior ao ano base) e em **n** (ano base).

## 5.7 Taxa de Cobertura de Risco (TCR)

$$TCR = \frac{\text{Reserva para Empréstimos Perdidos}}{\text{Carteira Ativa em Atraso acima de 30 dias} + \text{Carteira Total Refinanciada}} \times 100$$

### 5.7.1 Função analítica

Este indicador nos mostra o percentual da Carteira Ativa sob Risco que é coberto pela reserva para empréstimos perdidos. É um indicador importante para nos dizer o quanto uma instituição microfinanceira está preparada para um cenário de piora da qualidade da carteira.

Freqüentemente, as instituições microfinanceiras tendem a ser conservadoras com altos níveis de taxa de cobertura, justamente por desconhecerem com maior precisão a natureza do risco dos empréstimos e devido a estes, em geral, não serem protegidos por colaterais.

Quanto maior a taxa, maior a proteção do risco da carteira.

### 5.7.2 Cálculo da Taxa de Cobertura de Risco

A Taxa de Cobertura de Risco é calculada a partir da divisão entre a reserva para empréstimos perdidos e o somatório da carteira ativa em atraso acima de 30 dias com a carteira total refinanciada.

## 5.8 Taxa de Carteira Castigada (TCC)

$$TCC = \frac{\text{Valor da Carteira Castigada}}{\text{Valor da Carteira Ativa Média}} \times 100$$

### 5.8.1 Função analítica

Esta taxa representa o peso dos empréstimos removidos da carteira por alta probabilidade de não serem pagos. Não é uma regra estabelecida, mas geralmente as instituições consideram empréstimos castigados aqueles com mais de 180 dias em atraso. A retirada dos empréstimos considerados perdidos da carteira significa o não inflacionamento da carteira ativa com empréstimos de difícil recuperação.

Quanto mais alta a taxa, pior a qualidade da carteira.

### 5.8.2 Cálculo da Taxa de Carteira Castigada

A taxa de Carteira Castigada é calculada pela divisão entre o valor da carteira castigada no ano base e o número médio de empréstimos ativos no período do ano base e do ano anterior.

**Ex:** se o indicador se referir ao ano base **n**, o período médio é representado pela média simples dos valores totais de empréstimos ativos em **n-1** (ano anterior ao ano base) e em **n** (ano base).

## III) Gestão Financeira

### 5.9 Taxa de Gastos com Capitalização (TGC)

$$TGC = \frac{\text{Gasto Total com Juros e Tarifas}}{\text{Valor da Carteira Ativa Média}} \cdot 100$$

### 5.9.1 Função analítica

A Taxa de Gastos com Capitalização representa o percentual de gastos financeiros totais da instituição para o financiamento de sua carteira ativa.

Esta taxa é importante para ajudar a determinar a taxa mínima de juros que a instituição pode adotar para cobrir seus custos, mantendo a sustentabilidade de suas operações. A diferença entre os recursos obtidos com juros e tarifas gerados pela carteira ativa e os custos financeiros da instituição de se capitalizar representa a margem líquida de retorno da instituição.

Quanto menor os custos de capitalização, menor o custo de sustentabilidade da carteira.

### 5.9.2 Cálculo da Taxa de Gastos com Capitalização

O cálculo da taxa é realizado a partir da divisão do gasto total com juros e tarifas no ano base pelo número médio de empréstimos ativos no período do ano base e do ano anterior.

**Ex:** se o indicador se referir ao ano base **n**, o período médio é representado pela média simples dos valores totais de empréstimos ativos em **n-1** (ano anterior ao ano base) e em **n** (ano base).

### 5.10 Taxa de Custos com Financiamento (TCF)

$$TCF = \frac{\text{Gasto Total com Juros e Tarifas}}{\text{Valor do Passivo Total Médio}} \times 100$$

### 5.10.1 Função analítica

A Taxa de Custos com Financiamento mede o custo médio da instituição de se financiar (tomar empréstimo).

Quanto menor a taxa, menor o custo médio do dinheiro tomado emprestado.

### 5.10.2 Cálculo da Taxa de Custos com Financiamento

O cálculo da taxa é realizado a partir da divisão do gasto total com juros e tarifas no ano base pelo valor médio do passivo total no período do ano base e do ano anterior.

**Ex:** se o indicador se referir ao ano base **n**, o período médio é representado pela média simples dos valores passivos totais em **n-1** (ano anterior ao ano base) e em **n** (ano base).

## 5.11 Taxa de Endividamento (TE)

$$TE = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

### 5.11.1 Função analítica

A Taxa de Endividamento mede a capacidade de alavancagem da instituição. Tradicionalmente a alavancagem das instituições de microfinanças é baixa. Mas quando elas passam a atuar como intermediárias de outras instituições a tendência é uma elevação na alavancagem.

Quanto maior a taxa, menor o endividamento.

### 5.11.2 Cálculo da Taxa de Endividamento

O cálculo da Taxa de Endividamento é realizado a partir da divisão do passivo total pelo patrimônio líquido.

## IV) Lucratividade

### 5.12 Taxa de Retorno sobre o Patrimônio (TRP)

$$TRP = \frac{\text{Receita Líquida}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}} \times 100$$

#### 5.12.1 Função analítica

Trata-se de uma medida de lucratividade da instituição, que mede o retorno do investimento. É particularmente relevante na análise das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCMs), por estas serem pessoas jurídicas com fins lucrativos.

Quanto maior a taxa, maior o retorno sobre o investimento.

#### 5.12.2 Cálculo da Taxa de Retorno sobre o Patrimônio

A Taxa de Retorno sobre o Patrimônio é calculada pela divisão do lucro líquido (receita descontada de impostos e sem recebimento de doações) no ano base pelo valor médio do patrimônio líquido no período do ano base e do ano anterior.

**Ex:** se o indicador se referir ao ano base **n**, o período médio é representado pela média simples dos valores de patrimônio líquido em **n-1** (ano anterior ao ano base) e em **n** (ano base).

### **5.13 Taxa de Retorno sobre os Ativos (TRA)**

$$TRA = \frac{\text{Receita Líquida}}{\text{Ativo Total Médio}} \times 100$$

#### **5.13.1 Função analítica**

A Taxa de Retorno sobre os Ativos é uma medida geral de lucratividade da instituição, que mede tanto a margem de lucro quanto a eficiência da instituição no uso de seus ativos.

Quanto maior a taxa, maior a lucratividade.

#### **5.13.2 Cálculo da Taxa de Retorno sobre os Ativos**

A Taxa de Retorno sobre os Ativos é calculada pela divisão do lucro líquido (receita descontada de impostos e sem recebimento de doações) no ano base pelo valor médio dos ativos totais no período do ano base e do ano anterior.

**Ex:** se o indicador se referir ao ano base **n**, o período médio é representado pela média simples dos valores dos ativos totais em **n-1** (ano anterior ao ano base) e em **n** (ano base).

### **5.14 Taxa de Retorno sobre a Carteira Ativa ( $TR_{E-C}$ )**

$$TR_{E-C} = \frac{\text{Receita Total com Juros e Tarifas.}}{\text{Valor da Carteira Ativa Média}} \times 100$$

#### **5.14.1 Função analítica**

Esta taxa mede o quanto as instituições microfinanceiras recebem em pagamentos de juros e tarifas referentes aos empréstimos concedidos aos seus clientes durante o período base.

Quanto maior a taxa de retorno sobre a carteira, maior a eficiência da instituição.

#### **5.14.2 Cálculo da Taxa de Retorno sobre a Carteira Ativa**

A Taxa de Retorno sobre a Carteira Ativa é calculada dividindo a receita financeira total recebida com juros e tarifas dos empréstimos pelo número médio de empréstimos ativos no período do ano base e do ano anterior.

**Ex:** se o indicador se referir ao ano base **n**, o período médio é representado pela média simples dos valores totais de empréstimos ativos em **n-1** (ano anterior ao ano base) e em **n** (ano base).

## **6 Análise dos Indicadores**

Nessa seção será apresentada a análise dos indicadores do setor. Para cada indicador serão apresentadas duas análises: por região e por natureza jurídica.

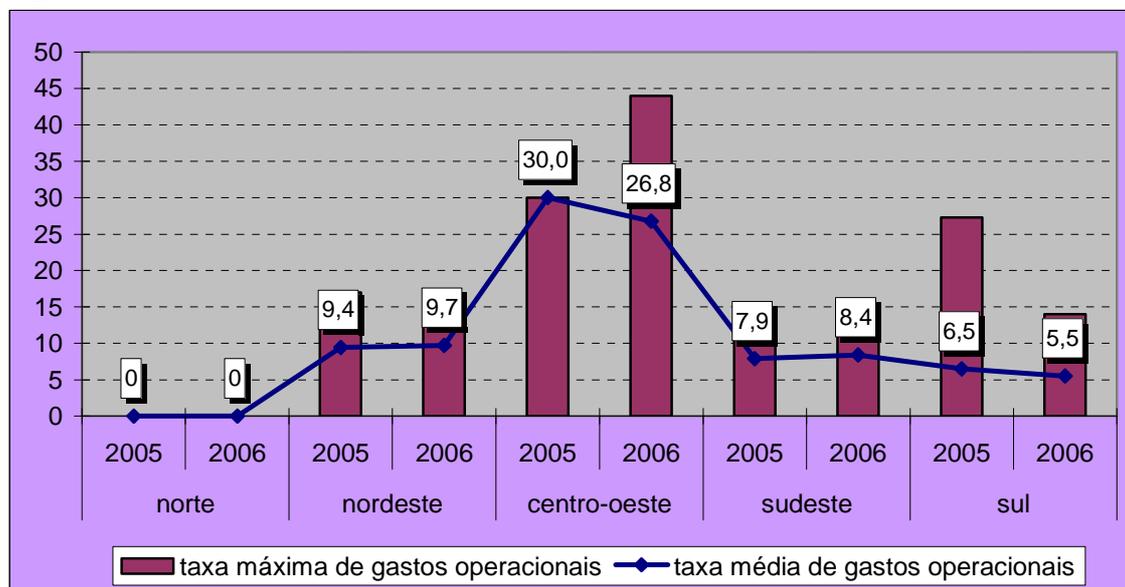
### ***1) Eficiência e Produtividade***

#### ***6.1 Taxa de Gastos Operacionais (TGO)***

A taxa de gastos operacionais é altamente correlacionada com o custo salarial (gráfico 18). Enquanto a região centro-oeste apresenta uma produtividade média bastante ruim, com média de 28,4% entre os anos 2005-2006, a melhor produtividade média é dada pela região sul (5,5% em 2006). Se somente o salário fosse o determinante, era esperado que a melhor produtividade média fosse no nordeste, aonde a tendência é de salários mais baixos. O fator que parece ser mais influente, nesse caso, é o tamanho da carteira vis a vis os gastos operacionais, colocando o sul em melhor posição.

A análise longitudinal indica que há uma tendência de ganhos de produtividade em todas as regiões.

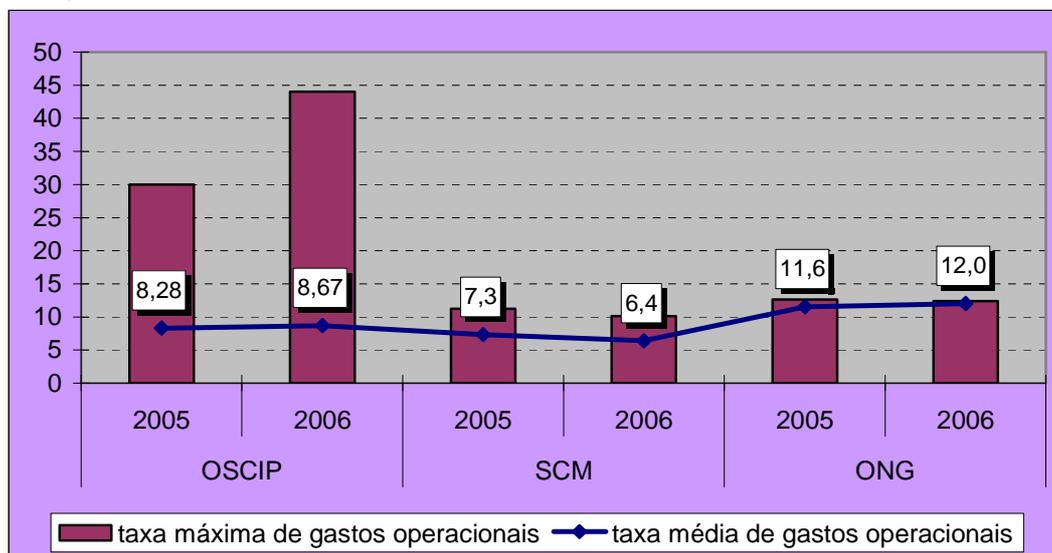
**Gráfico 18: Evolução da Taxa Máxima e Média de Gastos Operacionais, por Grande Região (2005-2006)**



Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

Observando-se o corte analítico da natureza jurídica (gráfico 19), as SCMs são as mais eficientes, enquanto as ONGs apresentam a pior produtividade média. A diferença de produtividade entre OCIPs e ONGs é expressiva.

**Gráfico 19: Evolução da Taxa Máxima e Média de Gastos Operacionais, por Tipo de Instituição (2005-2006)**



Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

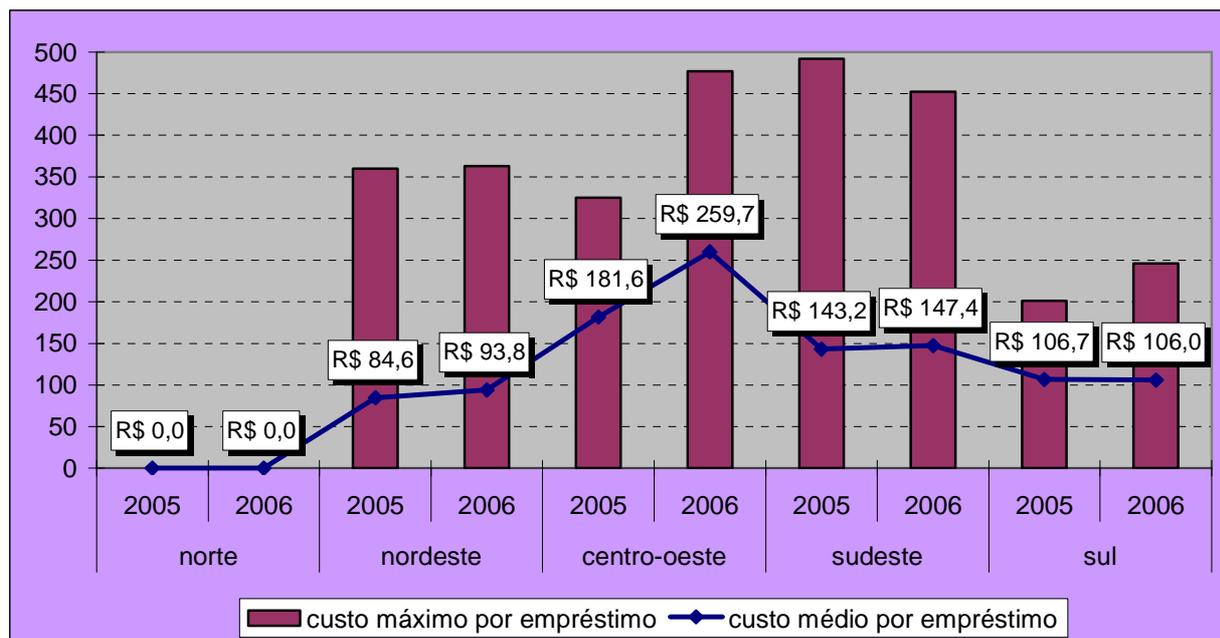
## 6.2 Custo por Empréstimo (CE)

O Custo por Empréstimo é um indicador mais preciso da produtividade que a taxa de gastos operacionais, por não ser influenciado pelo montante da carteira, mais especificamente, por valores mais altos por empréstimo. Este é influenciado pelo número de empréstimos ativos.

A análise desse indicador (gráfico 20) aparentemente contradiz a do anterior, ao apontar a melhor produtividade na região nordeste em detrimento da região sul. Todavia, o fator influente para a mudança dessa posição está no montante da carteira, em que os empréstimos na região sul apresentam valores médios mais elevados, o que influenciou o resultado anterior. Dessa maneira, observando-se os gastos em relação ao número de empréstimos concedidos, o nordeste realmente apresenta a melhor eficiência, até pela sua tradição em

grupos solidários. Nos anos analisados, observa-se uma ligeira tendência de crescimento dos custos.

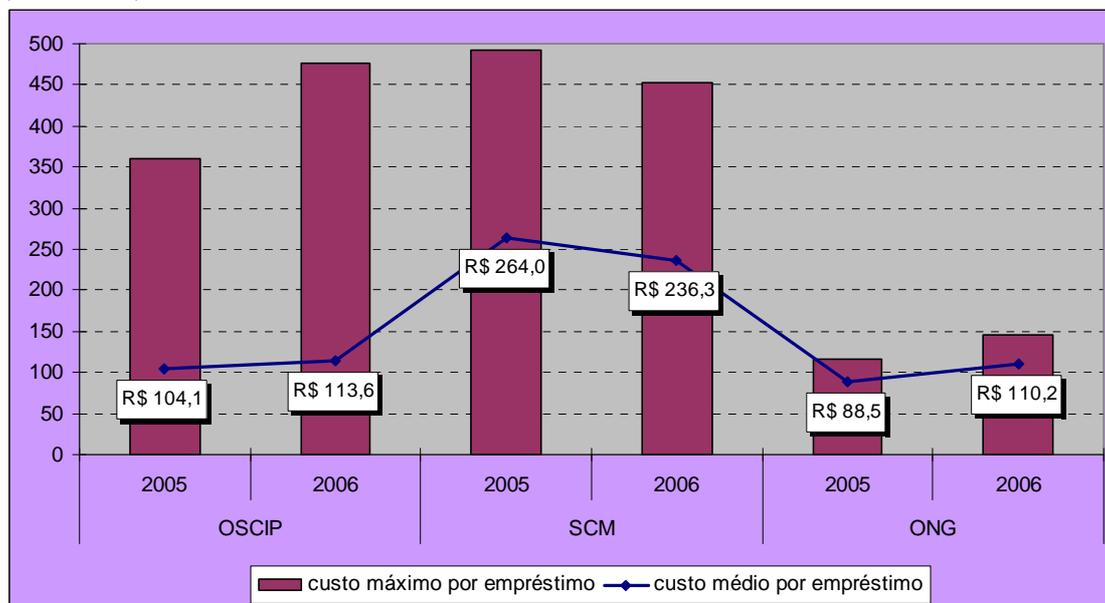
**Gráfico 20: Evolução do Custo Máximo e Médio por Empréstimo, por Grande Região (2005-2006)**



Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

A análise por natureza jurídica (gráfico 21) repete o mesmo padrão. Enquanto no primeiro indicador o tipo de instituição mais eficiente eram as SCMs, fica evidente no segundo indicador que a eficiência dessas era fruto de valores médios de empréstimos mais altos. As ONGs passam a ter melhor eficiência.

**Gráfico 21: Evolução do Custo Máximo e Médio por Empréstimo, por Tipo de Instituição (2005-2006)**



Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

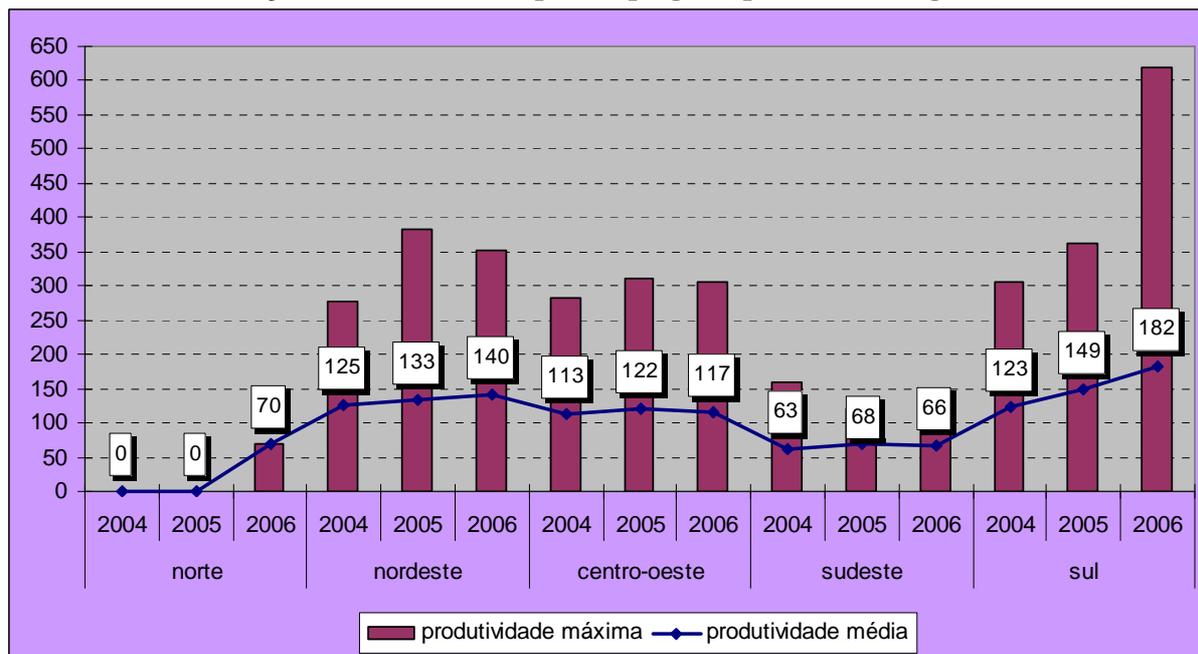
### 6.3 Produtividade por Empregado (PE)

Essa taxa representa a produtividade de todos os empregados da instituição, tanto os administrativos quanto os agentes de crédito. Ao mensurar a produtividade de todos os funcionários por crédito colocado, ela mede também a burocracia da instituição se comparada à produtividade por analista de crédito.

Chama a atenção a baixa produtividade da região sudeste (gráfico 22), possivelmente influenciada pela dispersão de carteiras de crédito com baixo número de empréstimos entre várias instituições. A pulverização de pequenas carteiras em várias instituições leva a um aumento médio do número necessário de funcionários administrativos, dada a estrutura fixa mínima necessária. O sul e

o nordeste apresentam a melhor produtividade de funcionário por número de créditos.

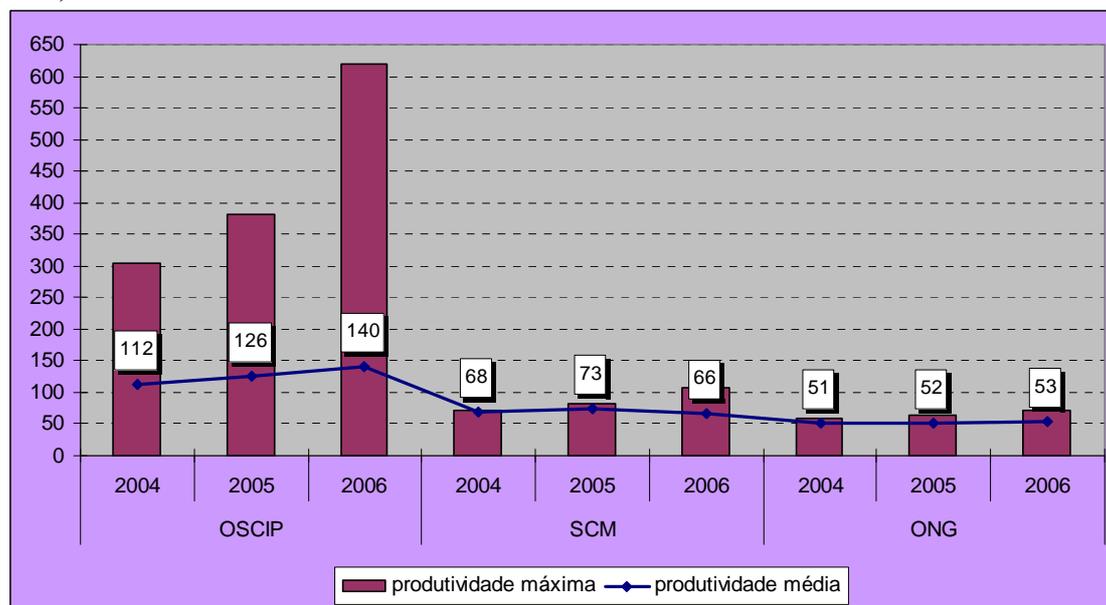
**Gráfico 22: Evolução da Produtividade por Empregado, por Grande Região (2004-2006)**



Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

Na análise por tipo de instituição (gráfico 23), as OSCIPs apresentam a melhor produtividade média. Observe-se que esta é o dobro da produtividade das SCMs, que são justamente as instituições com fins lucrativos e, a rigor, deveriam ser as mais produtivas.

**Gráfico 23: Evolução da Produtividade por Empregado, por Tipo de Instituição (2004-2006)**



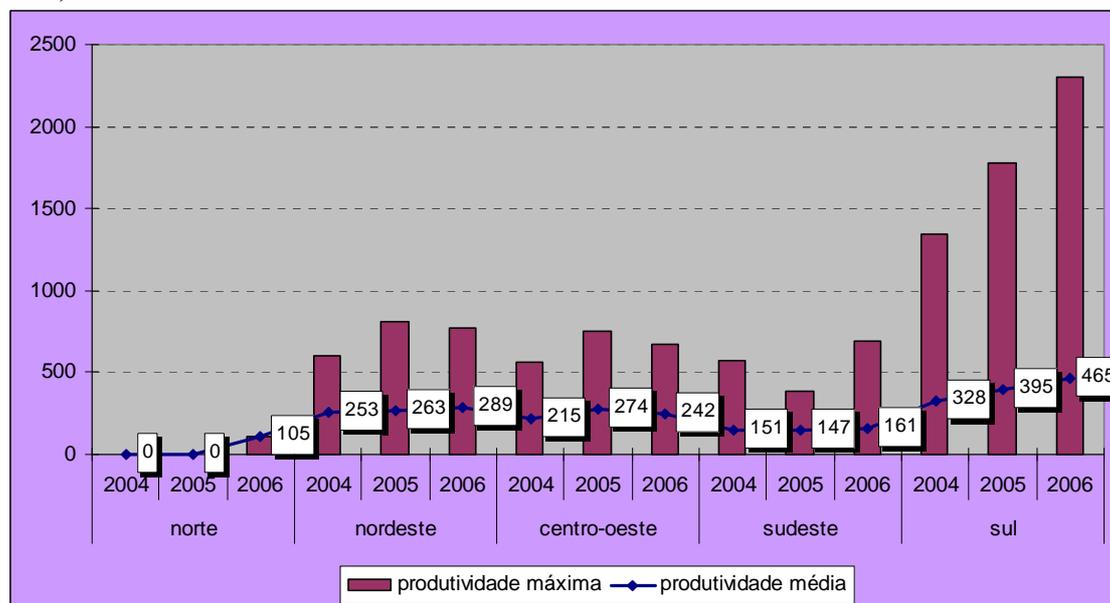
Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

#### 6.4 Produtividade por Analista de Crédito (PA)

Esse índice, ao representar a produtividade específica dos agentes de crédito, permite maior precisão analítica quanto a velocidade com que a instituição é capaz de colocar créditos no mercado. Em relação à produtividade por funcionário, esse índice elimina o fator burocracia administrativa.

A região sudeste novamente apresenta baixas taxas de produtividade média (gráfico 24). Como a taxa por analista de crédito elimina o número de funcionários administrativos, fica evidente a maior dificuldade da região em colocar créditos com velocidade. O sul e nordeste novamente se sobressaem em termos de eficiência.

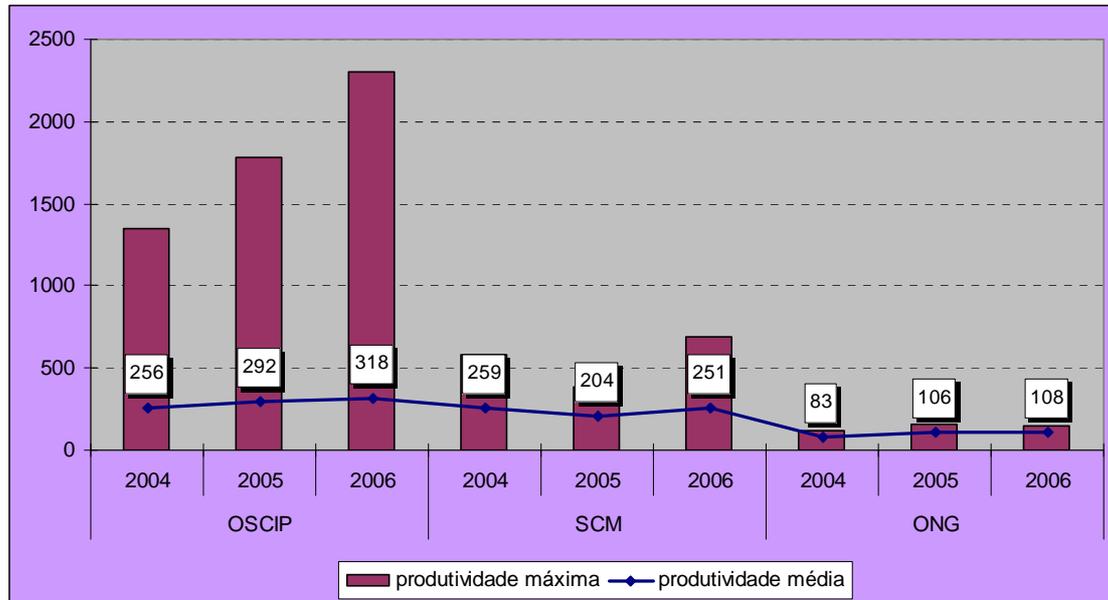
**Gráfico 24: Evolução da Produtividade por Analista de Crédito, por Grande Região (2004-2006)**



Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

Observando-se o recorte institucional (gráfico 25), novamente as OSCIPs apresentam a melhor eficiência na colocação de créditos, com uma produtividade média que, em média, representa o triplo da produtividade das ONGs. A produtividade sobre a velocidade da colocação de créditos não representa ganhos apenas para a microfinanceira, mas também para o cliente. O cliente de microcrédito, em geral, demanda crédito para capital de giro. Esse cliente, por freqüentemente apresentar ciclos operacionais curtos, necessita receber esse crédito em tempo, ou seja, com rapidez para atender às necessidades de seu ciclo operacional.

**Gráfico 25: Evolução da Produtividade por Analista de Crédito, por Tipo de Instituição (2004-2006)**



Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

## II) Qualidade da Carteira

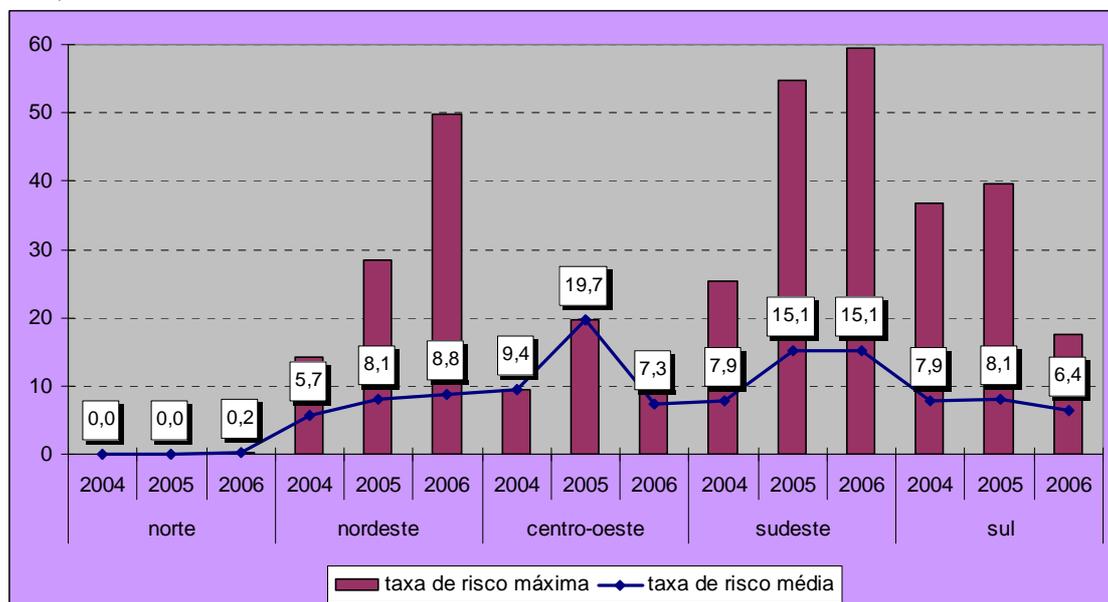
### 6.5 Taxa de Risco da Carteira Ativa Total ( $TR_{iC}$ )

A função desse indicador é mostrar a parcela da carteira que se encontra sob risco em relação à carteira ativa total. Pelos padrões internacionais, quando a taxa ultrapassa 10%, a carteira da instituição inspira cuidados e uma atenção especial, em decorrência da difícil de créditos na ausência de colaterais. O cálculo foi efetuado a partir da carteira ativa em atraso acima de 30 dias.

Em geral a taxa média de risco das instituições por região se mantém abaixo dos 10% (gráfico 26). Contudo, observa-se um pico na taxa de risco média para a região sudeste nos anos de 2005 e 2006, acima dos desejáveis

10%. O diminuto valor para a região norte, em 2006, é decorrente da informação de uma instituição que iniciou suas atividades nesse ano. Quanto as taxas média e máxima coincidentes para os anos de 2004 e 2005 na região centro-oeste, essas são também decorrentes da informação de uma única instituição nesse período.

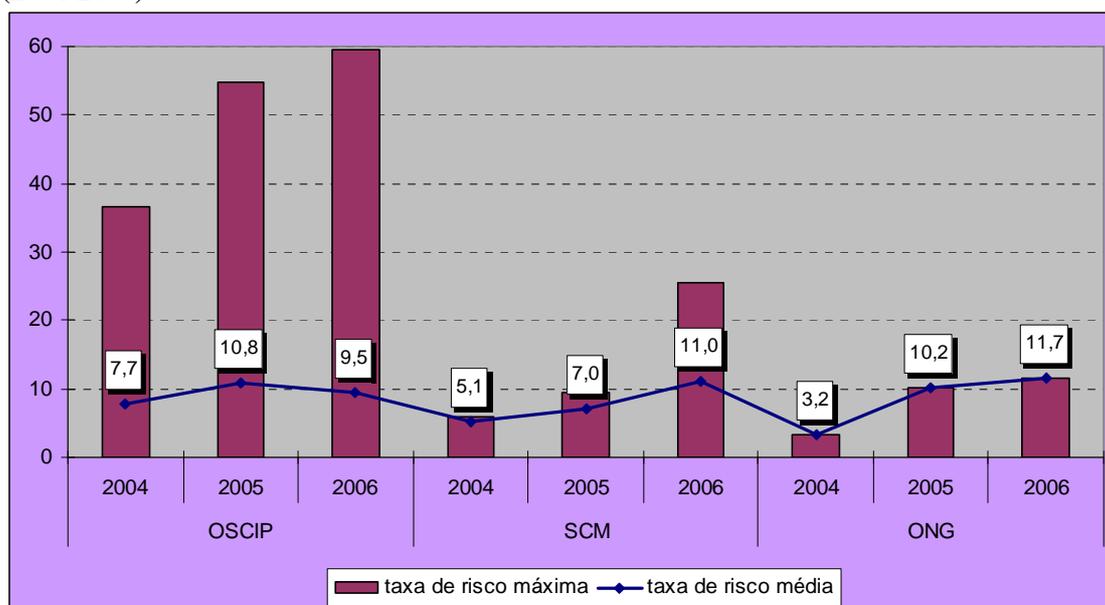
**Gráfico 26: Evolução da Taxa de Risco da Carteira Ativa (%), por Grande Região (2004-2006)**



Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

Diferentemente da análise por região, a taxa média de risco da carteira ativa, quando analisada por tipo de instituição (gráfico 27) fica em torno dos 10%, mesmo nos anos de taxa média mais elevada. Todavia, na análise temporal observa-se uma tendência de elevação crescente do risco da carteira ativa tanto para as SCMs quanto para as ONGs.

**Gráfico 27: Evolução da Taxa de Risco da Carteira Ativa (%), por Tipo de Instituição (2004-2006)**



Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

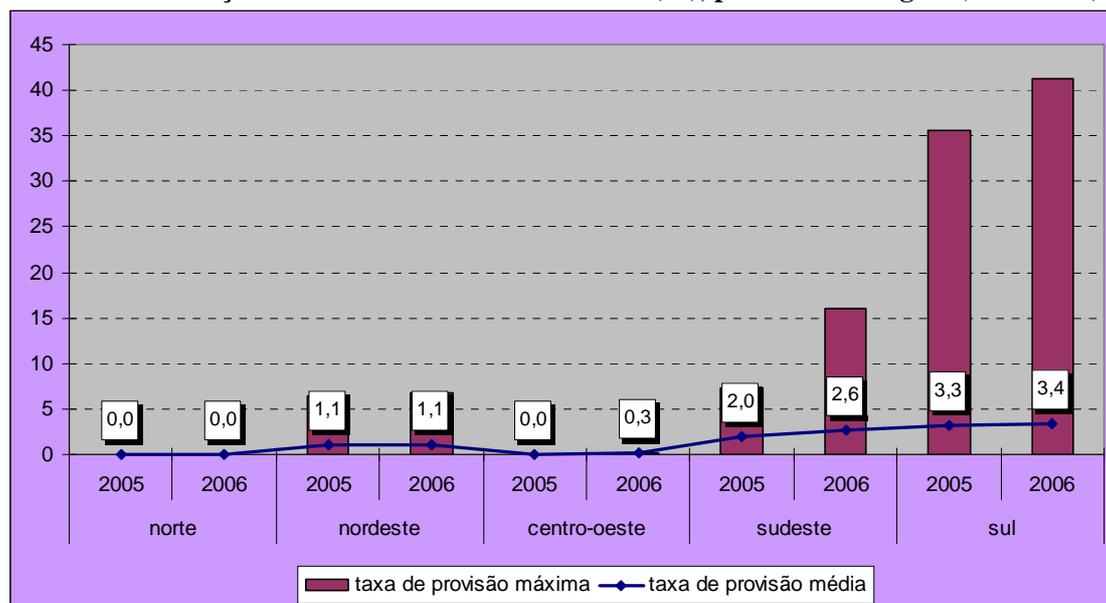
## 6.6 Taxa de Provisão de Gastos (TPG)

O indicador taxa de provisão futura de gastos com empréstimos castigados nem sempre é adotado pelas instituições. Ademais, esse indicador merece ser analisado levando-se em conta também o indicador anterior, dado que o movimento (ascendente ou descendente) de ambos tende a ser similar. Especialmente para as ONGs seria desejável que, com um crescimento da carteira, a política de provisão fosse adotada, trazendo maior segurança para a instituição. As instituições reguladas pelo sistema financeiro, em geral, são obrigadas a observar essa provisão.

O movimento do indicador (gráfico 28), ao longo do tempo, é muito semelhante à taxa de carteira castigada, sobressaindo-se a tendência de

crescimento da taxa de provisão de gastos nas regiões sudeste e sul, tal como na taxa anterior.

**Gráfico 28: Evolução da Taxa de Provisão de Gastos (%), por Grande Região (2005-2006)**

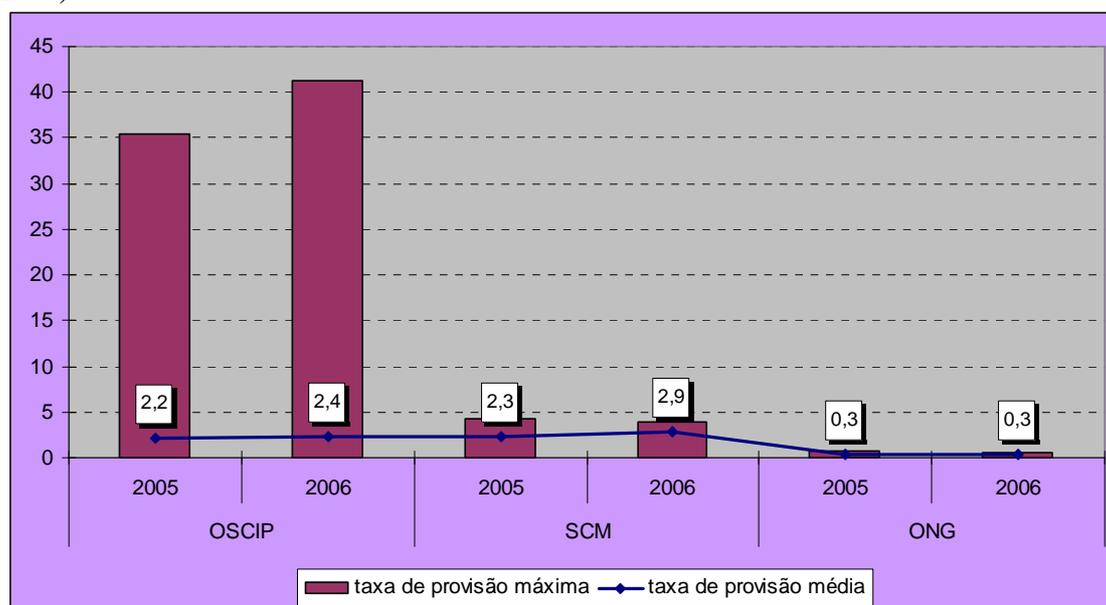


**Fonte:** Small Business/EBAPE/FGV.

O cenário, por tipo de instituição (gráfico 29), denota uma baixa taxa de provisão de gastos para as ONGs, justamente as instituições que deveriam se voltar com mais atenção para uma possível cobertura para empréstimos castigados. Adicionalmente, observe-se que as SCMs apresentam os maiores valores médios para as taxas de provisão de gastos, sendo uma decorrência natural da regulação do sistema financeiro.

De outro lado, são nas OSCIPs que se encontram as taxas máximas de provisão de gastos mais elevadas. É um movimento esperado, pois este acompanha no mesmo sentido as taxas máximas mais elevadas de risco da carteira ativa, que também se encontram dentre as OSCIPs (gráfico 27).

**Gráfico 29: Evolução da Taxa de Provisão de Gastos (%), por Tipo de Instituição (2005-2006)**



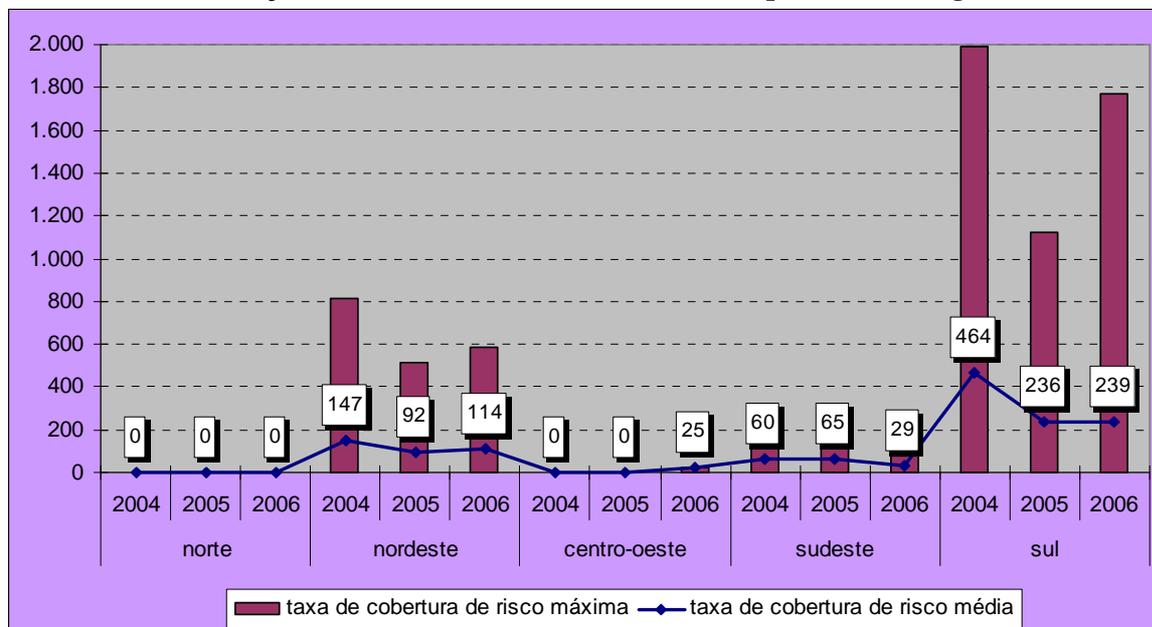
Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

## 6.7 Taxa de Cobertura de Risco (TCR)

A taxa de cobertura de risco mostra o percentual da carteira ativa sob risco coberto pela reserva para empréstimos perdidos, indicando a precaução das microfinanceiras em relação a um cenário de piora da qualidade da carteira.

Os dados por região (gráfico 30) mostram que as instituições do nordeste e sudeste são as mais precavidas em relação a uma possível piora de cenário, com as mais elevadas taxas médias para a cobertura de risco. A taxa média, no sul, no ano de 2004 chega a ser bastante elevada, denotando forte proteção ao risco. Esta taxa média elevada é decorrente de indicadores muito altos de duas instituições, que influenciaram o desempenho da taxa média.

**Gráfico 30: Evolução da Taxa de Cobertura de Risco (%), por Grande Região (2004-2006)**

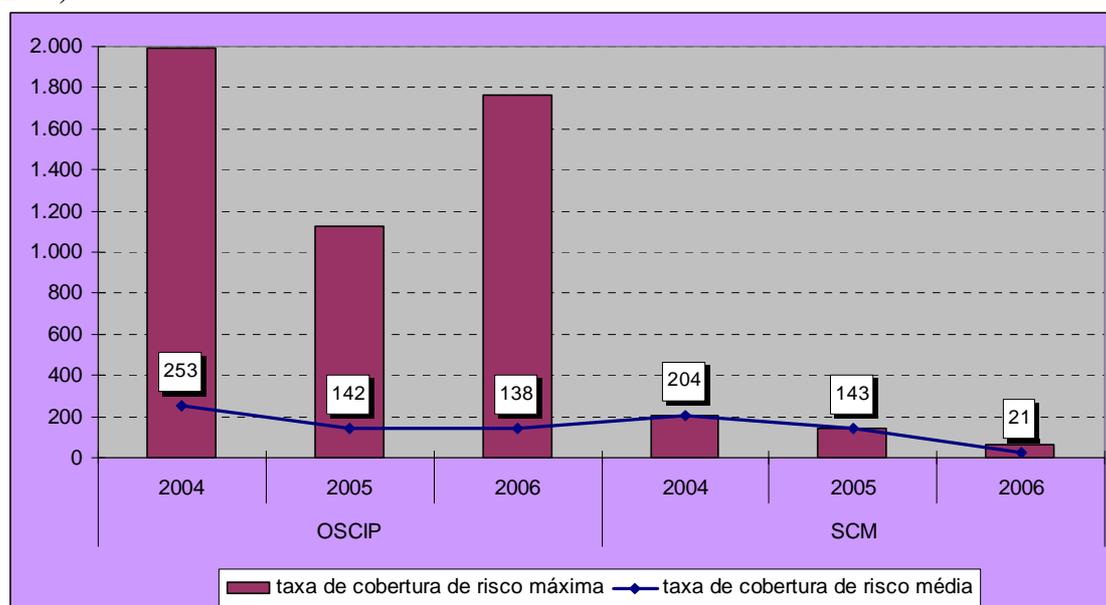


**Fonte:** Small Business/EBAPE/FGV.

A medida em que há uma maturação do setor, este se torna capaz de dimensionar melhor o seu risco, ampliando a sua exposição e, com isso, reduzindo a taxa de cobertura de risco. Na análise por tipo de instituição (gráfico 31) há uma queda sistemática das taxas de cobertura de risco médias. Essa tendência pode ser um indicador de uma certa maturidade do setor e melhor conhecimento de sua clientela potencial.

A ausência de dados para ONGs decorre de ausência de informação das mesmas ou de valor zero para aquelas que informaram dados no período.

**Gráfico 31: Evolução da Taxa de Cobertura de Risco (%), por Tipo de Instituição (2004-2006)**



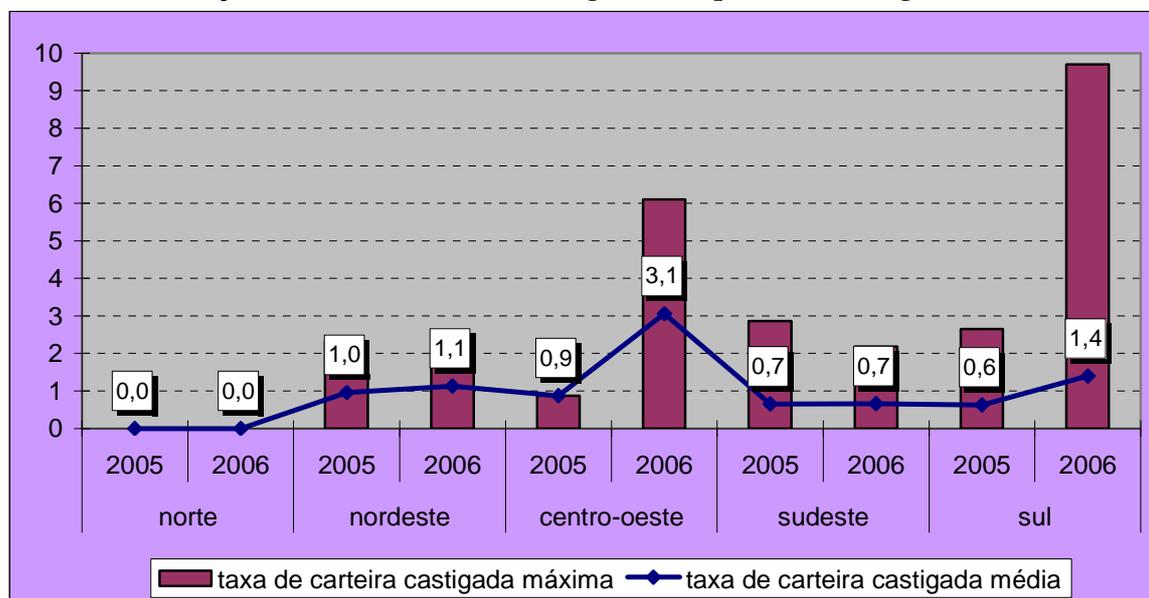
Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

## 6.8 Taxa de Carteira Castigada (TCC)

A taxa de carteira castigada indica o peso dos empréstimos removidos da carteira por alta probabilidade de não serem pagos, desinflacionando a carteira em atraso. Foram considerados castigados aqueles empréstimos com mais de 180 dias em atraso. Tomando-se o padrão internacional é usual as ONGs apresentarem taxas mais baixas por serem mais persistentes em considerar recebíveis empréstimos com longo período de atraso.

Considerando-se a análise por região (gráfico 32), o Brasil acompanha os padrões internacionais, no patamar de 1,5%. A exceção quanto a taxa média encontra-se no centro-oeste em 2006. A inexistência de valores para a região norte é devida a não informação de dados pertinentes ao indicador.

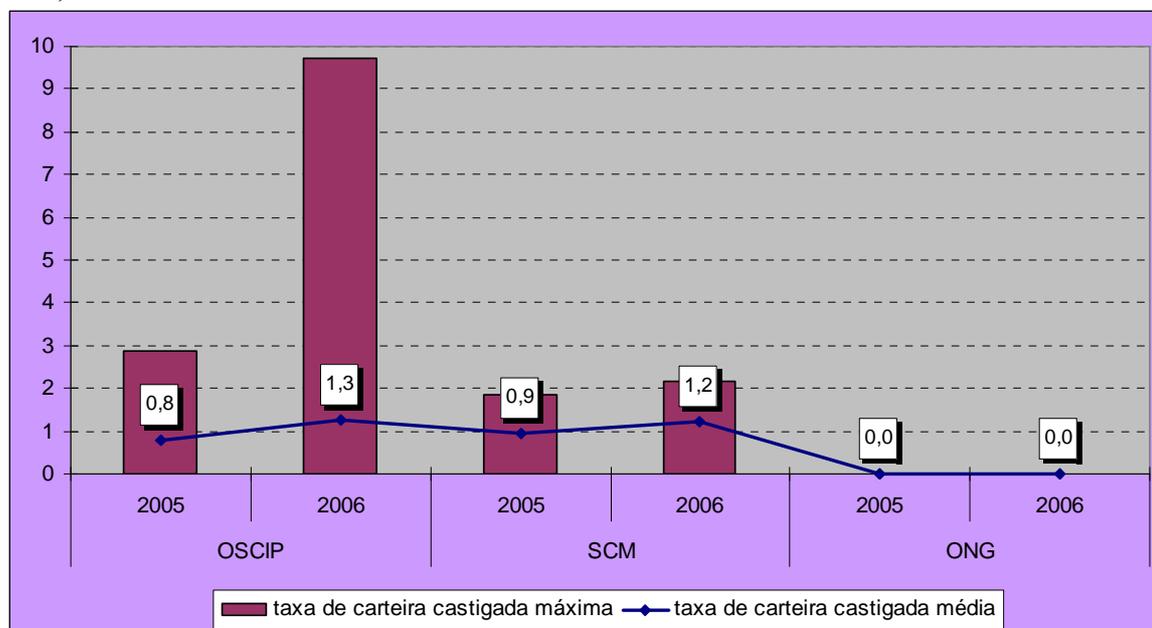
**Gráfico 32: Evolução da Taxa de Carteira Castigada (%), por Grande Região (2005-2006)**



**Fonte:** Small Business/EBAPE/FGV.

As taxas médias de carteira castigada, por tipo de instituição (gráfico 33), também demonstram estar em acordo com o padrão internacional. Inclusive, no comportamento das ONGs, ao apresentarem valores nulos.

**Gráfico 33: Evolução da Taxa de Carteira Castigada (%), por Tipo de Instituição (2005-2006)**



Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

### III) Gestão Financeira

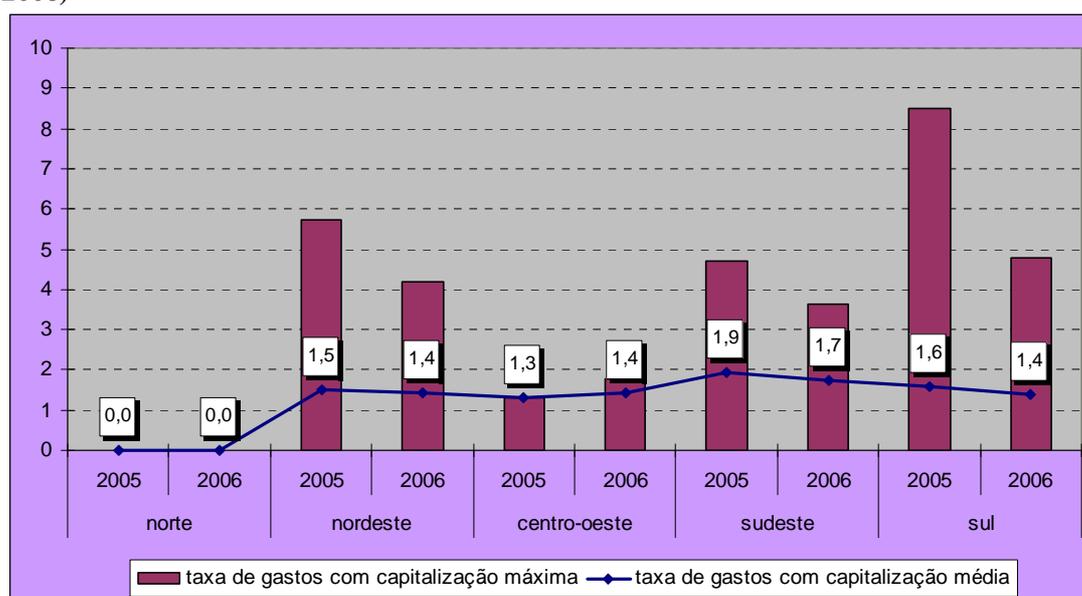
#### 6.9 Taxa de Gastos com Capitalização (TGC)

A taxa de gastos com capitalização é um indicador relevante na determinação da taxa mínima de juros que a instituição precisa adotar para cobrir seus custos, mantendo a sustentabilidade de suas operações. De acordo com a experiência internacional, as instituições reguladas pelo sistema financeiro tendem a apresentar taxas mais elevadas e as ONGs, as mais baixas.

As taxas médias por região (gráfico 34) não apresentam grandes diferenças. Apenas as taxas máximas sofrem dois picos em 2005, para o

nordeste (5,8%) e para o sul (8,5%). Os valores nulos para a região norte são consequência da ausência de informações.

**Gráfico 34: Evolução da Taxa de Gastos com Capitalização (%), por Grande Região (2005-2006)**

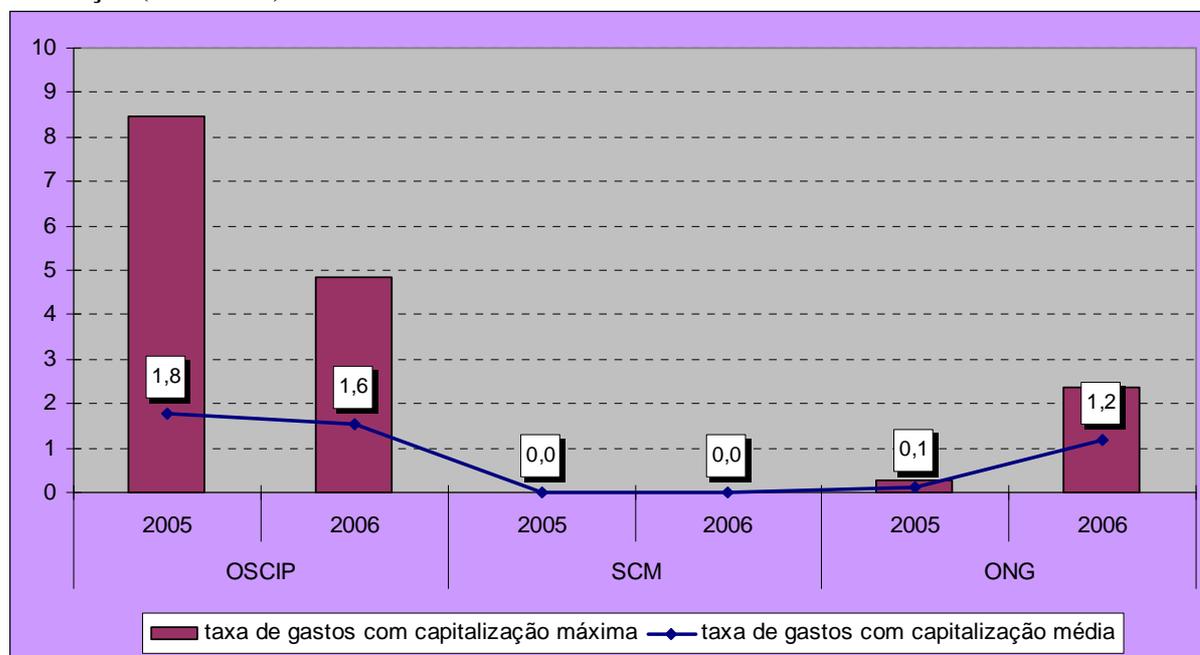


Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

Observando-se os dados por tipo de instituição (gráfico 35), em um primeiro momento estes contrariam as expectativas ao apresentar valores nulos para as SCMs. Todavia, esses valores são consequência de não informação de valores de gastos com juros e tarifas. Ademais, os valores mais altos das taxas médias esperados para as ONGs, de acordo com dados da literatura internacional, foram, na realidade, encontrados nas OSCIPs.

Torna-se relevante informar que no cenário internacional a comparação é realizada entre SCMs e ONGs, não existindo a figura jurídica da OSCIP. Diante da ausência de dados para SCMs, a comparação foi possível apenas entre ONGs e OSCIPs, ou seja, intra terceiro setor.

**Gráfico 35: Evolução da Taxa de Gastos com Capitalização (%), por Tipo de Instituição (2005-2006)**



Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

### 6.10 Taxa de Custos com Financiamento (TCF)

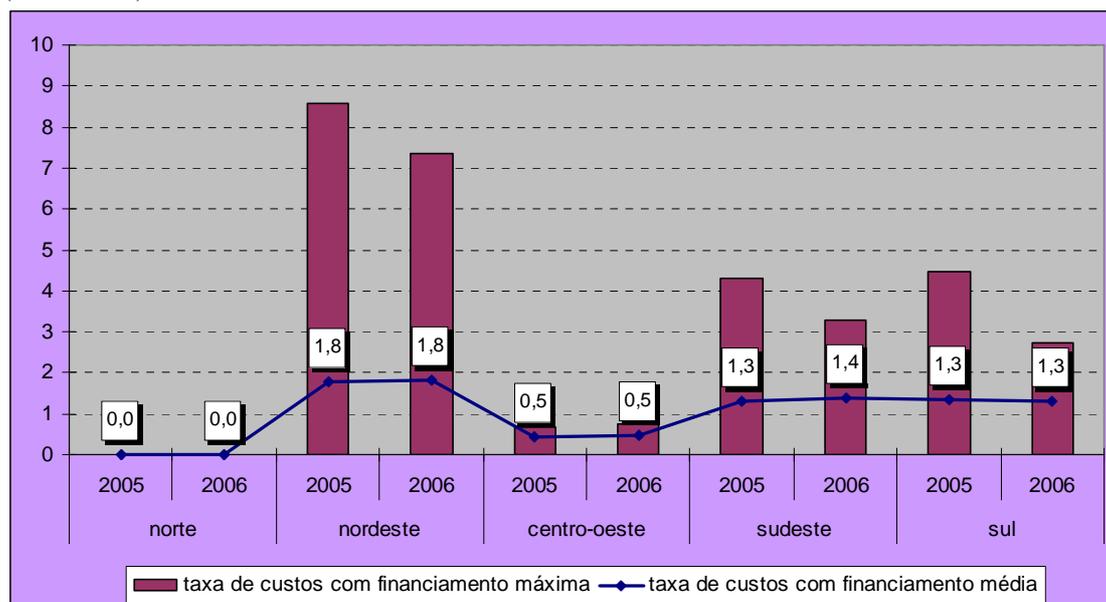
A Taxa de Custos com Financiamento mede o custo médio da instituição de se financiar. Esta pode ser influenciada por subsídios, reduzindo os valores médios. O padrão internacional para as taxas médias gira em torno de 8%.

Analisando-se os valores por região (gráfico 36), para o Brasil, percebe-se que as taxas médias são bastante baixas, com valores especialmente reduzidos para a região centro-oeste. Taxas médias com valores baixos significam baixo custo do dinheiro tomado para *fundraising* da instituição. Esses valores reduzidos, para o setor em geral, em relação ao padrão internacional, podem ser consequência da presença do BNDES como a instituição de segundo

piso de maior abrangência sob as microfinanceiras, fornecedora de *funding*, para as instituições de microfinanças. Ao emprestar, baseado na TJLP (taxa de juros de longo-prazo), o BNDES torna esse o custo de crédito para as microfinanceiras bem mais baixo que o custo de captação no mercado. Ademais, a instituição de maior carteira do país – o Crediamigo – trabalha com *funding* próprio, oriundo do Banco do Nordeste.

Todavia, observe-se que a taxa de custos de 0,5% para a região centro-oeste é fruto da influencia do governo do estado subsidiando fortemente o *funding* do Banco do Povo de Goiás.

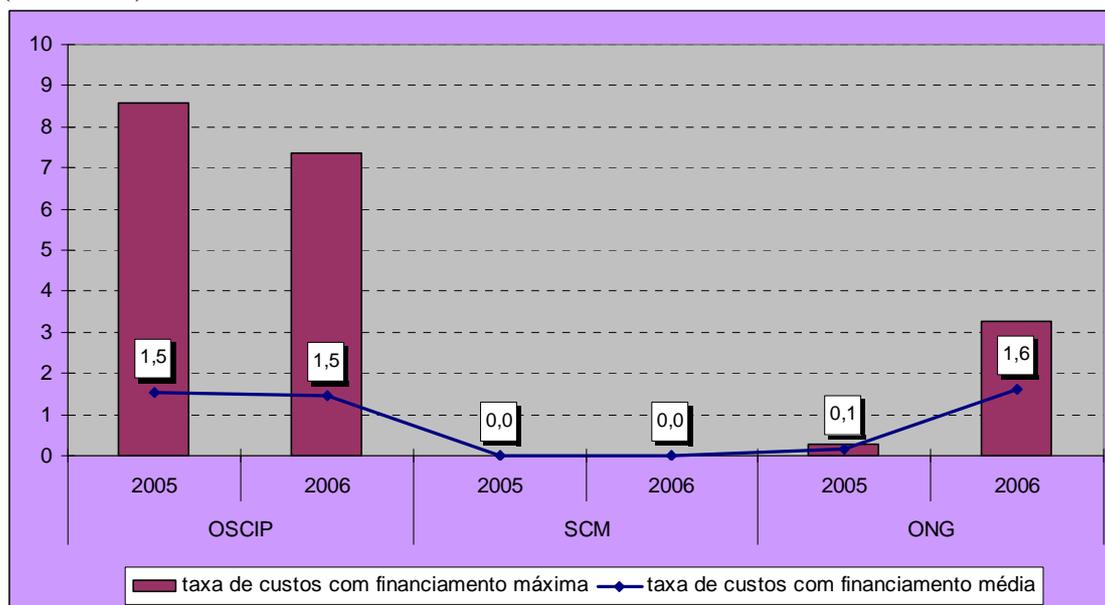
**Gráfico 36: Evolução da Taxa de Custos com Financiamento (%), por Grande Região (2005-2006)**



Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

Os dados por tipo de instituição (gráfico 37) refletem o mesmo padrão regional, decorrente do peso das instituições de segundo piso que financiam o setor como um todo. A ausência de valores para as SCMs é devida a ausência de informações.

**Gráfico 37: Evolução da Taxa de Custos com Financiamento (%), por Tipo de Instituição (2005-2006)**



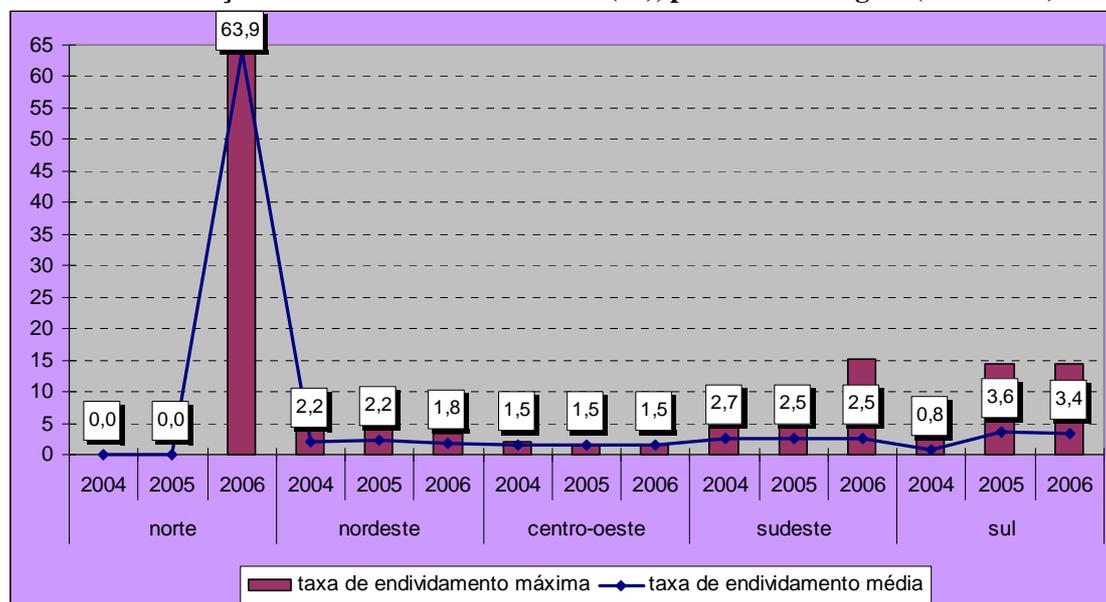
Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

### 6.11 Taxa de Endividamento (TE)

A taxa de endividamento reflete a capacidade de alavancagem da instituição, ou seja, de se endividar.

Observando-se o recorte regional (gráfico 38), a taxa de endividamento média denota uma capacidade de alavancagem das instituições, independentemente de região, baixíssima. A média internacional, que já é considerada baixa, gira em torno de 4%. A única instituição a apresentar uma capacidade elevada de alavancagem é a microfinanceira da região norte, que iniciou suas atividades em 2006.

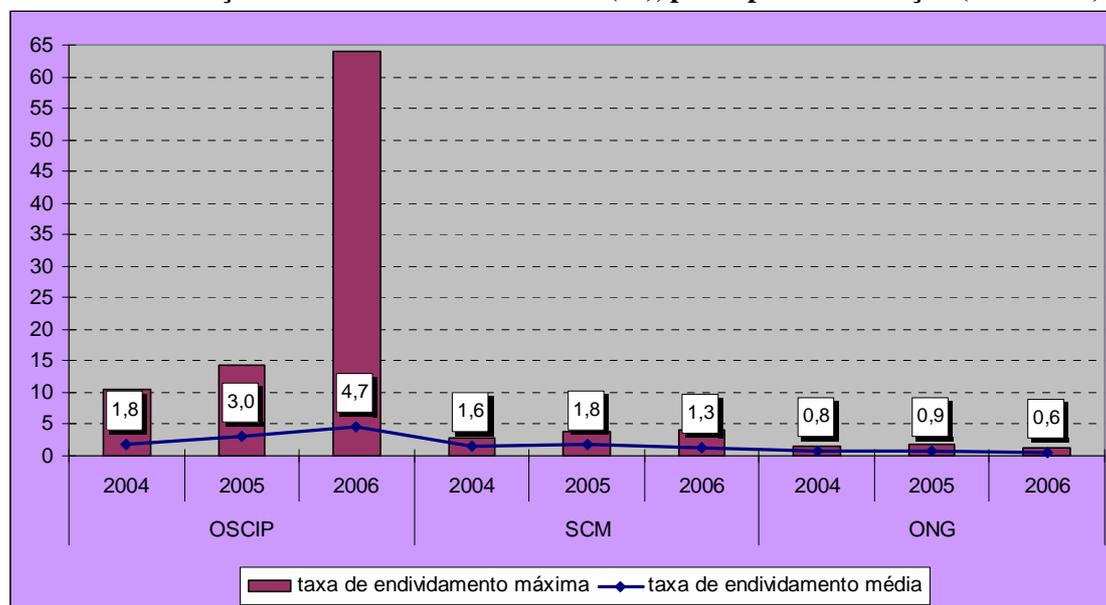
**Gráfico 38: Evolução da Taxa de Endividamento (%), por Grande Região (2004-2006)**



Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

Quando analisados os dados por natureza jurídica das instituições (gráfico 39), a taxa média, para as OCIPs, assume o padrão de alavancagem internacional para as taxas médias. No que se refere a análise temporal, as OSCIPs vêm apresentando uma tendência crescente de capacidade de alavancagem, segundo as taxas médias, enquanto as ONGs e as SCMs, além de apresentarem taxas médias baixíssimas, mantém estas constantes.

**Gráfico 39: Evolução da Taxa de Endividamento (%), por Tipo de Instituição (2004-2006)**



Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

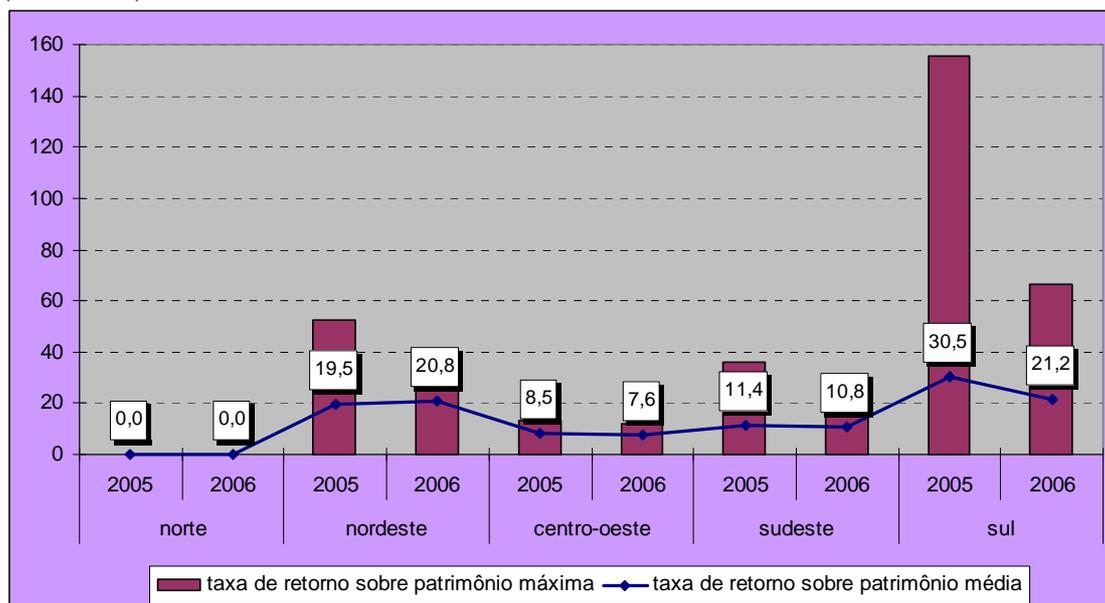
#### IV) Lucratividade

##### 6.12 Taxa de Retorno sobre o Patrimônio (TRP)

A taxa de retorno sobre o patrimônio mede o retorno do investimento. A região nordeste e a região sul apresentam as taxas médias de retorno sobre o patrimônio mais elevadas (gráfico 40), sendo que essas são também as regiões que apresentam taxas médias de retorno sobre o patrimônio dentro dos padrões internacionais (18%, em média).

A tendência de crescimento do retorno sobre o patrimônio é apresentada apenas na região nordeste. A região norte não apresenta valores para o indicador.

**Gráfico 40: Evolução da Taxa de Retorno sobre o Patrimônio (%), por Grande Região (2005-2006)**

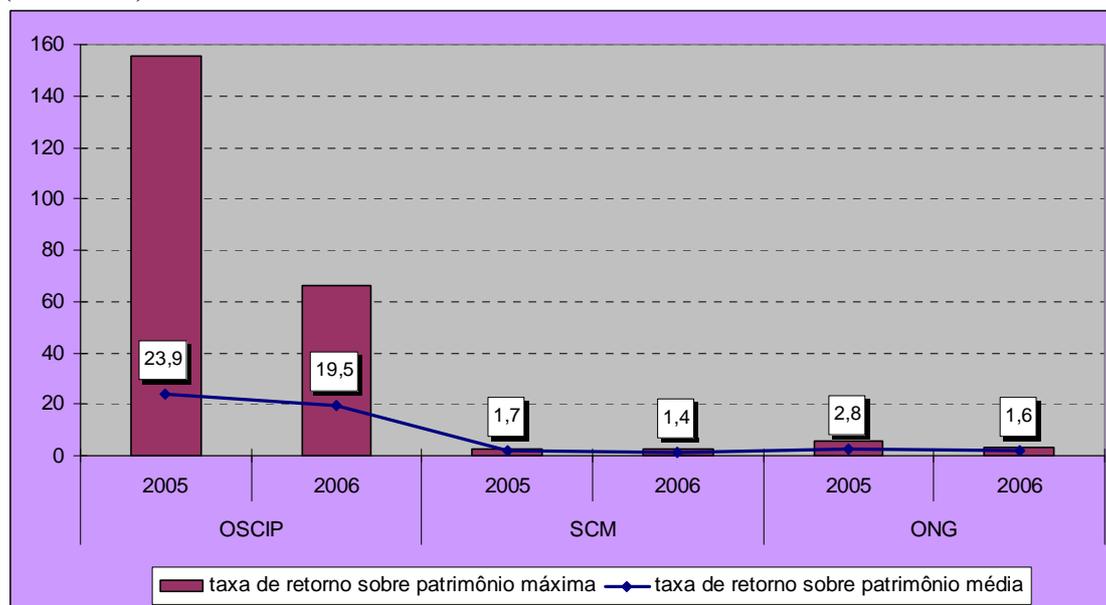


**Fonte:** Small Business/EBAPE/FGV.

A análise sobre os dados referentes ao tipo de natureza jurídica (gráfico 41) nos mostra que as OSCIPs, não somente apresentam taxas médias significativamente mais elevadas de retorno que as SCMs e ONGs, mas também é a única categoria dentro dos padrões internacionais.

Chama a atenção o baixíssimo retorno sobre o patrimônio das SCMs e ONGs, especialmente no caso das SCMs que dependem do retorno para a sua sustentabilidade. Todavia, é importante reportar que a análise das taxas médias de retorno sobre o patrimônio das SCMs fica prejudicada pela ausência de informação em algumas das instituições participantes da pesquisa, o que pode deprimir a taxa média.

**Gráfico 41: Evolução da Taxa de Retorno sobre o Patrimônio (%), por Tipo de Instituição (2005-2006)**



Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

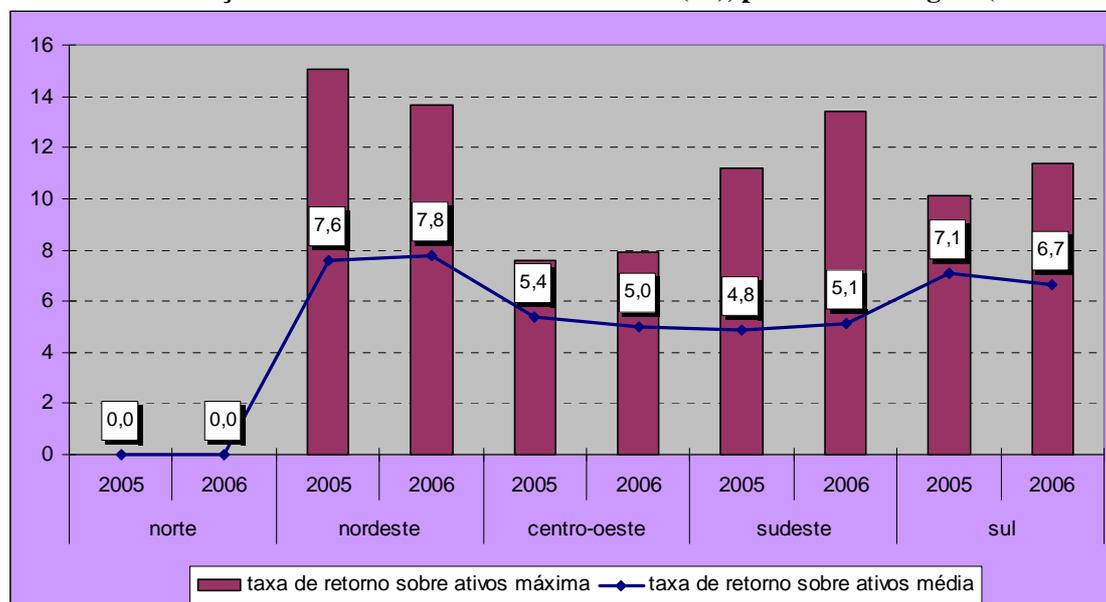
### 6.13 Taxa de Retorno sobre os Ativos (TRA)

A taxa de retorno sobre os ativos evidencia a lucratividade da instituição. Quanto maior a taxa, maior a lucratividade.

As taxas médias mais elevadas de retorno sobre os ativos encontram-se na região nordeste e na região sul (gráfico 42). Analisando-se sob o corte temporal, nordeste e sudeste apresentam ligeira tendência de crescimento da lucratividade. A região norte não apresenta valores para o indicador.

Ademais, as taxas médias para todas as regiões encontram-se dentro do padrão internacional de 5% ou o superam.

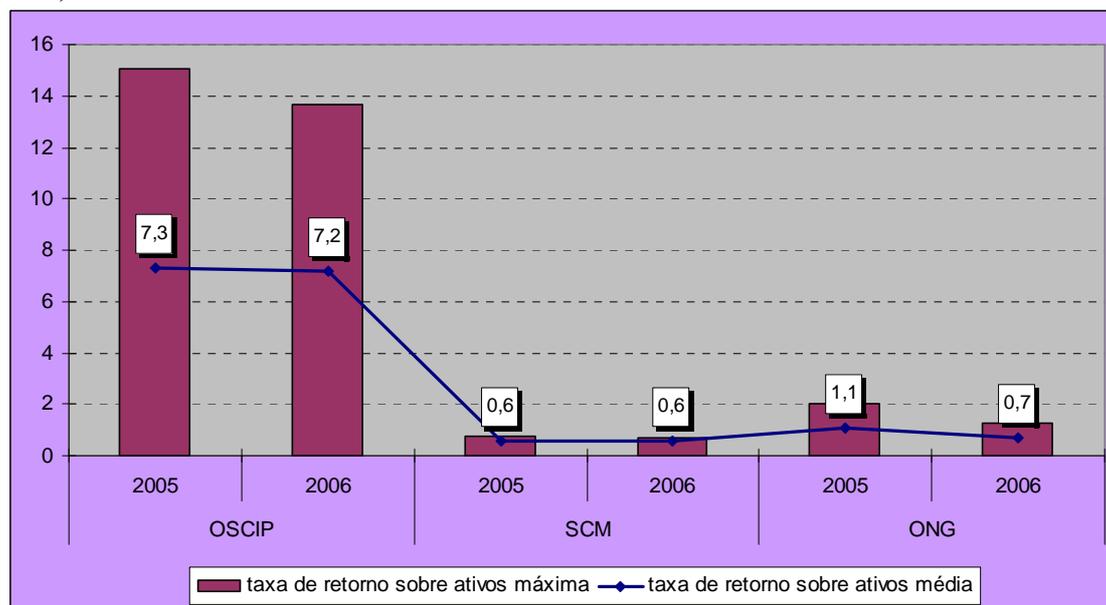
**Gráfico 42: Evolução da Taxa de Retorno sobre Ativos (%), por Grande Região (2005-2006)**



**Fonte:** Small Business/EBAPE/FGV.

Observando-se o recorte da natureza jurídica das instituições (gráfico 43), as ONGs deveriam apresentar as taxas mais elevadas em decorrência de apresentarem naturalmente menores níveis de endividamento. A análise consistente da taxa média das SCMs é novamente prejudicada pela não informação, por parcela das instituições, quanto as variáveis que compõem o indicador.

**Gráfico 43: Evolução da Taxa de Retorno sobre Ativos (%), por Tipo de Instituição (2005-2006)**



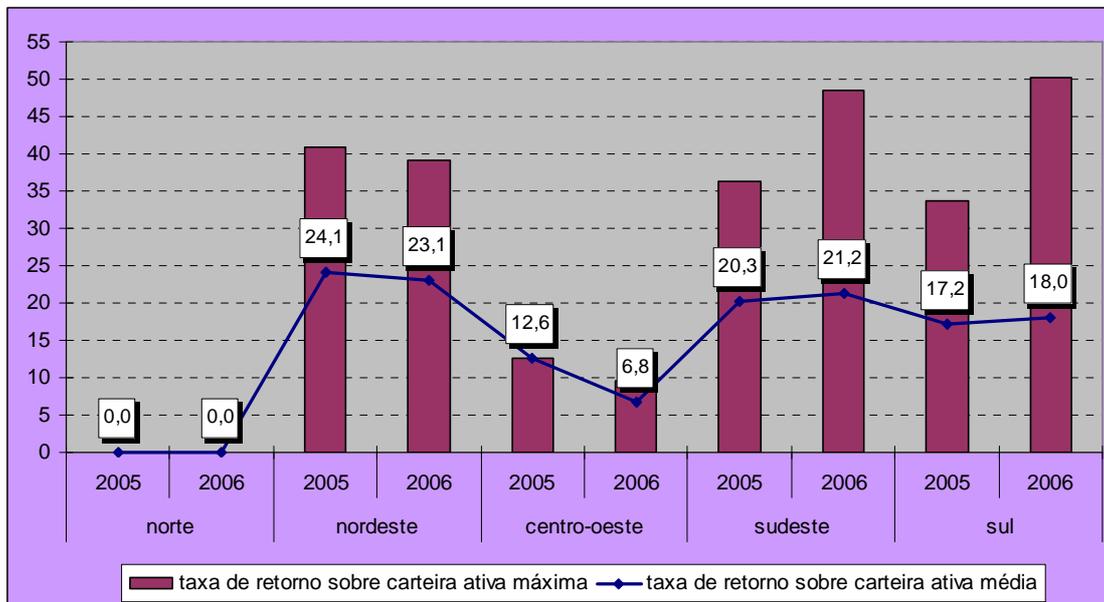
Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

### 6.14 Taxa de Retorno sobre a Carteira Ativa ( $TR_{E-C}$ )

A taxa de retorno sobre a carteira ativa mede a capacidade das instituições microfinanceiras de receberem os pagamentos de juros e tarifas referentes aos empréstimos concedidos aos seus clientes durante o período base. Todavia essa capacidade é influenciada tanto pela perda da carteira (carteira castigada) quanto pela taxa de juros efetiva, ou seja, a diferença entre o custo de financiamento da instituição e o que ela cobra em juros e tarifas de seus clientes.

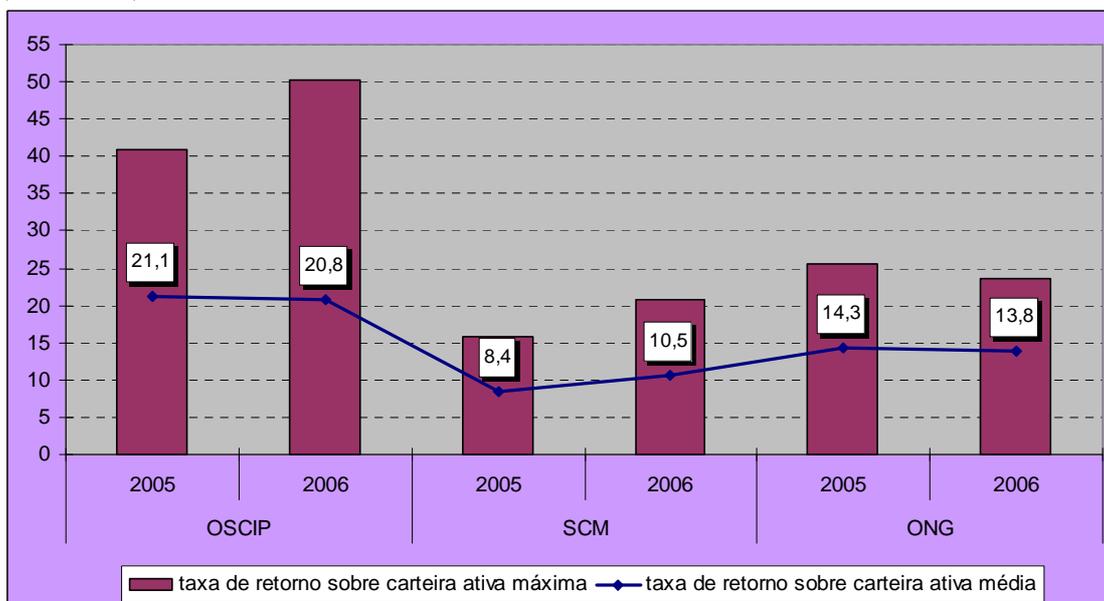
Os valores mais elevados para a taxa média de retorno sobre a carteira ativa encontram-se no nordeste e no sudeste (gráfico 44). Todavia a tendência de crescimento das taxas médias encontra-se no sudeste e sul. O norte não apresenta informações para o indicador.

**Gráfico 44: Evolução da Taxa de Retorno sobre Carteira Ativa (%), por Grande Região (2005-2006)**



Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

**Gráfico 45: Evolução da Taxa de Retorno sobre Carteira Ativa (%), por Tipo de Instituição (2005-2006)**



Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

Analisando-se os dados pelo recorte metodológico de natureza de instituição jurídica (gráfico 45), as OSCIPs possuem o maior retorno médio sobre a carteira ativa indicando que elas podem possuir a maior distância entre os custos de captação de *funding* e o recebimento de juros e tarifas de seus clientes. A rigor, por serem lucrativas, as SCMs deveriam apresentar as taxas mais altas do setor e são justamente aquelas que apresentam as taxas médias mais baixas. Novamente, a análise das SCMs fica prejudicada pela ausência de informações para esse indicador, por algumas das respondentes.

## **7 Considerações Finais**

Esse trabalho buscou trazer um panorama do setor de microfinanças no Brasil para o período 2004-2006, tanto por um recorte geo-político (grandes regiões) quanto pelo recorte institucional-legal (tipo de instituições). Objetivou-se munir a indústria de microfinanças brasileira de dados financeiros e operacionais sobre as instituições do setor.

A despeito de todos os esforços efetivados no contato com as instituições e no convencimento para que estas participassem ativamente da pesquisa, a taxa de participação foi de cerca de 25% das instituições estimadas no setor. Esse número se deve a dois fatores: primeiramente, como o setor de microfinanças é muito fragmentado em diversas associações e entidades reguladoras, boa parcela das instituições reclamava do excesso de informações que se vêem obrigadas a responder para várias entidades diferentes, reduzindo a disposição delas em fornecer dados; em segundo, a pesquisa era de livre colaboração e adesão, o que implica um caráter voluntário às respostas dos dados solicitados. Nesse tipo de pesquisa, o percentual de respondentes é naturalmente reduzido.

No intuito de se obter, no futuro, um panorama mais preciso do setor de microfinanças, com a reportagem de dados pelo universo das instituições, seria desejável um acordo institucional entre as principais instituições reguladoras e apoiadoras do setor (Sebrae Nacional, PNMPO, BACEN, BNDES, entidades representativas do setor) de maneira a formar um cadastro único, administrado por um único ente, de comum acordo entre todos, com um padrão de informações comuns a serem requisitadas a todas as microfinanceiras e as quais estas seriam obrigadas a responder anualmente.

No que se refere a análise dos dados gerais e dos indicadores específicos tanto financeiros quanto operacionais, dois aspectos chamam a

atenção. O primeiro se refere à análise por grande região. Frequentemente os indicadores para as instituições do nordeste e do sul do país eram os melhores. A primeira, por uma sólida tradição em grupo solidário e por deter algumas das instituições mais antigas do país. A segunda, por já ser uma região com o setor de microfinanças consolidado. Observam-se também, nos indicadores em geral, uma dificuldade crescente do setor na região sudeste.

Esta crescente dificuldade de penetração e evolução das microfinanceiras na região sudeste pode ser decorrente de dois fatores distintos: i) pulverização das carteiras e; ii) forte presença do setor financeiro tradicional na região. A pulverização pode ser observada no gráfico 1, no qual a região sudeste concentra 103 das 255 instituições estimadas no país, representando 40% do setor. Essa pulverização dificulta sobremaneira os ganhos de escala que propiciam melhores indicadores de produtividade e eficiência, corroborando os resultados encontrados quanto a produtividade por empregado, produtividade por analista de crédito e gastos operacionais para o setor. As regiões nordeste e sudeste obtiveram os melhores indicadores nesses quesitos e são justamente as que apresentam carteiras maiores por instituição, aliada a uma concentração do número de instituições. O segundo fator, a forte presença do setor financeiro, também reduz o espaço de atuação das microfinanceiras no sudeste, diante de outras várias oportunidades de obtenção de crédito.

O segundo aspecto relevante está no corte metodológico por natureza jurídica das instituições. Em diversos indicadores, as OSCIPs aparecem como as melhores instituições do setor e, os dados sugerem que foram as que melhor se adaptaram ao contexto institucional brasileiro na indústria de microfinanças. As SCMs, ainda que tenham um arcabouço institucional-legal desenhado para serem lucrativas, não demonstraram desempenho a ser notado no setor, o que leva a se pensar em maiores investigações sobre o desempenho delas.

Como medidas de fortalecimento do setor, sugere-se possíveis alterações no marco regulatório das SCMs, a partir de estudos mais aprofundados junto ao BACEN, de maneira a acelerar o desenvolvimento desse segmento. Ademais, seria desejável se pensar em um processo de incentivos a fusões e aquisições das microfinanceiras da região sudeste, de maneira a aumentar a concentração do setor na região, promovendo ganhos de escala nas operações e melhor capacidade de competição com o setor financeiro tradicional. Essa concentração, por mais controversa que possa parecer em termos competitivos, na realidade traria maiores ganhos de produtividade e maior capacidade de penetração junto ao público-alvo na região.

## 8 BIBLIOGRAFIA

ABSCM. Base de Instituições da Associação Brasileira de Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (ABSCM). Rio de Janeiro, RJ, 2007. <http://www.abscm.com.br/>

BARONE, Francisco Marcelo, DANTAS, Valdi, LIMA, Paulo Fernando, REZENDE, Valéria. *Introdução ao Microcrédito*. Brasília, Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

ESTRELLA, Juliana. *O Efeito do Microcrédito como uma Política de Redução de Desigualdade de Oportunidades e Melhoria de Bem-Estar*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Ciência Política. Rio de Janeiro, 2008. 215 p.

IADB. *Performance indicators for microfinance institutions: technical guide*. Inter-American Development Bank & MicroRate. Washington, USA, 3<sup>rd</sup> edition, 2003. 58 p.

IBAM. *Base de Dados de Instituições de Microfinanças do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)*. Rio de Janeiro, RJ, 2007. <http://www.ibam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>

MTE. *Base de Dados de Instituições de Microfinanceiras do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)*. Brasília, DF, 2007. <http://www.mte.gov.br/pnmpo/>

Sebrae Nacional. *Base de Dados de Instituições de Microfinanças da Unidade de Acesso a Serviços Financeiros (UASF/Sebrae Nacional)*. Brasília, DF, 2007 <http://www.uasf.sebrae.com.br/capa>

## 9 Glossário

A seguir, será apresentado um pequeno glossário com os conceitos dos principais termos técnicos que foram utilizados na pesquisa sobre microfinanças. Este glossário pretende facilitar a compreensão daqueles que têm pouca intimidade com o setor.

<b>N</b>	<b>Variável:</b>	<b>Conceito:</b>
1	Carteira ativa (número):	número total de empréstimos em carteira concedido, para cada uma das linhas de crédito da instituição (individual, solidário, etc.) até 31/12 de cada ano.
2	Carteira ativa (valor):	volume total do capital principal dos empréstimos em carteira concedido em R\$ (reais), para cada linha de crédito da instituição (individual, solidário, etc.) até 31/12 de cada ano, sem os juros.
3	Carteira ativa em atraso acima de 30 dias:	a carteira ativa em atraso acima de 30 dias é o somatório do valor das parcelas vencidas não pagas e a vencer (líquido de juros) dos créditos em atraso de 31 dias ou mais.
4	Carteira total refinanciada (volume total):	carteira que estava em atraso e foi renegociada, em 31/12 de cada ano.
5	Número de agências:	o número total de agências, incluindo a matriz, que possuam agentes e funcionários da instituição.
6	Número de empregados:	o número total de empregados contratados da instituição, incluindo os agentes de crédito.
7	Número de agentes de crédito:	o número total de agentes de crédito contratados da instituição.

8	Número de empréstimos concedidos no ano:	número total de empréstimos concedidos em cada ano até 31/12.
9	Carteira castigada:	Valor dos créditos (R\$) eliminados do balanço da instituição para cada linha de crédito da instituição (individual, solidário, etc.) até 31/12 de cada ano.
10	Patrimônio líquido:	valor do patrimônio líquido da instituição em 31/12 de cada ano.
11	Ativo total:	valor do ativo total da instituição em 31/12 de cada ano.
12	Passivo total:	valor do passivo total da instituição em 31/12 de cada ano.
13	Taxa de juros:	discriminar a taxa de juros nominal, para cada tipo de linha de crédito da instituição (individual, solidário, etc.) em 31/12 de cada ano. <b>Obs.</b> Taxa de juros nominal é aquela divulgada para o cliente.
14	Taxa de abertura de crédito:	discriminar as taxas cobradas dos clientes para efetuar cadastro e/ou contratação de crédito. Se houver mais de um tipo, indicar os valores separadamente. Indicar a periodicidade (se é cobrada uma única vez ou mais de uma vez ao longo do empréstimo).
15	Juros a receber:	valor total da receita de juros a receber, referentes ao ano anterior, da carteira ativa em 31/12 de cada ano.
16	Gasto total com juros e tarifas:	volume total de juros e tarifas gastos com o financiamento do funding da instituição até 31/12.
17	Gastos operacionais:	são os gastos anuais de pessoal + gastos administrativos + depreciação (se houver), em 31/12 de cada ano.
18	Receita total de juros e	Volume total de juros e tarifas recebidos com os

	tarifas:	empréstimos da instituição até 31/12.
19	Receita líquida:	receita líquida descontada de impostos e sem recebimento de doações.
20	Passivo exigível:	dívida de longo prazo com financiadores.
21	Passivo circulante:	dívida de curto prazo.
22	Ativo circulante:	dinheiro em caixa ou em bancos, mais bens, direitos e valores a receber no prazo máximo de um ano, ou seja realizável até o término do exercício seguinte, (duplicatas, estoques de mercadorias produzidas, etc.), em 31/12 de cada ano.
23	Provisão de gastos com empréstimos perdidos:	provisão em 31/12 de cada ano.
24	Reserva para empréstimos perdidos:	reserva em 31/12 de cada ano.

Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

## 10 ANEXO

### 10.1 Quadro Comparativo de Bases Cadastrais das Instituições de Microfinanças

UF	UASF/Sebrae	PNMPO	IBAM	ABSCM	TOTAL
AL	Associação de Microcrédito e Desenvolvimento Sócio-Econômico de Alagoas (AMICRED)  Instituição para o Desenvolvimento de Empreendimentos Populares (Banco do Cidadão)	Associação de Microcrédito e Desenvolvimento Sócio-Econômico de Alagoas (AMICRED)  Instituto de Inclusão Social pelo Crédito  Instituição para o Desenvolvimento de Empreendimentos Populares (Banco do Cidadão)		-	3
AM	-	Associação de Crédito Popular do Amazonas - ACP/AM	Ag. Fomento do Amazonas  Banco da Mulher Manaus	Credrio Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.  Crefin - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.	5
AP	-	Aliança Educativa Cultural Científica e Humanística	Ag. Fomento do Amapá	-	2

UF	UASF/Sebrae	PNMPO	IBAM	ABSCM	TOTAL
BA	Associação para o Desenvolvimento da Mulher do Estado da Bahia	Associação para o Desenvolvimento da Mulher do Estado da Bahia	Associação para o Desenvolvimento da Mulher do Estado da Bahia		10
	Banmulher		Banmulher		
			Cáritas - BA		
	CEADE	CEADE	CEADE		
	CEAPE	CEAPE	CEAPE		
	DESENBÁHIA - Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A	DESENBÁHIA - Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A		-	
	Instituição Comunitária de Crédito Conquista Solidária	Instituição Comunitária de Crédito Conquista Solidária	Fundo Rotativo - Apaeb/Valente		
	Instituição Comunitária de Crédito Itabuna Solidária	Instituição Comunitária de Crédito Itabuna Solidária	Instituição Comunitária de Crédito Conquista Solidária		
Moradia e Cidadania					

UF	UASF/Sebrae	PNMPO	IBAM	ABSCM	TOTAL
CE	Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconomia Solidária - FUNDESOL	Agência de Desenvolvimento Local e Socioeconomia Solidária - FUNDESOL			16
		Associação Crédito do Brasil CDB			
	Associação para Desenvolvimento Local Co-Produzido - ADELCO				
	Banco do Nordeste do Brasil S/A - Programa CrediAmigo		Banco do Nordeste do Brasil S/A - Programa CrediAmigo		
			Cáritas Brasileira Regional Ceará		
	Cooperativa de Crédito de Fortaleza – CREDZAT				
	FortBrasil Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda (SCM) Fundação Caixa do Povo		Foccal - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda	FortBrasil Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda (SCM)	
			Fundação Caixa do Povo		
			IDT - Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (Prorenda - Microempresa)		
	Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária	Instituto Nordeste Cidadania			
Instituto Sol de Desenvolvimento – Programa Credissol	Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária	Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária			
	Instituto Sol de Desenvolvimento – Programa Credissol				
	Núcleo de Administração Social, Geração de Emprego e Meio Ambiente				
		Orgape			
		SCALA - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda			

UF	UASF/Sebrae	PNMPO	IBAM	ABSCM	TOTAL
DF	CREDINDUSTRIA		BRB Trabalho - Governo do DF		6
	CREDITRABALHO Programa Providência de Elevação da Renda Familiar - PROGRAMA PROVIDENCIA	Programa Providência de Elevação da Renda Familiar - PROGRAMA PROVIDENCIA	Cáritas - DF Ceape - DF Programa Providência de Elevação da Renda Familiar - PROGRAMA PROVIDENCIA	-	
ES	BANCO BEM				9
	BANCO TERRA		Banco do Povo de Cachoeiro de Itapemirim		
	CEAPE	Banco Popular e Ecoporanga	CEAPE		
	CREDMAIS S/A Sociedade de Crédito ao Microempreendedor	CREDMAIS S/A Sociedade de Crédito ao Microempreendedor		CREDMAIS S/A Sociedade de Crédito ao Microempreendedor	
	Grande Vitória Credisol		Grande Vitória Credisol		
	Nosso Crédito - BANDES		Propen - Apoio ao Setor Informal (SEIN)		

UF	UASF/Sebrae	PNMPO	IBAM	ABSCM	TOTAL
GO	Banco do Povo do Estado de Goiás		Banco do Povo do Estado de Goiás		3
	CEAPE	CEAPE	CEAPE		
	CREDIMAIS Instituição de Crédito Produtivo Popular	CREDIMAIS Instituição de Crédito Produtivo Popular	CREDIMAIS Instituição de Crédito Produtivo Popular		
MA			Banco do Empreendedor	-	2
	CEAPE	CEAPE	CEAPE		
MT	-	-	Intercred Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.	-	1
MS	Banco do Povo MS - Instituição Comunitária de Crédito	Associação de Apoio Trabalho e de Economia Solidária de Mato Grosso do Sul	Banco do Povo / Governo do Estado do MS		5
	Credigente – Programa de Microcrédito Produtivo e Solidário	Banco do Povo MS - Instituição Comunitária de Crédito	Banco do Povo MS - Instituição Comunitária de Crédito	Corpal Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S/A	

UF	UASF/Sebrae	PNMPO	IBAM	ABSCM	TOTAL
<b>MG</b>	<p>ACREDITA Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda</p> <p>Assoc. Comunitária de Crédito Popular de João Pinheiro e Três Marias - BANCREP</p> <p>Associação Civil Comunitária de Microcrédito - Banpop</p> <p>Associação Comunitária de Crédito do Vale do Aço - Banco Popular</p> <p>Associação de Crédito Popular - Banco do Povo de Itabira</p> <p>Associação para Desenvolvimento da Mulher de Uberlândia - Banco Mulher</p> <p>Associação Promoção Humana Divina Providência</p> <p>BAMIC - Banco Mineiro de Microcrédito</p> <p>Banco da Comunidade</p> <p>Banco de Microcrédito de Uberlândia</p> <p>Banco do Povo de Belo Horizonte</p> <p>Banco do Povo de Ituiutaba</p>	<p>ACREDITA Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda</p> <p>Agência de Desenvolvimento Sustentável de Boa esperança ADESB</p> <p>Assoc. Comunitária de Crédito Popular de João Pinheiro e Três Marias - BANCREP</p> <p>Associação Comunitária de Crédito do Vale do Aço - Banco Popular</p> <p>Associação de Crédito ao Empreendimento Popular - ACEP</p> <p>Associação para Desenvolvimento da Mulher de Uberlândia - Banco Mulher</p>	<p>Associação Comunitária de Crédito do Vale do Aço - Banco Popular</p> <p>Associação de Crédito Popular - Banco do Povo de Itabira</p> <p>Associação para Desenvolvimento da Mulher de Uberlândia - Banco Mulher</p> <p>ATLANTA - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda</p>	<p>ACREDITA Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda</p> <p>ATLANTA - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda</p>	

Banco do Povo de Juiz de Fora - FAEP	Banco do Povo de Juiz de Fora - FAEP	Banco do Povo de Juiz de Fora - FAEP	
Banco do Povo de Lavras			
Banco do Povo de Uberaba Banco Popular do Pequeno Empreendedor de João Monlevade - Banpopo	Banco Popular do Pequeno Empreendedor de João Monlevade - Banpopo		
Banco Social de Araguari			
Banco Solidário de Varginha - Bansol			
	BNS Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda		BNS Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda
	CONTACRED Instituição Mineira de Microcrédito		
	FACIL Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda	FACIL Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda	FACIL Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda
	FLEX Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda		FLEX Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda
	HSCM - Heron Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda	Fiducia Sociedade de Crédito ao Microempreendedor	Fiducia Sociedade de Crédito ao Microempreendedor
Instituição Comunitária de Crédito do Município de Uberlândia - Banco do Povo			HSCM - Heron Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda
Instituição Comunitária Municipal de Patos de Minas - Banco da Gente	Instituição Comunitária Municipal de Patos de Minas - Banco da Gente		
Instituição de Crédito Popular Sudoeste Mineiro - Nosso Banco	Instituição de Crédito Popular Sudoeste Mineiro - Nosso Banco		
		Ipacred Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda	Ipacred Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda
			35

	ROTULA S/A Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda. – FIDUCIA	ROTULA S/A Sociedade de Crédito ao Microempreendedor	Realiza Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda ROTULA S/A Sociedade de Crédito ao Microempreendedor	Realiza Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda ROTULA S/A Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Welmag Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.	
<b>PA</b>	<p>BANCO DO CIDADÃO – GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ</p> <p>BANCO DO ESTADO DO PARÁ</p> <p>BANCO DO POVO DE BELÉM</p> <p>BANCO DO POVO DE MARABÁ</p> <p>BANCO DO POVO DE NOVA IPIXUNA</p> <p>BANCO DO POVO DE TUCURUÍ – AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO</p> <p>CEAPE</p>	<p>Agência Popular de Desenvolvimento da Amazônia</p> <p>Associação de Apoio a Economia Popular da Amazônia</p> <p>BANCO DO POVO DE TUCURUÍ – AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO</p> <p>CEAPE</p> <p>Rede Sócio-Econômica Popular e Solidária de Desenvolvimento Sustentável Novo Sol</p>	<p>Ver-o Sol - Banco do Povo de Belém</p> <p>CEAPE</p>	-	10

UF	UASF/Sebrae	PNMPO	IBAM	ABSCM	TOTAL
PB	CEAPE	CEAPE Instituto de Promoção e Desenvolvimento de Estados e Municípios FUTURA - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda	CEAPE Cred Ação	FUTURA - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda	4
PR	Agência de Fomento do Paraná S/A - Banco Social  Casa do Empreendedor	Agência de Desenvolvimento Educacional e Social Brasileira - ADESOBRAS  Associação para o Desenvolvimento da Mulher de Curitiba - BANCO DA MULHER  Casa do Empreendedor	Agência de Fomento do Paraná S/A - Banco Social Associação para o Desenvolvimento da Mulher de Curitiba - BANCO DA MULHER  Casa do Empreendedor CCRIE - Casa de Crédito e Incentivo ao Empreendedor CREDILON - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor da Região de Londrina Ltda Edimom Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda	CREDILON - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor da Região de Londrina Ltda	15
		Instituto Brasileiro de Integração e Desenvolvimento Pro Cidadão - IBIDEC  Instituto Sodemec de Desenvolvimento Social  IPEF Instituto Pentalfa de Fomento, Promoção, Educação e Desenvolvimento Social			
	Facilicred Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.		Facilicred Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.	Facilicred Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.  Fincred Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.  Liberty - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.	
	Maringá Crédito Solidário	Maringá Crédito Solidário	Maringá Crédito Solidário  Sistema de Apoio Institucional - SIAI		

UF	UASF/Sebrae	PNMPO	IBAM	ABSCM	TOTAL
PE	AGÊNCIA DO CRÉDITO	AGÊNCIA DO CRÉDITO			10
	ANDE / Visão Mundial	ANDE / Visão Mundial	ANDE / Visão Mundial		
		Associação de Desenvolvimento Social e Apoio Técnico ao Voluntariado - ADESATEV	Cáritas - PE		
	CEAPE/PE	CEAPE/PE	CEAPE/PE		
	CRED CIDADANIA				
	CRÉDITO SOCIAL	Fundo Rotativo da Ação Cidadania Grupo de Estudos e Ações de Estím. ao Créd. como Instr. p/ Desenv. Sóc. Econ. do NE Brasileiro	Fundo Rotativo da Ação Cidadania	Kana Fin Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.	
PI	Banco Popular de Teresina			-	3
	CEAPE	CEAPE	Cáritas Brasileira - Regional Piauí		
			CEAPE		

UF	UASF/Sebrae	PNMPO	IBAM	ABSCM	TOTAL
RJ	<p>Associação para o Desenvolvimento da Mulher do RJ - BANCO DA MULHER</p> <p>Bom Credito – Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.</p> <p>BSCM Brasil Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.</p> <p>Credproduzir</p>	<p>Aldrava Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda</p> <p>Associação para o Desenvolvimento da Mulher do RJ - BANCO DA MULHER</p> <p>BSCM Brasil Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.</p>	<p>Aldrava Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda</p> <p>Associação Civil Ideal RioCred</p> <p>Associação para o Desenvolvimento da Mulher do RJ - BANCO DA MULHER</p> <p>Banco da Providência</p> <p>Banco do Povo / Prefeitura de Campos dos Goytacazes</p> <p>Banco do Povo Crédito Cidadão Gov. Est. RJ</p> <p>Capital de Giro Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.</p> <p>Credencial Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda</p> <p>Crédito à Esperança - CRES</p> <p>Credproduzir</p> <p>Foco - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda</p> <p>Idaco - Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária</p>	<p>Aldrava Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda</p> <p>Bom Credito – Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.</p> <p>BSCM Brasil Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.</p> <p>Capital de Giro Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.</p> <p>Crescer S/A Sociedade de Crédito ao Microempreendedor</p>	22

	Instituição de Crédito Sindcred	Instituição de Crédito Sindcred	Instituição de Crédito Sindcred		
		Instituto Brasil Social			
		MICROINVEST S/A Sociedade de Crédito ao Microempreendedor		MICROINVEST S/A Sociedade de Crédito ao Microempreendedor	
	SOCIALCRED - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S/A	SOCIALCRED - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S/A	Precisão & Crédito - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda	SOCIALCRED - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S/A	
			SOCIALCRED - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S/A	SOCIALCRED - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S/A	
			Socinal - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.	Socinal - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.	
	VIVA CRED	VIVA CRED	VIVA CRED		
<b>RN</b>		Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S/A			
			Agência do Cidadão - SEMTAS		
			Banco do Povo do Rio Grande do Norte		5
	CEAPE		CEAPE		
			Cred Ceará-Mirim		

UF	UASF/Sebrae	PNMPO	IBAM	ABSCM	TOTAL
RS	Assoc. para o Desenv. da Mulher da Região Sul do Rio Grande do Sul - Banco da Mulher	Assoc. para o Desenv. da Mulher da Região Sul do Rio Grande do Sul - Banco da Mulher	Assoc. para o Desenv. da Mulher da Região Sul do Rio Grande do Sul - Banco da Mulher		20
	BANCO DA MULHER – CAXIAS DO SUL		BANCO DA MULHER – CAXIAS DO SUL		
	Banco do Povo - REGIÃO CENTRAL		Banco da Mulher Porto Alegre		
	Banco do Povo da Serra		Banco do Povo / Uruguaiana		
	CEAPE - ANA TERRA	CAIXA ESTADUAL S.A. - Agência de Fomento/RS	Cáritas - RS		
	ICC - REGIÃO CAMPANHA		CEAPE - ANA TERRA		
	Instituição Comunitária de Crédito - PORTOSOL	Instituição Comunitária de Crédito - PORTOSOL	Instituição Comunitária de Crédito - PORTOSOL		
	Instituição Comunitária de Crédito da Região Sul	Instituição Comunitária de Crédito Central - RS - ICC/RS			
	Instituição Comunitária de Crédito do Médio Alto Uruguai e Região Celeiro	Instituição Comunitária de Crédito da Região Sul			
	MIKROSUL	Instituição Comunitária de Crédito da Serra			
Socired Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.	Instituição Comunitária de Crédito do Médio Alto Uruguai e Região Celeiro			Socired Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.	
	Instituição de Crédito Solidário - CREDISOL	Portocred - Ag. Porto Alegre			

UF	UASF/Sebrae	PNMPO	IBAM	ABSCM	TOTAL
RO	-	Organização de Crédito Popular e Solidário do Município de Porto Velho	-	-	1
SC	<p>ACREDITE – Agência de Crédito Especial do Alto Vale do Itajaí</p> <p>ACREVI – Agência de Crédito Especial do Vale do Itapocú</p> <p>BANCO DA FAMÍLIA - Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Família</p> <p>BANCO DO EMPREENDEDOR</p> <p>BANCO DO POVO DE CHAPECÓ</p> <p>Banco do Vale – Agência Metropolitana de Microcrédito</p> <p>BANCRI - Banco de Crédito Popular da Foz do Rio Itajaí-Açú</p> <p>BAPEM - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor da Região do Contestado</p> <p>BLUSOL – Banco do Povo</p> <p>Casa do Empreendedor - Assoc. de Créd. Solid. do Norte Nordeste de SC</p> <p>CASA DO MICROCRÉDITO</p>	<p>ACREDITE – Agência de Crédito Especial do Alto Vale do Itajaí</p> <p>ACREVI – Agência de Crédito Especial do Vale do Itapocú</p> <p>Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - BADESC</p> <p>Associação de Crédito Comunidade do Futuro</p> <p>BANCO DA FAMÍLIA - Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Família</p> <p>BANCO DO EMPREENDEDOR</p> <p>BANCRI - Banco de Crédito Popular da Foz do Rio Itajaí-Açú</p> <p>BAPEM - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor da Região do Contestado</p> <p>BLUSOL – Banco do Povo</p> <p>Casa do Empreendedor - Assoc. de Créd. Solid. do Norte Nordeste de SC</p>	<p>ACREDITE – Agência de Crédito Especial do Alto Vale do Itajaí</p> <p>Associação para o Desenvolvimento da Mulher de Santa Catarina - Banco da Mulher</p> <p>BANCO DO EMPREENDEDOR</p> <p>BANCRI - Banco de Crédito Popular da Foz do Rio Itajaí-Açú</p> <p>BAPEM - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor da Região do Contestado</p> <p>BLUSOL – Banco do Povo</p> <p>Casa do Empreendedor - Assoc. de Créd. Solid. do Norte Nordeste de SC</p> <p>CASA DO MICROCRÉDITO</p>		

CRECERTO – Agência de Microcrédito Solidário do Alto Uruguai Catarinense	CRECERTO – Agência de Microcrédito Solidário do Alto Uruguai Catarinense			28
CREDIAMAI AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO	CREDIAMAI AGÊNCIA DE MICROCRÉDITO	Credicerto		
CREDICONFIANÇA - Associação de Microcrédito Solidário Crediconfiança	CREDICONFIANÇA - Associação de Microcrédito Solidário Crediconfiança	CREDICONFIANÇA - Associação de Microcrédito Solidário Crediconfiança		
CREDIOESTE	CREDIOESTE	CREDIOESTE	Credishow Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.	
CREDISOL – Instituição de Crédito Solidário	CREDISOL – Instituição de Crédito Solidário	CREDISOL – Instituição de Crédito Solidário		
EXTRACREDI- Extremo Oeste Agência de Crédito	EXTRACREDI- Extremo Oeste Agência de Crédito	EXTRACREDI- Extremo Oeste Agência de Crédito		
PLANORTE - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor do Planalto Norte	PLANORTE - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor do Planalto Norte	PLANORTE - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor do Planalto Norte	POLOCRED - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda	
PROFOMENTO – Agência de Crédito Especial	PROFOMENTO – Agência de Crédito Especial	PROFOMENTO – Agência de Crédito Especial	Siframar Cred Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.	

UF	UASF/Sebrae	PNMPO	IBAM	ABSCM	TOTAL
SP	Banco do Povo Governo do Estado de São Paulo          Crédito Popular Solidário - São Paulo Confia	ABRADES Agência Brasileira de Desenvolvimento Econômico Social  Associação de Crédito Popular Solidário de Campinas  ASSOCIACAO PRO-ECO  BANCO DO POVO - CREDITO SOLIDARIO  CASA DO CREDITO S/A - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor  Crédito Popular Solidário - São Paulo Confia  CRESCER - Crédito Solidário	ACREDITA    BANCO DO POVO - CREDITO SOLIDARIO  Banco do Povo Governo do Estado de São Paulo  Cáritas - SP  CEAPE  Crédito Popular Solidário - São Paulo Confia  CRESCER - Crédito Solidário	American Cred Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.    Audax Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.    CASA DO CREDITO S/A - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor    CredBrasil Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.    Easycrédit Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S.A.	

	<p>EMPREENDA</p>	<p>União e Solidariedade para o Desenvolvimento Financeiro da Economia Social - UNISOL/FIINANCAS</p> <p>EMPREENDA</p> <p>Fundo de Apoio ao Empreendedor Joseense</p> <p>INSTITUTO SOMA</p> <p>Organização, método, experiência, garantia e ação</p> <p>RPW Sociedade de Crédito ao Microempreendedor</p>	<p>Finacred - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda</p> <p>Fundo de Apoio ao Empreendedor Joseense</p> <p>Jbcred Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda</p> <p>Microcred S/A - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor</p>	<p>Edimom Ltda. Sociedade de Crédito ao Microempreendedor</p> <p>Finacred - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda</p> <p>Jbcred Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda Lastro Serviços Financeiros Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.</p> <p>Maturity Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.</p> <p>Omni Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.</p> <p>Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S/A</p> <p>RPW Sociedade de Crédito ao Microempreendedor</p> <p>Saf - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.</p> <p>Shopcred Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.</p>	<p>37</p>
--	------------------	--	---	--	-----------

				<p>Sorocaba Crédito Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.</p> <p>Suporte Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.</p> <p>Transcred - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.</p> <p>Unicash Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda</p> <p>Unicash Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda</p> <p>Valor – Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.</p> <p>WIDAR - Empreendimentos para o Fluir Saudável do Dinheiro</p>	
SE	AMIS - Ação para o Microcrédito em Sergipe	AMIS - Ação para o Microcrédito em Sergipe	AMIS - Ação para o Microcrédito em Sergipe	-	2
	CEAPE	CEAPE	CEAPE		
TO	-	Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A.	-	-	1
	<b>Total Geral</b>				<b>255</b>

Fonte: Small Business/EBAPE/FGV.

### ***10.2 Relação das Instituições não Contatadas por Insuficiência de Informações Cadastrais***

1. Banmulher – BA
2. Banco Bem - ES
3. Banco de Microcrédito de Uberlândia - MG
4. CEAPE – PA
5. Banco do Povo de Marabá – PA
6. Banco do Povo de Tucuruí – PA
7. CAM – Centro de Apoio aos Microempresários – PE
8. CMN – Casa da Mulher do Nordeste – PE
9. BSCM Brasil Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda – RJ
10. CEAPE Ana Terra – RS
11. ICC Região Campanha – RS

### **10.3 Relação das Instituições Contatadas que não se Interessaram em Aderir à Pesquisa**

Segue a relação das 18 instituições de microfinanças que se recusaram a responder o questionário:

1. Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos da Bahia (OSCIP) - BA
2. Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos do Estado do ES (OSCIP) - ES
3. Corpal Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S/A (SCM) - MS
4. Contacred Instituição Mineira de Microcrédito (OSCIP) - MG
5. Atlanta S.C.M. Ltda (SCM) - MG
6. Ipacred - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda (SCM) - MG
7. Agência de Fomento do Paraná S/A (Agência de Fomento) - PR
8. Crescer S/A - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM) - RJ
9. Credishow Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda (SCM) - SC
10. Crédito Popular Solidário - São Paulo Confia (OSCIP) - SP
11. Crescer Crédito Solidário (OSCIP) - SP
12. Casa do Crédito S/A - SCM (SCM) - SP
13. Finacred Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda (SCM) - SP
14. Associação Civil Comunitária de Microcrédito - Banpop (OSCIP) - MG
15. Fincred Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda (SCM) - PR
16. Siframar Cred Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda (SCM) - SC
17. Planner Sociedade de Crédito ao Microempreendedor S/A (SCM) – SP
18. Rótula S/A (SCM) – MG

#### ***10.4 Instituições que se Repetem, porém Contabilizadas somente em uma Unidade da Federação***

As 10 instituições que se repetem em outras Unidades da Federação e constam no universo estimado apenas na Unidade da Federação em que se encontra a sede da instituição :

1. ANDE / Visão Mundial – BA
2. ANDE / Visão Mundial – CE
3. ANDE / Visão Mundial – RN
4. ANDE / Visão Mundial – MG
5. ANDE / Visão Mundial – AL
6. Associação de Crédito Popular de Araxá – MG (faz parte da FAEP em Juiz de Fora)
7. Programa Crediamigo (Banco do Nordeste) – PE
8. Programa Crediamigo (Banco do Nordeste) – DF
9. Programa Crediamigo (Banco do Nordeste) – ES
10. Programa Crediamigo (Banco do Nordeste) – PI

## **10.5 Carta de Apresentação da Pesquisa**

Rio de Janeiro, X de YYY de 2007.

O Programa de Estudos Avançados em Pequenos Negócios, Empreendedorismo, Acesso ao Crédito e Meios de Pagamento (Small Business), da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), da Fundação Getulio Vargas (FGV) está realizando a **segunda etapa** de uma pesquisa sobre as microfinanças no Brasil, a partir de um contrato firmado com o Sebrae Nacional, através da Unidade de Acesso a Serviços Financeiros - UASF.

Para a realização dessa pesquisa, cujo objetivo é mapear todas as iniciativas nacionais **em microcrédito produtivo** e criar um banco de dados público, que será disponibilizado no site da Unidade de Acesso a Serviços Financeiros – UASF, do Sebrae Nacional ([www.uasf.sebrae.com.br](http://www.uasf.sebrae.com.br)), contamos com sua colaboração ao responder o questionário (em anexo) que será apresentado por Cintia Tavares de Souza ([cintia.souza@fgv.br](mailto:cintia.souza@fgv.br)) e Diana Santos Teixeira ([diana.santos@fgv.br](mailto:diana.santos@fgv.br)), assistentes de Pesquisa do Small Business/Ebape/FGV.

O banco de dados encontra-se provisoriamente disponível no endereço: <http://www.microfinancasbrasil.com.br/admin/IstInstituicoes.asp>.

Desde já agradeço pela colaboração e pela ajuda a construir uma indústria das microfinanças mais transparente no Brasil.

Prof. Francisco Marcelo Barone

Coordenador

Programa de Estudos Avançados em Pequenos Negócios, Empreendedorismo,  
Acesso ao Crédito e Meios de Pagamento – Small Business

Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – EBAPE

Fundação Getulio Vargas – FGV

Telefone: 55-21-2559-5444

E-mail: [francisco.barone@fgv.br](mailto:francisco.barone@fgv.br)

## 10.6 Planilha de Coleta de Dados

### 1. Dados Gerais:

Tipo de Instituição (ONG, OSCIP,  
SCM):

Nome da Instituição:

Sigla:

Data da fundação:

Data do início da operação:

Situação atual: (ativa/inativa)

Público-alvo:

Área de atuação:

Finalidade creditícia:

Breve histórico:

**2. Contato:**

Estado:

Cidade:

Bairro:

Endereço completo:

CEP:

Telefone:

Fax:

Home page:

E-mail:

3. Informações Financeiras					
Indicador	31/12/2006	31/12/2005	31/12/2004	OBS	Descrição
1 Carteira ativa (número):				especificar cada linha de crédito quando houver mais de uma	número total de empréstimos em carteira concedido, para cada uma das linhas de crédito da instituição (individual, solidário) até 31/12 de cada ano.
2 Carteira ativa (valor):				especificar cada linha de crédito quando houver mais de uma	volume total do capital principal dos empréstimos em carteira concedido em R\$ (reais), para cada linha de crédito da instituição (individual, solidário) até 31/12 de cada ano, sem os juros.
3 Carteira ativa em atraso acima de 30 dias					a carteira ativa em atraso acima de 30 dias é o somatório do valor das parcelas vencidas não pagas e a vencer (líquido de juros) dos créditos em atraso de 31 dias ou mais.
4 Carteira total refinanciada (volume total)					carteira que estava em atraso e foi renegociada, em 31/12 de cada ano.
5 Número de agências:					o número total de agências, incluindo a matriz, que possuam agentes e funcionários da instituição
6 Número de empregados:					o número total de empregados contratados da instituição, incluindo os agentes de crédito.
7 Número de agentes de crédito:					o número total de agentes de crédito contratados da instituição.
8 Número de empréstimos concedidos no ano:					número total de empréstimos concedidos em cada ano até 31/12.

	<b>Indicador</b>	<b>31/12/2006</b>	<b>31/12/2005</b>	<b>31/12/2004</b>	<b>OBS</b>	<b>Descrição</b>
9	Créditos castigados:				especificar cada linha de crédito quando houver mais de uma	Valor dos créditos (R\$) eliminados do balanço da instituição para cada linha de crédito da instituição (individual, solidário) até 31/12 de cada ano.
10	Patrimônio líquido:					valor do patrimônio líquido da instituição em 31/12 de cada ano.
11	Ativo total					valor do ativo total da instituição em 31/12 de cada ano.
12	Passivo total					valor do passivo total da instituição em 31/12 de cada ano.
13	Taxa de juros:				especificar cada taxa de juros quando houver mais de uma	discriminar a taxa de juros nominal, para cada tipo de linha de crédito da instituição (individual, solidário) em 31/12 de cada ano. Obs. Taxa de juros nominal é aquela divulgada para o cliente.
14	Taxa de abertura de crédito:				especificar cada taxa de abertura de crédito quando houver mais de uma	discriminar as taxas cobradas dos clientes para efetuar cadastro e/ou contratação de crédito. Se houver mais de um tipo, indicar os valores separadamente. Indicar a periodicidade (se é cobrada uma única vez ou mais de uma vez ao longo do empréstimo).
15	Juros a receber					valor total da receita de juros a receber, referentes ao ano anterior, da carteira ativa em 31/12 de cada ano.
16	Gasto total com juros e tarifas.					volume total de juros e tarifas gastos com o financiamento do funding da instituição até 31/12.
17	Gastos operacionais					são os gastos anuais de pessoal + gastos administrativos + depreciação (se houver), em 31/12 de cada ano.

	<b>Indicador</b>	<b>31/12/2006</b>	<b>31/12/2005</b>	<b>31/12/2004</b>	<b>OBS</b>	<b>Descrição</b>
18	Receita total de juros e tarifas.					Volume total de juros e tarifas recebidos com os empréstimos da instituição até 31/12.
19	Receita líquida.					receita líquida descontada de impostos e sem recebimento de doações.
20	Passivo exigível:					dívida de longo prazo com financiadores.
21	Passivo circulante:					dívida de curto prazo.
22	Ativo circulante.					dinheiro em caixa ou em bancos, mais bens, direitos e valores a receber no prazo máximo de um ano, ou seja realizável até o término do exercício seguinte, (duplicatas, estoques de mercadorias produzidas, etc.), em 31/12 de cada ano.
23	Provisão de gastos com empréstimos perdidos.					provisão em 31/12 de cada ano.
24	Reserva para empréstimos perdidos.					reserva em 31/12 de cada ano.

**Fonte:** Small Business/EBAPE/FGV.